

Ficha Técnica

Título: “Animação SocioEducativa e Democracia Participativa”

Editado no âmbito do Projeto Nova Formula 2.0, suportado pelo Programa Juventude em Ação da União Europeia. Realizada também no âmbito do Concurso Europeu "Democracy Challenge" organizado pela Rede Europeia de Grupos Informais.

Obra Coordenada por: Mestre Abraão Costa

Autores Envolvidos: Mestre Abraão Costa (PASEC e Didáxis), Dr. Albino Viveiros (AIASC), Prof. Dra. Ana Piedade (Instituto Politécnico de Beja), Mestre Rui Fonte, Mestre Luís Bessa (CIOR e UTAD), José Maria Costa (Associação de Moradores das Lameiras e LOC), Dra. Elisabete Faria (PASEC e Capital Europeia da Juventude 2012), Prof. Dr. Fernando Ilídio Ferreira (Universidade do Minho) e Susana Paiva (PASEC)

Correção e Revisão Gráfica: Patrícia Ribeiro, Maria Ferreira e Abraão Costa

Propriedade de:

Plataforma de Animadores Socioeducativos e Culturais

Rua Barão de Joane, 129, 2ºB, Edifício Sinções

4760-019 Vila Nova de Famalicão

Telefone – 00351 917 380 178

Sítio na internet – www.pasec.pt

Email – pasec.geral@gmail.com – geral@pasec.pt

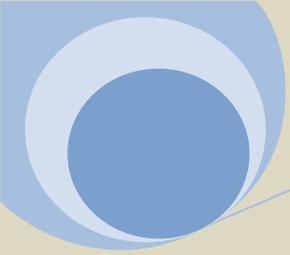
Depósito Legal n.º

Abril de 2012

Impressão na Gráfica das Aves

Índice

Animação SocioCultural, Democracia Participativa e os Jovens.....	5
Animação SocioCultural - Despertar Consciências.....	23
A Animação Socioeducativa e a Educação Não Formal no centro das Políticas de Juventude.....	33
Formação de Animadores - Políticas sem práticas.....	47
Reflexões sobre a Animação Territorial.....	59
Associativismo e Animação Comunitária.....	77
A Experiência do Grupo Cavaleiros.....	89
O grupo informal “Espaço Zero” enquanto processo de Animação Sociocultural.....	99
Democracia no espaço escolar.....	107
Contributos para a estratégia do Movimento do Associativismo e da Democracia Participativa.....	113





**Animação SocioCultural,
Democracia Participativa
e os Jovens**

(Projeto Nova Fórmula)

Animação SocioCultural, Democracia e Participação

Antes de começar importa referir que este capítulo introdutório foi adaptado das obras "Animação SocioCultural e Protagonismo Juvenil" e "Animação SocioCultural - Voluntariado e Cidadania Ativa", livros que abordam temáticas idênticas às que pretendo desenvolver, sendo que fui autor da primeira obra referida e colaborador e autor de um dos capítulos na segunda.

Partindo dos compêndios, a Animação Sociocultural (ASC) “*é um conjunto de práticas sociais que têm como finalidade estimular a iniciativa, bem como a participação das comunidades no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vida sócio-política em que estão integrados*” (1999:77). Por outras palavras, a ASC é interpretada como um conjunto de práticas sociais, promotora do protagonismo dos atores através de métodos próprios inspirados numa pedagogia participativa. E é o princípio da pedagogia participativa que torna a ASC como um dos mais importantes instrumentos de promoção de processos de Democracia Participativa.

A Democracia Participativa pode ser entendido como um conceito abstrato já que quando refletimos a causa democrática, pressupomos a participação como um conceito indissociável de uma história iniciada na Grécia Antiga e que conhece na atual União Europeia um dos seus “*supostos melhores exemplos*”, o que faz do conceito de Democracia Participativa uma hipérbole em si mesma.

A noção de participação advém de um vocábulo latino: *participare*: «*fazer saber*», que designa a oportunidade de comunicar, estar integrado em algo ou de associar-se pelo pensamento. Por outras palavras, quando somos participantes em algum fato ou ocorrência, aspiramos a fazer parte de uma tomada de decisão ou de deliberação em relação a uma determinada questão ou situação.

Segundo a perspectiva de Palacios, a noção de participação baseia-se na possibilidade de “*intervenção na tomada de decisões, e não somente como o estabelecimento de canais multidirecionais de comunicação e consulta. (...) A participação completa só acontece quando as decisões são tomadas pelas próprias pessoas que hão-de pô-las em ação*”. (1994: 11)

Por outras palavras, participar é a oportunidade de intervenção de pessoas ou grupos em processos de reflexão ou tomada de decisão que têm como fim a tentativa de resolução

de problemas que as afetam diretamente, ou então no sentido da perseguição de desígnios comuns.

A participação é um ato consciente com múltiplas facetas, mas que assentam todas numa mesma premissa essencial: a liberdade de decisão. Ander Egg considera que participar é: *“tomar parte em algo exterior a si mesmo. (...) Uma participação é autêntica, como explica o sociólogo Carlos Giner, quando se realiza uma ação pessoal e original, que responde às exigências da própria consciência e expressa as próprias convicções. Se não conta com estes rasgos, a participação corre o risco de cair numa manipulação mascarada, montada artificialmente por uma minoria.*

As formas de participação são múltiplas (...), mas todas elas têm em comum a asseveração de que as pessoas tenham a possibilidade efetiva de tomar decisões em todos aqueles assuntos que lhes afetam ou concernem, quer seja como indivíduos, como grupos, como membros de uma organização, quer como cidadãos de um Estado.” (1998: 56).

Existem muitas formas de participar: a nível individual, a nível organizacional, consultivo, deliberativo, executivo, entre outros. Mas, na maior parte dos processos participativos, são as estruturas grupais que estão por detrás dos mesmos, dando-lhes corpo, substância e recursos fomentando uma cultura de participação. A este respeito, Palacios argumenta: *“participar é tomar parte ativa em cada uma das distintas fases que afetam o funcionamento de grupos – desde a sua constituição inicial, passando pela sua estruturação, a tomada de decisões, pôr em prática as mesmas e a avaliação dos resultados, assumindo parte do poder ou do exercício do mesmo. Nesta perspetiva, a cultura de participação implica a integração coletiva num grupo, com o objetivo de realizar determinados objetivos».* (1994: 11)

É neste contexto de participação coletiva que emana a participação cidadã, a participação vista como um processo onde o indivíduo e grupos, conscientes dos seus deveres e direitos, não abdicam do seu poder de decisão e intervenção perante a sociedade enquanto construção coletiva.

Democracia Participativa e Participação Cidadã

A Democracia Participativa vista como um regime político é entendida como um processo democrático em que existem efetivos mecanismos de controlo da sociedade civil sob a administração pública, sendo que o seu papel não se encontra apenas reduzido ao voto, amplificando o raio de ação do cidadão na sua relação com os centros de poder e a

sua influência sobre estes. Este modelo de exercício do poder político é pautado pelo debate público entre cidadãos livres e em condições iguais de participação. Defende o princípio de que a legitimidade das decisões políticas advém de processos de discussão que, pautados pelos princípios da inclusão, do diálogo, do pluralismo, da igualdade de oportunidades de participação, da autonomia e da justiça social, permitem reordenar o sistema orgânico do poder político que concebemos como o tradicional, baseado em forças políticas que de acordo com as ideias que defendem vão alternando no poder através do poder do voto popular.

A Democracia Participativa coloca o cidadão no centro do processo de decisões, constituindo-se como um modelo ou processo de deliberação política caracterizado por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva. Falamos de um conceito que está fundamentalmente ancorado na noção de que a legitimidade das decisões e ações políticas deriva da deliberação pública das associações, grupos e coletividades de cidadãos livres com iguais oportunidades e deveres. É sobretudo uma imagem conceptual que choca com os arquétipos atuais, assumindo-se como uma clara alternativa ao modelo vigente de Democracia Representativa.

Lígia Luchman, na sua obra *“Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre”* argumenta que os defensores da democracia participativa alegam que o real sentido da palavra democracia foi esvaziado ao longo dos tempos, tendo sido reduzida a uma mera escolha de dirigentes, sem participação real da sociedade civil organizada na gestão e administração dos governos que elegeu.

Ela refere o orçamento participativo, alicerçado no exemplo do orçamento participativo do Município de Porto Alegre, no Brasil, como um dos exemplos reais e atuais de Democracia Participativa, que leva a aprovação e deliberação em assembleias públicas do destino de parte dos recursos públicos. O processo desenrola-se através de reuniões comunitárias abertas aos cidadãos onde inicialmente são registadas e discutidas propostas. Depois são votadas e as que são consideradas prioritárias são depois encaminhadas ao poder público eleito que as aplica na prática através de investimento público.

A Participação Cidadã - A Escada da Participação de Arnstein

A ideia de Participação Cidadã surge como algo consensualmente aceite. No entanto, este consenso sofre um revés quando a partilha do poder de decisão pressupõe incluir os

grupos marginalizados e estigmatizados socialmente como são as minorias étnicas, as comunidades emigrantes, entre outros

Existe uma diferença entre apenas participar numa determinada ação e participar influenciando os processos de decisão inerentes a essa mesma ação. Em muitas situações, nem sequer podemos falar de participação, trata-se de processos de não participação, em que as pessoas se limitam a um estar desajustado e regulado por interesses exteriores aos seus.

Partindo desta premissa Sherry Arnstein, consultora para as questões da Participação Popular no Ministério da Habitação e Desenvolvimento Urbano dos EUA, propôs uma tipologia de oito níveis de participação. Como forma de os explicitar melhor, organizou-os em forma de escada, onde cada degrau corresponde a um determinado nível de poder de decisão do indivíduo cidadão.

	Controle cidadão	Níveis de poder cidadão
	Delegação de Poder	
	Parceria	
	Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
	Consulta	
	Informação	
	Terapia	Não-participação
	Manipulação	

Os primeiros degraus da escada correspondem a uma participação com base na (1) Manipulação e (2) Terapia. Esses dois degraus pretendem descrever níveis de “*não-participação*”. Nestes contextos, os reais objetivos passam, não por permitir a participação das populações nos processos de tomadas de decisão, mas para permitir que os processos de tomada de decisão, bem como os interlocutores responsáveis pelos mesmos, sejam capazes de “*educar*” ou “*curar*” os participantes.

Os degraus 3 e 4 remetem-nos para níveis de concessão limitada de poder que permitem aos participantes ouvirem e serem ouvidos: (3) Informação e (4) Consulta. Nestes níveis existe a possibilidade dos cidadãos realmente ouvirem e serem ouvidos. Mesmo assim, não lhes é atribuído o poder para assegurar de que as suas opiniões e críticas serão

tidas em contas por quem realmente decide. Um processo de participação restringido a estes níveis, continua a não permitir ao indivíduo e grupos de indivíduos a garantia de uma participação efetiva capaz de desencadear processos de transformação social.

O degrau (5) Pacificação é apenas um nível superior desta concessão limitada de poder, pois admite aos participantes intervirem como conselheiros dos decisores, mas retém na mão destes últimos o direito de tomar a decisão final.

Por sua vez, os últimos três degraus correspondem aos níveis do poder cidadão com degraus crescentes de poder de decisão. Os participantes são, neste caso, intervenientes. Podem participar numa (6) Parceria que lhes permita negociar em pé de igualdade com os decisores. Nos degraus superiores, (7) Delegação de poder e (8) Controle cidadão, o cidadão e grupos de cidadãos detêm a maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou são eles próprios os gestores, por inteiro, dos processos de decisão.

Claro que a escada da participação cidadã proposta por Sherry Arnstein constitui uma simplificação da realidade, mas permite-nos ilustrar que, à partida, não estamos todos em pé de igualdade, no que ao poder de decisão e, por inerência, à capacidade de participação, diz respeito.

A problemática da Participação Juvenil

Centrando a problemática da Democracia Participativa e da participação no contexto juvenil é pertinente questionarmo-nos em que âmbitos e formatos enquadrámos a participação juvenil. Ela é tão vasta e multiforme que, objetivamente, não lhe é aplicável qualquer tipo de fórmula universal. De qualquer modo, são vários os modelos enquadradores que nos identificam os principais territórios de participação juvenil.

Entre as várias propostas surge a da Assembleia Geral das Nações Unidas, que identifica as principais áreas de participação juvenil:

- a participação económica – relacionada com o emprego, trabalho em geral e com o desenvolvimento económico, através de intervenções dirigidas para a eliminação da pobreza, para a construção de uma situação económica mais estável em sociedade, numa região, para outros jovens ou grupos;

- a participação política – relacionada com as autoridades e governos, política pública, exercendo poder, a influência na distribuição de recursos a níveis diferentes;

- a participação social – relacionada com o envolvimento na vida de uma comunidade local, gerindo estruturas, coletividades e dinâmicas locais susceptíveis de promoverem

processos de desenvolvimento local e social;

– a participação cultural – relacionada com as diferentes formas de arte e expressão (artes visuais, música, filme, dança, teatro, entre outras).

Para além de enquadrarmos as mais relevantes áreas de intervenção juvenil, importa perceber a que níveis participam os jovens, o seu nível de envolvimento e responsabilidade. Ao mesmo tempo, é importante ter presente que nem todos os jovens têm as mesmas oportunidades de participação, encarando esta a partir do conceito de que a participação é “a intervenção na tomada de decisões”, sendo muitas vezes meros instrumentos em projetos sobre os quais não têm qualquer poder de decisão ou então são utilizados como mero fator decorativo.

Como Arnstein, Roger Hart propôs uma escala que tenta retratar os diferentes níveis de participação, mas esta adaptada à realidade juvenil. Esta escala, sob a forma de escada, ilustra os diferentes graus de envolvimento de crianças e populações juvenis nos projetos, organizações ou comunidades.

Roger Hart define oito graus do envolvimento juvenil, cada um dos graus correspondente a um degrau de uma escada de mão, sendo que os três primeiros, Hart identificou-os como os níveis de Não Participação:

- o 1º Degrau corresponde aos jovens manipulados: os jovens são convidados a participar numa determinada ação ou projeto, sem que tenham qualquer tipo de influência nas decisões e nos seus resultados. De fato, a sua presença é usada no sentido de serem atingidos outros objetivos como a vitória numa eleição de carácter local, a tentativa de estabelecer uma impressão positiva relativamente a uma determinada instituição ou então como forma de angariar fundos para instituições que, supostamente, suportam a causa juvenil;

- o 2º Degrau corresponde aos jovens utilizados como meros “agentes decorativos”: os jovens surgem como o público essencial ao projeto ou ação. De qualquer forma, o seu papel é apenas presencial, sem qualquer peso significativo no capítulo das decisões. E (como acontece com qualquer decoração) são expostos numa posição visível no seio de um determinado projeto ou organização, para que possam ser facilmente identificados por terceiros;

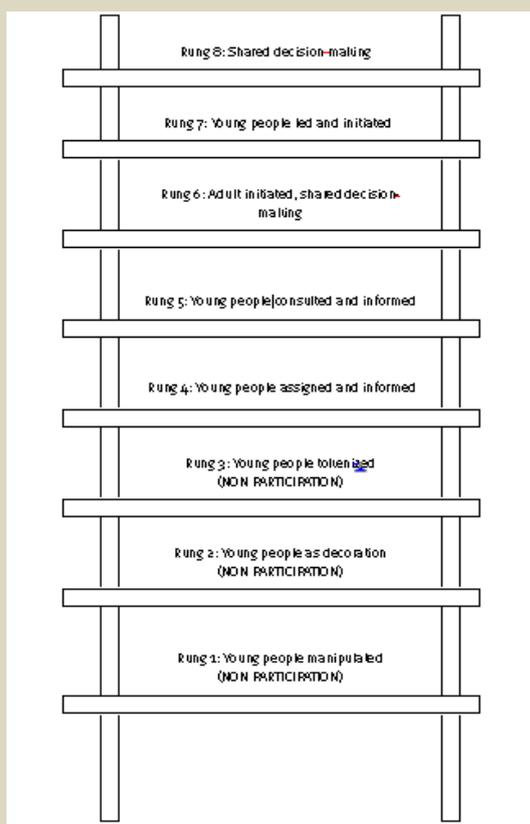
- o 3º Degrau corresponde à atribuição a alguns jovens de determinados lugares chave com o intuito de criar a ilusão de uma real participação juvenil: são atribuídos aos jovens alguns papéis dentro da estrutura de um determinado projeto ou organização sem que eles tenham qualquer influência em questões decisórias. A ilusão é criada (intencional

ou involuntariamente) de que os jovens participam, quando de fato eles não têm nenhum poder de decisão sobre o que eles fazem e como;

- o 4º Degrau corresponde ao nível de envolvimento em que os jovens são convidados e informados, de modo a potencializar a sua participação em determinadas ações: os projetos são iniciados e dirigidos por adultos e os jovens são convidados a empreender alguns papéis ou tarefas específicas no seio da estrutura orgânica do projeto, sendo que os jovens estão conscientes da sua verdadeira influência no projeto;

- o 5º degrau corresponde ao envolvimento em ações em que os jovens são consultados e informados sobre as mesmas: mais uma vez, os projetos são iniciados e dirigidos por adultos, mas os jovens têm a oportunidade de aconselhar e sugerir a partir dos seus pontos de vista, influenciando as decisões do mesmo, sendo que são devidamente informados acerca das mesmas;

- o 6º degrau corresponde ao nível de envolvimento em que os jovens são convidados



a partilhar o mesmo grau de decisão em ações iniciadas por adultos: os adultos iniciam os projetos, mas os jovens são convidados a partilhar o poder de tomada de decisão e as responsabilidades como parceiros;

- o 7º degrau corresponde ao nível de envolvimento em que os jovens conduzem e iniciam os projetos ou ações: os projetos e dinâmicas são iniciadas e dirigidas pelos jovens. Os adultos podem ser convidados a intervir como suporte às atividades, mas a continuidade e prosseguimento do projeto não depende do seu contributo;

- o 8º degrau corresponde ao nível de envolvimento em que jovens e adultos partilham o mesmo grau de decisão e protagonismo: os projetos e

dinâmicas são iniciadas pelos jovens que convidam os adultos a tomar parte nos processos de tomada de decisão como parceiros.

Hart não só enquadra as situações de total ausência de envolvimento juvenil nos processos de tomada de decisão como nos sugere os níveis em que o jovem se assume como verdadeiro protagonista, sendo ele próprio o ator e promotor do seu próprio processo de desenvolvimento e intervenção social.

Os jovens e a sua participação na construção da Democracia

No estudo “O Associativismo Juvenil e a Cidadania Política”, empreendido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e coordenado por Pedro M. Ferreira e Pedro Alcântara da Silva, publicado em Dezembro de 2005, foram estudadas, entre outros aspetos, a realidade da participação juvenil e as várias representações de cidadania e de envolvimento juvenil nos processos democráticos em Portugal.

O estudo permitiu, no capítulo da participação juvenil e as representações de cidadania, perceber a existência de conceções relativamente unânimes em relação aos direitos e aos deveres. Percebe-se, pelos dados recolhidos, que o reconhecimento alargado de direitos que fundamentam a cidadania democrática estão alinhados com uma representação de deveres que envolve a ideia da participação ativa.

De qualquer forma, esta noção de participação encontra-se mais focalizada na esfera cívica do que nas esferas da política ou da solidariedade. Dentro desta conceção de cidadania, os jovens consideram que a participação implica mais uma atitude de respeito em relação aos outros do que uma ação política que se traduz, principalmente, em termos cívicos por uma ação voluntária local.

Esta predileção pelo local surge justificada pelo fato de representar o terreno em que os jovens assentam as suas referências e sentimentos de pertença. Este processo de identificação com o plano local não os impede de manifestarem, igualmente, uma forte vinculação à comunidade nacional, refletidos nos elevados níveis de orgulho em relação ao país. Este sentimento de pertença dá força ao sentido inclusivo da cidadania que poderá, em alguns casos, ser ameaçado pela apreensão dos problemas e dos desafios da sociedade, especialmente no que diz respeito ao emprego.

Outro dado relevante é, igualmente, a falta de confiança e a fluidez das fronteiras entre o certo e errado, que podem ser vistas como potenciais ameaças ao desenvolvimento das atitudes cívicas e do «espírito de comunidade» que estão subjacentes à conceção de cidadania.

No capítulo do envolvimento juvenil nos processos democráticos, a análise dos resultados realizada sobre as atitudes face à democracia e à participação política e social dos jovens permite destacar duas conclusões relevantes. Em primeiro lugar, de que existe uma presença de convicções democráticas bastantes generalizadas na população, e segundo, de que estas convicções emergem a par de um sentimento maioritário de

descontentamento relativamente ao modo como a democracia funciona na sociedade portuguesa.

Através dos dados recolhidos, constatou-se que a este descontentamento estará provavelmente associado não apenas à incapacidade da sociedade, que se acentuou com a desaceleração económica dos últimos anos, em sustentar e satisfazer as expectativas sociais e económicas dos setores juvenis, mas também uma certa degradação das instituições democráticas que têm revelado alguma dificuldade em darem de si mesmas uma imagem mais transparente e credível.

Embora este descontentamento possa ser considerado significativo, não se assinala qualquer ameaça à sustentabilidade política da democracia.

Não tendo entrado na discussão do declínio da participação política e social que alguns defendem, a análise realizada permitiu chegar a uma segunda conclusão que salienta o fato de o descontentamento não provocar necessariamente a redução ou a dissipação da presença juvenil na esfera pública. O descontentamento só induz apatia e indiferença políticas quando se faz acompanhar por uma ausência de convicções democráticas. A consciência dos deveres e dos direitos que decorrem da cidadania democrática explica que os jovens que a manifestam se mostrem politicamente mais participativos, mesmo quando expressam descontentamento em relação ao funcionamento da democracia. De qualquer forma, não se encontrou evidência empírica que possa sustentar a ideia de que o descontentamento democrático alimente uma atitude crítica que predisporia um número crescente de jovens a intervirem no sentido de mudarem e melhorarem os canais e os mecanismos de participação da democracia representativa.

A participação surge, assim, como uma prerrogativa dos jovens que surgem mais identificados com as instituições democráticas, sendo este o motivo que pode também explicar a prevalência da ação política convencional, designadamente a eleitoral, sobre as formas alternativas de envolvimento político.

O Jovens enquanto protagonistas centrais do processo democrático

Arnstein e Hart projetaram duas propostas de escalas que caracterizam os diferentes níveis de participação, sendo que a de Hart se refere, especificamente, aos públicos juvenis. Em cada uma das escalas, os autores sugerem os níveis superiores, nomeadamente o último (o 8º), como sendo o nível de participação em que os cidadãos estão envolvidos em todas as fases do processo de tomada de decisão.

Nomeadamente a Escada da Participação de Hart remete-nos, nos seus últimos degraus, para os níveis de participação em que os jovens influenciam as tomadas de decisão que a eles próprios dizem respeito, sendo os mesmos os atores principais do processo de decisão. Mas foca sobretudo um processo que não é fechado, remete-nos para um envolvimento aberto que não exclui a parceria, nomeadamente com os adultos, numa interação de responsabilidade recíproca. É neste níveis de envolvimento juvenil que o Protagonismo Juvenil ganha forma.

O Protagonismo Juvenil assume muitas formas, sobretudo através dos mais variados processos de participação, estes encarados como meios de intervenção. Os contextos são múltiplos e emergem sobretudo a partir de realidades grupais, a maior de todas elas o Associativismo Juvenil.

O fenómeno do Associativismo Juvenil, para além de ser o principal sinal de participação dos jovens na construção da sociedade, é, ao mesmo tempo, a sua afirmação, a personificação das suas vontades e a legitimação dos seus direitos. É o assumir do protagonismo no sentido da construção de uma real Cidadania plural onde os jovens têm uma posição de destaque.

Patrícia Osandón Albarrán define o que é ser um jovem protagonista, afirmando que *«numa fase de tantas pressões e conflitos, também é possível importarmo-nos com a sociedade, embora nem todos os jovens percebam o potencial que têm nas suas mãos. O jovem protagonista é alguém especial, porque acredita numa sociedade melhor e até sonha com um mundo perfeito»* (2000: 3).

Esta ideia de protagonismo juvenil não é apenas um embuste, alimentado negativamente pelo infeliz episódio da *'geração rasca'*. Ele surge, antes de tudo, como um motor, uma mais-valia social, promovida pelos jovens através de iniciativas que visam transformações positivas no meio onde operam, porque desejam, tal como refere Patrícia Albarrán, *«um mundo perfeito»*. É dentro desta lógica que este movimento cresce cada vez mais. Para Patrícia Albarrán, o jovem protagonista é *«como aquele que molda o mundo a cada instante e cria ideias para melhorá-lo - seja na sua casa, na comunidade, na escola, no trabalho – para que a sua atuação possa atingir grandes proporções»* (2000: 4). Assim, o protagonismo, a iniciativa, o que nasce no sentido de fazer face a uma dada problemática, sobretudo a desenvolvida por jovens, será constantemente questionada pelas consequências positivas e negativas que faz emanar. Albarrán acrescenta que *«muitas vezes, o protagonista é discriminado pela sociedade, enquanto deveria ser incentivado a continuar propagando esse pensamento. O comportamento mais inteligente de um*

adolescente é de uma figura revoltada e incapaz de tomar atitudes coerentes. Então, quando alguém tenta mostrar uma realidade diferente, é separado, sendo que deveria ser totalmente ao contrário» (2000: 5).

Mesmo não estando totalmente de acordo com esta reflexão, a iniciativa e a inovação, sobretudo a que parte dos jovens, é constantemente alvo de críticas e elogios, bem recebida por uns e mal interpretada por outros. O único modo de não ser alvo destas situações será o «*nada fazer*». A relevância do protagonismo juvenil, sobretudo quando tem as dinâmicas de ASC como pano de fundo, poderá estar na capacidade que tem de mobilizar os sujeitos para uma dada causa. Neste sentido os jovens protagonistas configuram-se como «*empreendedores sociais*» (Friedberg, 1995).

Os dinamismos desencadeados pelos '*jovens protagonistas*' são expressão de uma cidadania ativa. O protagonismo é definido pelo educador António Carlos Gomes da Costa como uma "*participação autêntica*" (citado por Albarrán, 2000: 25). Noutros termos, o protagonismo assenta na criação de espaços e de mecanismos de real participação. Nesse sentido, é necessário que os adolescentes e jovens sejam igualmente as fontes e não meros recetores ou porta-estandartes de questões que outros alegam ou entendem ter relação com a vivência dos jovens.

O protagonismo juvenil, evidenciado num contexto de intervenção social, não poderá consistir apenas em projetos ou em iniciativas isoladas. O protagonismo é um processo, uma conquista de todos os dias feita gradualmente e que, pelo menos teoricamente, pode ser praticado por todos os jovens. As experiências de participação e de protagonismo de adolescentes e de jovens podem vir a refletir-se na vida dos jovens adultos de maneira positiva. Por isso, é necessário que os adultos e instituições sejam capazes de ouvir e dar espaço às tomadas de decisão que se referem a todo o tipo de iniciativas de adolescentes e jovens que configuram o exercício de uma cidadania ativa.

O papel do Animador em processos de Democracia Participativa

Aderir a uma perspetiva pedagógica que emana da noção de protagonismo juvenil implica um compromisso de natureza ética entre o Animador e o adolescente ou jovem. O protagonismo juvenil pressupõe o envolvimento dos jovens no ato criador da ação sociocultural e educativa em todas as etapas do seu desenvolvimento.

Dentro desta perspetiva, António Costa (2000), refere, que a juntar a este pressuposto ético, optar pelo desenvolvimento de propostas com base no protagonismo

juvenil, exige do Animador uma clara vontade política no sentido de contribuir, por força da sua intervenção, para a edificação de uma sociedade que respeita os direitos de cidadania e evolua no sentido de potenciar os níveis de participação democrática dos cidadãos e, nomeadamente, dos jovens.

António Costa (2000), tendo por bases as reflexões anteriores, sugere, que, entre outras atitudes, o Animador deveria evitar posturas que inibam a participação plena dos jovens. Aqui fica o enunciado de algumas: anunciar aos jovens decisões já tomadas, reservando-lhes apenas o dever de acatar; decidir previamente e depois tentar convencer o grupo a assumir a decisão tomada pelo Animador, como se tivesse tratado de uma decisão tomada pela própria estrutura grupal; apresentar uma proposta de decisão e convocar o grupo para abordá-la; o Animador apresenta o problema, colhe sugestões e decide com o suporte do grupo; o Animador estabelece os limites de determinada situação e solicita aos jovens que procedam aos processos de tomada de decisão dentro desses limites; o Animador deixa a decisão a cargo do grupo, sem interferir no processo que a originou.

Este autor sugere que a evolução do trabalho com um grupo de adolescentes ou jovens empenhados em desencadear processos de tomada de decisão a partir de uma ação protagonista segue, de um modo geral, as seguintes fases:

- numa primeira fase do processo é apresentado ao grupo uma situação\problema do modo mais realista e desafiante possível. Esta é colocada com o suporte dos dados e informações relevantes, bem como os objetivos;

- numa fase intermédia, o grupo propõe o maior número de alternativas de solução para a situação\problema apresentada;

- na fase seguinte o grupo discute as alternativas de solução apresentadas. A estrutura grupal deve estar consciente de que são ideias e propostas que estão em julgamento e não as pessoas que as apresentaram.

Neste processo, segundo António Costa, o Animador auxilia o grupo a identificar situações\problema e a posicionar-se perante as mesmas. Tenta diligenciar esforços no sentido de o grupo não desanimar, nem se desviar dos objetivos a que se propôs.

A missão do Animador, passa, no processo sugerido por Costa, por: favorecer o fortalecimento dos vínculos entre os membros do grupo; dinamizar o grupo, não permitindo que a estrutura grupal se deixe abater pelas dificuldades; zelar, permanentemente, para que a ação grupal juvenil seja compreendida por todos os agentes que com eles interagem no curso do processo; manter um clima de empenho e mobilização no seio da estrutura grupal; colaborar na avaliação das ações desenvolvidas pelo grupo, bem como na disseminação e

potencialização dos resultados atingidos.

Ao mesmo tempo, o Animador procurará ter consciência de que a participação na solução de problemas reais da comunidade é fundamental para o desenvolvimento pessoal e social do adolescente ou jovem enquanto indivíduo. Costa, reforça, que o Animador não só deve conhecer os fundamentos, a dinâmica e as bases que permitem a evolução do trabalho com grupos, como tenta compreender, adequadamente, o projeto e ser capaz de elucidá-lo, quando necessário.

Costa, refere ainda, que o Animador, deve ter capacidade de administrar oscilações de comportamento entre os elementos do grupo como conflitos, a passividade, a indiferença ou a agressividade. Ele procurará ser capaz de se conter no sentido de poder proporcionar aos elementos constituintes do grupo a oportunidade de refletir e agir livremente.

Ao mesmo tempo compete-lhe dedicar particular atenção à matriz identitária do grupo e à especificidade de cada um dos seus elementos, respeitando a identidade, o dinamismo e a dignidade de cada um dos membros do grupo.

Nesta perspetiva, o Animador não pode descurar as lideranças grupais, não só por serem focos importantes de gestão dos processos de interação grupal, e que devidamente potenciados, serão um valioso recurso no desencadeamento de ações protagonistas, mas também porque a promoção de lideranças é, também ela, um objetivo central das dinâmicas emergentes do Protagonismo Juvenil.

O Projeto Nova Fórmula

Como um dos bons exemplos da participação real dos jovens em processos de Democracia Participativa temos o Projeto Nova Formula, enquadrado no Programa Juventude em Ação da União Europeia, levado a cabo pela Plataforma de Animadores Socioeducativos e Culturais desde 2007 e reconhecido pela Agência Nacional para a Gestão do Programa Juventude em Ação como exemplo de boas práticas a nível europeu para projetos na área de “Jovens e Democracia”. O Projeto vai já na sua terceira geração. Depois do primeiro “Nova Fórmula” surgiu o “Nova Fórmula 2” e atualmente está em implementação o “Projeto Nova Formula 2.0 – Democracy Challenge (NF2.0)”. O projeto integra para além de Portugal, Itália e Polónia.

Colocando a Democracia Participativa no centro do processo metodológico e reflexivo o NF2.0 pretendeu ser a evolução do projeto NF2 através do Campeonato Europeu “Democracy Challenge”. Através da Rede Europeia de Grupos Informais Juvenis e Jovens

Animadores Multiplicadores Juvenis, criada na sequência dos dois primeiros “Nova Fórmula” este teve como objetivos centrais: permitir aos jovens experimentar e cimentar as práticas de Democracia Participativa a partir de práticas de Educação Não Formal; refletir as temáticas da Participação Democrática dos jovens nas Escolas (papel das associações de estudantes, entre outros), da Democracia e o Combate à Pobreza e Exclusão Social e da Democracia e Desenvolvimento Sustentável com base no Campeonato “Democracy Challenge”; fomentar a Educação para a Cidadania nos meios juvenis desfavorecidos (bairros sociais e zonas rurais desfavorecidas) através dos espaços Democracy Action Labs (sobretudo em escolas) geridos por jovens Animadores voluntários que transitam dos anteriores projetos; divulgar e refletir o movimento associativo juvenil enquanto prática privilegiada de Democracia Participativa.

Tendo como premissa estes objetivos o NF2.0 deu forma ao Campeonato Europeu “Democracy Challenge” pondo a concurso planos de ação de intervenção local em três categorias diferentes: a) Participação Democrática dos jovens nas Escolas; b) Democracia e o Combate à Pobreza e Exclusão Social; c) Democracia e Desenvolvimento Sustentável.

Os planos de ação tinham uma duração mínima de 6 meses e a máxima de 12 meses, tendo uma base e público local bem definido, tendo sido dada preferência a jovens em situação de risco.

Integraram o concurso todos os planos de intervenção local gerados a partir dos espaços “Democracy Action Labs” (DAL), de Núcleos Escolares e outras organizações e grupos juvenis que aderiram ao NF2.0. O Júri foi composto por jovens de cada um dos DAL existentes, por representantes da Equipa Técnica do Projeto e por representantes da classe política. Neste livro encontram-se retratadas as experiências dos três grupos que venceram o concurso.

Referindo agora os espaços Democracy Action Labs, uma espécie de centros de educação não formal juvenis de discussão política, atingem hoje uma população juvenil superior a 400 jovens em 3 países (Portugal, Polónia e Itália). São espaços geridos por grupos juvenis de intervenção local que de uma forma integrada e coordenada intervêm nas suas comunidades no contexto político e social. Têm como base uma metodologia assente nos pressupostos da Democracia representativa: com um sistema de eleições próprio e com a criação e votação de um plano de ação local como se de um programa de governo se tratasse.

Cada DAL criou uma Equipa de Sensibilização e Divulgação local que dinamizou sessões de sensibilização e divulgação do Campeonato Democracy Challenge. Ao mesmo

tempo tinham um diário de bordo digital com os registos do percurso efetuado pelo grupo ao longo do processo, nomeadamente das experiências relativas ao plano de intervenção local. Realizavam uma sessão mensal online com outros grupos DAL para partilhar as experiências efetuadas. Outra experiência relevante levada a cabo nos DAL foi a criação de Agências Locais DAL, que numa perspetiva de Animação comunitária recorrendo à simulação de “uma espécie de organização das Nações Unidas local”, foram órgãos locais informais de apoio aos planos de intervenção local que integraram outras instituições locais, outros grupos informais da localidade, incentivando e promovendo uma cultura de criação de parcerias e estabelecendo também a comunicação entre as autoridades locais e os DAL.

Os vários DAL estavam interligados nos 3 países do projeto através da Equipa Formula Juvenil Europeia, uma espécie de Governo Sombra da Rede Europeia de Grupos Informais, com jovens dos 3 países eleitos a partir de Equipas Nacionais compostas por jovens dos DAL de cada país.

Para por em marcha esta estratégia foi posto em prática um plano de ação assente em 5 eixos:

- foi criado o BOBID - Banco de Oportunidades e Boas Ideias para a Democracia - foi uma espécie de centro de recursos sustentada por um Plano de Formação que serviu suporte à formação de novos líderes juvenis para os DAL e formar os atuais e potenciais novos Animadores. Teve como ponto de partida todas as boas experiências já desenvolvidas nas edições anteriores do projeto Nova Formula, bibliografia selecionada, materiais pedagógicos adaptados e teve um carácter itinerante. Teve, como já referi, um plano de ação próprio com encontros de formação e sensibilização, tendo sido também produzida uma Brochura Pedagógica (em múltiplo formato) de suporte a jovens líderes e Animadores.

- foi posto em marcha um Plano de Cooperação Europeu com: a constituição da Equipa FJ Europeia (já referida); a organização de 2 Encontros Europeus, entre eles o Encontro Europeu de Jovens Animadores (na sua 4ª edição) que tiveram como base metodológica a simulação de um governo-sombra; a organização do Seminário “Democracy Challenge” que culminou a o Concurso Europeu e inclui um certame com a apresentação dos principais planos de ação, apresentação dos vencedores, concurso de curtas-metragens sobre os vários DAL, visitas e interação com as populações dos locais dos melhores planos de ação, entre outros (em Fevereiro 2012); e reuniões de trabalho entre os parceiros.

- o Concurso “Democracy Challenge”, já referido, com um processo dividido em 3 fases (1ª Sensibilização e Divulgação do Dem. Challenge; 2º Apresentação e concretização

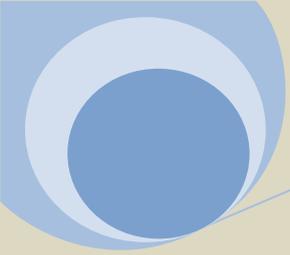
dos planos de ação; 3ª Avaliação e disseminação dos resultados dos Planos de ação). O já referido Seminário “Democracy Challenge” fechou esta iniciativa

- Fóruns “Jovens na Sombra da Democracia Participativa”, onde os jovens discutiram com membros das classes políticas as reais plataformas de participação juvenil na sociedade, nomeadamente: as iniciativas desenvolvidas pelo poder central e que utilizam os jovens em vez de apelar à sua verdadeira participação; o envolvimento dos jovens nas associações de estudantes do Secundário e Ensino Superior e na vida escolar no global; o sentido das políticas de juventude atuais e a participação dos jovens e suas organizações na concretização das mesmas. Estes fóruns foram complementados com uma Campanha de Sensibilização (paralela a todas as outras ações) com o lema “Democracia Participativa... de olhos no ideal, queremos o real”, desenvolvida junto de Escolas, grupos informais e Associações Juvenis.

- Integração do Movimento “Associativismo e Democracia Participativa”, que teve o seu Congresso em Novembro de 2010, em Lisboa .

Em termos globais, nos 3 países, com todas ações, foram envolvidos mais de 1300 jovens (a partir dos 13 anos). Como forma de divulgar, ampliar e disseminar a mensagem do projeto, este foi complementado com sitio na Internet, uma revista-brochura e uma obra pedagógica com a publicação das experiências e percursos dos planos de ação vencedores do concurso “Democracy Challenge”. Esta obra dá pelo nome de "Animação SocioEducativa e Democracia Participativa".

Abraão Costa (2012)



Animação SocioCultural

Despertar Consciências



Animação SocioCultural - Despertar Consciências

Escrever sobre Animação sociocultural é, para mim, tarefa árdua, já que prefiro vivê-la, senti-la, do que teorizá-la. Mas entendo claramente que é necessário, cada vez mais, fazê-lo. É necessário despertar as consciências.

Tendo em conta também que esta é de uma abrangência tal, que nem o mundo inteiro chega para a albergar, vou tentar ser o mais sintético possível abordando algumas questões no âmbito do conceito, importância e práticas de ASC. Considerando os destinatários deste meu humilde contributo, vou abordar os assuntos tentando não entrar por uma perspectiva meramente académica.

Saliento que este texto não passou pelo escrutínio de nenhum especialista da matéria, penso até que se passasse “levaria” com o “lápiz azul”^[1].

Já agora, em atalho de foice, quanto a mim, o termo Animação tem mais um significado de dinamização do que propriamente Animação. Animação tem mais um sentido de processo exógeno^[2], sendo que dinamização implica um processo dinâmico e endógeno^[3], que é, quanto a mim, o mais eficiente e duradouro na ASC. Claro que se o entendermos desta forma não haverá mal nenhum em ser comumente aceite pelos profissionais da área, mas não nos podemos esquecer que a ASC não é apenas para os profissionais, deverá ser para o mais comum dos mortais.

Se juntarmos todas as inúmeras definições, conceitos, explicações, tantos e tantas que até nos perdemos neles, da ASC, chegaríamos à seguinte conclusão. A ASC visa, em qualquer das circunstâncias, o desenvolvimento humano, seja no seu formato individual ou enquanto indivíduo pertencente a uma sociedade, ou seja, nas suas mais variadas vertentes. Tem como objetivo a construção de um mundo melhor, uma mudança social ativa, onde cada um terá um papel interventivo, consciente e, lá voltamos ao *cliché*^[4], que apesar de o ser não deixa de ser importante, “protagonista do seu próprio futuro”. Contudo para os mais jovens que, de quando em vez, se arredam do seu passado, não há evolução humana se não vivermos o presente apoiando-nos no passado e projetando o futuro. Por isso é importante que não nos esqueçamos de todas as tentativas, êxitos e fracassos que já foram levados a efeito, a atual situação da ASC e o que pretendemos que esta seja no futuro.

Após esta pequeníssima abordagem da importância da ASC, gostaria de passar um pouco pela *praxis*^[5] da mesma, também tentando não entrar em conceitos demasiado académicos.

Infelizmente, na atualidade, a sociedade comum entende a ASC como um conjunto de jovens que decidem enveredar por um caminho de entretenimento de outras pessoas através de algumas “palhaçadas” que efetuam com maior ou menor qualidade. Muitas das vezes apoiando-se no parente pobre das artes, as técnicas circenses.

Claro que os Animadores, jovens ou menos jovens podem seguir pelo caminho das artes circenses, mas apenas como estratégia para chegar a outro fim, a um fim muito mais importante, a ASC enquanto processo contínuo do desenvolvimento humano em todas as suas vertentes. Atribuir a prática de Animação sociocultural a um conjunto de técnicas, sejam elas quais forem, é demasiado redutor, tendo em conta o papel fundamental que esta poderá ter na sociedade.

É evidente que estes conceitos arcaicos e errados terão que ser abolidos dando lugar a outros conscientes da verdadeira importância da ASC.

Neste sentido poder-se-á colocar a questão – porque é que ainda subsiste esta ideia deformada quanto à ASC?

Pois bem, em meu entender deve-se a um conjunto de fatores negativos e mal interpretados, por desconhecimento, incúria ou qualquer outra causa, que não estão claramente definidos, ou seja, são genéricos e transversais a outras situações erradas e mal compreendidas. Contudo existem algumas destas que são claramente identificáveis, das quais posso destacar:

- Assim, em primeira linha de fogo temos as entidades com a responsabilidade de formar os futuros Animadores socioculturais, isto é, escolas, entidades de formação, entre outras. Estas não têm colocado ao serviço dos aprendentes massa humana conhecedora dos fundamentos da ASC e, muito menos, com experiência na área. Como consequência atribuem ou vêm-se obrigadas a atribuir um grau de menor importância à formação lecionada;

- Em segunda linha surgem-nos as instituições e empresas, sejam elas entidades públicas ou privadas que, aproveitando-se de algumas competências de alguns Animadores e/ou pseudo-Animadores, os utilizam para meras atividades de entretenimento e criação de riqueza rápida e fácil;

- Na terceira linha de fogo vêm claramente os próprios Animadores que, pela sua má formação na área, pela necessidade ou volúpia de quererem resultados rápidos ou outros interesses, calcorreiam todos os caminhos possíveis e imaginários, mas que nada têm que ver com a ASC;

- Por último, o conjunto de fatores referenciados inicialmente, que tem que ver com a atual conjuntura social, económica e política, que levam a que se dê importância ao supérfluo, deixando para trás o essencial. O conceito de cidadania e participação ativa está cada vez mais esmorecido, numa sociedade onde a partilha dá lugar ao individualismo. Onde cada um vive no seu canto, esquecendo o coletivo que, obrigatoriamente teremos que fazer parte, se quisermos uma mudança social efetiva. Onde o “chico esperto”^[6] é aquele que mais êxito tem. Onde a inteligência só estorva e onde a marca tem mais valor que a qualidade. Ainda por cima quando aqueles que têm responsabilidades acrescidas se deixam envolver neste marasmo de falta de ação, em que tomam uma atitude de passividade, promovendo o facilitismo e cedendo a pressões fáceis. Onde é fácil falar nas redes sociais, mas frente a frente ficamos intimidados, é natural que não consigamos unir esforços para encontrar soluções, que passarão por um coletivo consciente da urgência da mudança. A este propósito vêm-me à memória um conjunto de expressões que, infelizmente as abolimos do nosso dia-a-dia, “A persistência é o caminho do êxito”, de Charlie Chaplin, ou a de Einstein, “O único lugar onde o sucesso vem antes do trabalho é no dicionário”, ou mesmo de Lao Tsé, “Um caminho de mil quilómetros começa com o primeiro passo”. É também evidente que enquanto não entendermos que sinergia^[7] terá que ser uma forma de estar e não apenas uma palavra para decoração linguística não conseguiremos evoluir.

Claro que não me poderia esquecer das grandes decisões estratégicas de foro político que, muitas das vezes, são apoiadas em jogos de interesse partidário ou que apenas servem para gáudio de alguns e, por este fato, não servem os interesses de uma verdadeira ASC.

Todas estas situações aliadas a um baixo reconhecimento do papel do Animador sociocultural, enquanto profissional da área, levam a que ainda se mantenha este marasmo quanto à verdadeira importância da ASC.

Não querendo apenas fazer o papel de “velho do restelo”^[8], é importante realçar que existem aqueles que acreditam nas potencialidades da ASC e a exercem com convicção. Existe muito “boa gente”, de forma individual ou coletiva, que acredita que é possível a mudança social, que acredita que a ASC é um processo contínuo de luta pela melhoria das condições de vida das pessoas. Que, com sentido de serviço e perseverança, levam a ASC a bom porto, intervindo de forma consciente no processo coletivo de mudança. Que com fracos recursos, mas uma enorme vontade, conseguem fazer aquilo que muitos, cheios de recursos, mas sem vontade não o conseguem.

Então poderíamos colocar uma outra questão – o que fazer para que a ASC tenha o papel que merece na sociedade e de que forma é que a podemos aplicar?

- Em primeiro lugar é necessário que as entidades, sejam elas públicas ou privadas, reconheçam o valor da própria ASC, bem como a profissão de Animador, sendo que para isso terão que ser conhecedoras do que é na realidade a ASC e quais os condicionalismos do próprio Animador no desempenho das suas funções;

- Que as organizações ligadas à formação de Animadores socioculturais dotem os seus serviços com massa humana conhecedora da área e que apostem na qualidade e não na quantidade. Que não utilizem a formação nesta área como o “patinho feio”^[9] da mesma e que não sirva apenas para dados estatísticos;

- Que os próprios Animadores ou futuros Animadores em formação compreendam a importância da área onde estão ou vão trabalhar e que lhe deem o real valor enquanto processo contínuo de mudança. Que entendam a ASC como uma profissão como outra qualquer, com particularidades adstritas ao fato de trabalharem com pessoas. Que exerçam a profissão não como um refúgio, pelo fracasso noutras áreas, mas de forma convicta e correta. Que ao agirem enquanto Animadores não o façam de forma piedosa, mas acreditando na evolução daqueles com quem trabalham;

- Que as grandes estratégias políticas sejam devidamente sustentadas em critérios de coerência e exequibilidade, não servindo apenas de joguetes nas mãos de alguns;

Mas, para que haja uma verdadeira mudança será necessário que:

- Acreditemos que todos, se assim o pretenderem, podem evoluir;

- Tenhamos consciência que a mudança é possível, mas só se efetiva se para isso colaborarmos;

- Tenhamos a capacidade de nos unirmos em torno das causas públicas, não esperando sempre que a situação mude apenas por decreto;

- Façamos reivindicações conscientes, amadurecidas e não apenas protestos ou contestações sem nenhuma base de sustentabilidade;

- Acreditemos que a educação e formação permanentes levam à conquista da sabedoria para melhoria da nossa condição humana;

- Que todos nós somos responsáveis pela situação atual, seja pelo alheamento ou por tomada de posições erradas.

Ora, neste seguimento e para não dizerem que afinal não dei nenhuma sugestões, aqui vão algumas:

- Encontrem um grupo de pessoas que comungam dos vossos princípios. Não encontram ninguém? Não se preocupem. Avancem mesmo assim.

- Façam uma reflexão sobre aquilo que poderia ser melhorado ou criado, naturalmente numa perspetiva do desenvolvimento humano, participação ativa e idónea com vista à mudança social. Sejam realistas, não queiram que tudo se resolva num ápice. Podemos e devemos voar o mais alto possível, mas com os pés bem assentes na terra.

- Estruturem formas de resolução alternativas dos problemas encontrados ou do que pretendem criar para a referida mudança social, tendo em conta objetivos e metas previamente estabelecidos. Têm que ter em conta que os objetivos e metas devem ser possíveis de atingir. É necessário que exista planeamento, mesmo que futuramente seja alterado. A não existência deste é meio caminho andado para o fracasso.

- Partilhem as vossas ideias e sabedoria acreditando que os outros também têm ideias e são sábios. Não se agarrem ao poder para não ficarem prisioneiros dele.

- Não excluam ninguém que tem vontade, mesmo que não tenha competências. Só por si a vontade move montanhas.

- Podem utilizar as mais variadas estratégias apoiadas nas competências técnicas que possuem, ou convidar alguém que as possua. Contudo não se esqueçam que as técnicas não são o fim em si, mas permitem atingir os objetivos no âmbito da ASC.

- Estabeleçam os custos necessários para a ação ou ações.

- Depois disto verifiquem se pode haver parceiros institucionais ou empresas locais que vos apoiem, seja financeiramente, logisticamente ao qualquer outro tipo de apoio.

- E, paulatinamente, avancem com o processo.

Vão encontrar dificuldades?

Tantas que nem vos passa pela cabeça!

Mas é necessário acreditar que é possível.

Façam uma avaliação permanente do processo. Não tenham medo de alterar aquilo que está mal ou pode ser melhorado com medo da crítica ou censura. Não se preocupem! Só aqueles que fazem é que poderão ser criticados. Os que nada fazem não têm esse privilégio.

No final, depois de uma avaliação/reflexão, chegaram à conclusão que correu mal. Paciência! Torna-vos mais fortes e mais experientes. Em próximas situações os erros cometidos não se vão repetir. Correu bem! Não se achem “os melhores do mundo”. Partam para um novo processo conscientes que a humildade é também uma das chaves para o sucesso.

Em jeito de conclusão gostaria apenas de salientar que muito ficou por dizer, que uns podem concordar ou não com esta minha abordagem um pouco simplista mas sincera. De qualquer forma gostaria que esta minha contribuição não servisse para tentar encontrar culpados pelo passado, mas sim apoiando-nos nos fracassos e êxitos desse, refletíssemos e atuássemos no sentido de levarmos a efeito ações no âmbito da ASC que levassem a um crescimento interior individual/coletivo com vista a um futuro mais promissor - onde se pretende que sejamos agentes envolvidos num processo de crescimento e amadurecimento sadio onde todos têm o seu lugar e papel.

O Curso de Animador SocioCultural na Escola Profissional CIOR

O Animador Sociocultural é um profissional qualificado, apto a promover o desenvolvimento sociocultural de grupos e comunidades, organizando, coordenando e/ou desenvolvendo atividades de Animação de carácter cultural, educativo, social, lúdico e recreativo.

É com base nos princípios que medeiam a Animação Sociocultural enquanto forma de pensar, estar e fazer, que esta escola/curso foi construindo, paulatinamente, com os seus altos e baixos, um estatuto no concelho e fora deste. Estatuto esse que ocupa o seu lugar por direito com referências evidentes e, ao qual me sinto lisonjeado em pertencer e poder contribuir.

É minha obrigação salientar, enquanto peça deste "puzzle", que o patamar de qualidade e eficiência deste curso, reconhecido por todos, só se conseguiu, só se consegue, só continuará a ser conseguido, através do esforço, por vezes imenso, dos alunos, dos professores, do pessoal discente, dos pais e daqueles que, não fazendo parte desta comunidade escolar, acreditam na capacidade de mudança social.

É minha opinião que um curso deste âmbito deve comungar dos princípios da própria Animação Sociocultural, funcionando de forma sistémica, com uma dinâmica territorial e setorial transversal, assente em metodologias participativas, inovadoras, onde se promova a autonomia dos alunos com vista a dotá-los de competências profissionais e qualidades pessoais para serem protagonistas do seu próprio futuro. Onde a passividade deve dar lugar à atividade, onde a heteronomia deve dar lugar à autonomia, onde o facilitismo deve dar lugar à exigência. Onde os agentes do ensino/educação devem ser fontes catalisadoras para uma tomada de consciência participativa e construtora de vontades de mudança. Claro

que tais objetivos só se conseguem se a própria escola/curso for dotada de recursos para prossecução dos mesmos e acreditar que tudo é possível, mesmo as utopias. Esta escola sempre acreditou que é possível a mudança. O curso está dotado de recursos suficientes para abraçar tais vontades, onde a própria vontade foi e sempre será um fator decisivo para a continuidade do sucesso. Contudo, como em qualquer processo de Animação Sociocultural, a adaptabilidade é um fator de avanço. É importante que o curso, a escola, os agentes do ensino continuem a atuar de forma dinâmica, em função das mudanças das próprias condições em que se desenvolve, mantendo a sua eficácia e tendo como objetivo um ensino de excelência.

Destaco algumas evidências resultantes de todo o processo referido:

- Intervenções de âmbito cultural, lúdico, desportivo, ambiental, nas mais variadas valências, desde crianças, jovens, adultos, idosos, utilizando a área das expressões como metodologia de abordagem. Por ex.: Festa de Natal e Entrega de Cartões de Boas Festas;
- Intervenções em espaços culturais existentes, promovendo estratégias de aproveitamento de equipamentos culturais e otimização de recursos num âmbito sinérgico;
- Intervenções em parceria com instituições do concelho e fora deste, desde câmaras municipais, juntas de freguesia, algumas já num processo colaborativo permanente. Por ex.: “Crescer a Brincar”, em parceria com a Câmara Municipal de V. N. Famalicão;
- Coorganização em conferências, debates, encontros, palestras, onde se alia o trabalho de investigação participativa à análise crítica da problemática da Animação Sociocultural;
- Estágios (Formação em Contexto de Trabalho - FCT) no país e fora deste, desde Inglaterra, Irlanda, Áustria, nas mais variadas instituições, visando uma prática de Animação Sociocultural em contexto real de trabalho, com dinâmicas diferenciadas em função do contexto e da própria instituição;
- Provas de Aptidão Profissional (PAP), onde se evidencia a transversalidade de competências apreendidas ao longo do percurso formativo dos alunos, salientado pelas individualidades de excelência que têm composto o júri ao longo destes anos. Destaca-se a Feira Medieval/Quinhentista, atualmente com cinco edições, a qual já se tornou um marco cultural no concelho e com forte visibilidade fora deste. Esta, com o apoio financeiro e infraestrutural da Câmara Municipal de V. N. Famalicão.

De salientar que a abordagem seguida no curso tem demonstrado a sua eficiência através da inserção de uma grande parte dos nossos alunos no mercado de trabalho. Claro que nunca deveremos ficar satisfeitos. O processo de compreensão da necessidade da Animação Sociocultural, enquanto prática social para estimular a iniciativa e a participação das comunidades no processo do seu próprio desenvolvimento, é um processo lento e deverá ser assumido por todos aqueles que têm responsabilidades sociais, culturais e políticas.

Para finalizar, gostaria apenas de recordar que como qualquer pessoa com visão e estratégia, esta escola vive o presente, apoiada no passado e construindo o futuro. É isso que se deseja.

Luís Bessa (2012)

Significados das Legendas Numéricas

1. “Lápis azul” - Símbolo utilizado na época da ditadura do séc. XX em Portugal, onde os censores utilizavam lápis de cor azul para proceder aos cortes do que não queriam que fosse difundido.
2. Endógeno - Que provém do exterior.
3. Exógeno - Que tem origem e se desenvolve no interior.
4. *Cliché* - Chavão, lugar-comum.
5. *Práxis* - Ação.
6. “Chico esperto” - Expressão que significa pessoa que tenta enganar os outros achando-se melhor ou mais esperto.
7. Sinergia - Cooperação, ação associada.
8. “Velho do Restelo” - Expressão utilizada no canto IV dos “Lusíadas”, simbolizando o pessimismo e o conservadorismo. Apesar de alguns especialistas não concordarem, genericamente é utilizada com esse sentido.
9. “Patinho feio” - Expressão que significa o inferior, rejeitado. Tem origem no conto de Hans Christian Andersen, “O Patinho Feio”, onde narra a história de um patinho feio e desengonçado que é rejeitado pela família por ser diferente.

A Animação Socioeducativa e a Educação Não Formal no centro das Políticas de Juventude



(Re)Ligar os conceitos e refletir as políticas

Na «Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Uma Estratégia da UE para a Juventude – Investir e Mobilizar: Um método aberto de coordenação renovado para abordar os desafios e as oportunidades que se colocam à juventude» a Comissão das Comunidades Europeias compreende a Animação Socioeducativa como o trabalho efetuado com os jovens e ressalva o papel da educação não formal na formação ao longo da vida e na promoção da cidadania ativa da juventude, uma educação que deve ser complementar à educação formal.

É importante e coerente refletir a Animação Socioeducativa e a educação não formal partindo das linhas de ação expressas no documento, construindo vias para uma reflexão que cruze as recomendações europeias e as nossas expetativas.

O trabalho de Animação é transversal aos diversos campos de intervenção formais e não formais das organizações da sociedade civil. Há uma diversidade institucional e geográfica de organismos que promovem o envolvimento cativo e estimulam a tomada de decisão por parte dos jovens. As práticas de Animação Socioeducativa não são estáticas no tempo, nem nos espaços social e educativo, elas deverão ser reinventadas pelas e nas organizações de juventude.

Os organismos de consulta pública sobre as políticas juvenis, nomeadamente os conselhos municipais de juventude, assumem um papel evocativo da participação dos jovens na definição das políticas locais. Os conselhos municipais não devem ser a extensão do poder político-partidário, antes, organismos cuja isenção seja o rosto da ação coletiva da juventude que repudia possíveis processos de instrumentalização do poder político sobre a ação juvenil comprometida com a cidadania.

O empoderamento das organizações juvenis possibilita aos seus Animadores a descoberta e conquista de outros domínios de intervenção comunitária. O empoderamento é a chave que pode abrir a porta para a mudança social e para um espírito crítico face às realidades cultural, educativa, política, económica e social. As associações na qualidade de escolas de cidadania ativa e promotoras de educação não formal nas comunidades locais têm o direito de serem auscultadas e o dever de desenvolverem ações dinamizadoras da participação juvenil na definição das políticas de juventude no território municipal.

A Animação Socioeducativa como tecnologia social mobilizadora dos grupos

O trabalho sociocultural e educativo desenvolvido com os jovens é um desafio permanente à criatividade do Animador e do grupo. A participação ativa assumida como valor social e democrático da cidadania comprometida com a comunidade, numa perspetiva de mudança da realidade, é um registo que encontra ancoradouro nos processos de Animação, enquanto tecnologia social sustentada em metodologias participativas que privilegiam a promoção de uma cultura cidadã aberta à multiculturalidade, ao pensamento crítico e livre, arquitetado na dialética do envolvimento real e pela tomada de consciência dos indivíduos para a participação no próprio processo de desenvolvimento comunitário.

Os Animadores têm de entender a Animação Socioeducativa como um processo de diálogo permanente e participativo, favorecedor da afirmação dos indivíduos como coletivo. A Animação no âmbito socioeducativo traduz-se num modelo de intervenção que, como dinâmica de educação não formal, visa a melhoria do nível educativo das pessoas implicadas no processo (ANDER-EGG, 2000: 70).

A Animação Socioeducativa, enquanto âmbito da Animação Sociocultural, goza de grande tradição na história da Animação em Portugal. Este âmbito surge num contexto de educação não formal, pautando-se por um modelo educativo global e permanente, caracterizado pelo lúdico, pela criatividade e pela participação. Este âmbito da Animação emerge num contexto hereditário da tradição da educação popular que na atualidade está em desuso ou em via de desaparecimento devido a uma possível absorção pela matriz genérica da Animação Sociocultural (LOPES, 2006: 384).

A Comissão das Comunidades Europeias tem uma leitura antagónica sobre a vitalidade da Animação Socioeducativa, talvez, influenciada pela sua visão internacional sobre esta prática pedagógica de trabalho desenvolvido com os jovens e o papel que ela exerce para a concretização das políticas de juventude. A Animação Socioeducativa é uma plataforma de promoção da autonomia das pessoas e dos grupos, proporcionando-lhes ferramentas para que cada indivíduo assuma a orientação do seu destino e o da comunidade.

O ato de educar desde a perspetiva da Animação, entendendo-a como uma pedagogia participativa não pode assentar numa educação standard e clássica, onde o educador debita um conjunto de saberes e o educando recebe passivamente a informação. Educar tem de ser sinónimo de problematizar, de questionar a existência das matérias sociocultural e política, de rejeição de enunciados «fabricados» pela escola. Por

outro lado, educar deverá concretizar-se na dinamização de uma ação socioeducativa alternativa e ajustada ao ritmo de cada pessoa, privilegiando a interação do educador com os educandos; uma ação impulsionada pela participação ativa e pelos estímulos criativos, onde a partilha de saberes é o eixo central da ação porque o educando não é entendido como ator submisso, mas ator da mudança, capaz de pensar e de problematizar a sua própria realidade.

A Animação como tecnologia social deve proporcionar processos educativos a partir das experiências vividas pelos indivíduos, pois as práticas não se concretizam em conformidade com um modelo formatado de saberes. Há sim vivências e dinâmicas protagonizadas em diferentes espaços educativos, partilhadas por educadores e educandos. Os espaços de aprendizagem não se circunscrevem apenas ao espaço da educação formal, antes, estão perfeitamente identificados com a educação não formal e informal.

A centralidade dos indivíduos no processo de Animação é tónica dominante, independentemente das modalidades e destinatários das práticas. Os territórios da educação formal e não formal são espaços privilegiados para a Animação Socioeducativa e para o desenvolvimento de competências psicossociais, de relações interpessoais e de capacitação cidadã das pessoas. As práticas educativas não estão limitadas ao poder instituído. A formação integral dos cidadãos para o século XXI é uma tarefa interdisciplinar, na qual, os Animadores podem contribuir positivamente através de uma ação comunitária que deve perspetivar a escola como parceira de um projeto de ação transformadora dos atores locais em protagonistas da mudança sociocultural.

É tempo de olharmos o território para além da sua geografia, é imperioso ver e experienciar as malhas urbana e periférica como cidade educativa. Renata Fernandes (PARK *et al.*, 2007: 85) define este modelo de cidade como um universo alargado de práticas educativas que se realizam dentro e fora das instituições escolares e não escolares, envolvendo os equipamentos e instituições sociais, artísticas, culturais e de lazer, bem como os espaços públicos nos centros urbanos e periféricos da cidade.

A Animação promove os valores da democracia e da cidadania ativa, das liberdades individuais e do pensamento crítico. Estes são princípios inalienáveis, pois cada pessoa é avocada a participar com a comunidade na construção de uma sociedade democrática e participativa. Os Animadores têm um compromisso com a cidadania e através dela promovem as relações humanas e a comunicação no grupo, procurando sempre, desenvolver um clima de transparência e serenidade social. A Animação Socioeducativa, enquanto, modalidade da educação não formal exerce uma força coletiva importante na

mobilização dos atores sociais e no processo de consciencialização para os problemas coletivos. É na procura de soluções que a participação dos indivíduos acrescenta valor social e revela a maturidade cidadã promovida pela existência das dinâmicas e dos processos de Animação.

A transversalidade da Animação Socioeducativa nas diretrizes europeias das políticas de juventude

A estratégia da União Europeia para a juventude expressa na «Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Uma Estratégia da UE para a Juventude – Investir e Mobilizar: Um método aberto de coordenação renovado para abordar os desafios e as oportunidades que se colocam à juventude» define duas metas (COMISSÃO DA COMUNIDADES EUROPEIAS, 2009: 4): «Investir na Juventude» através da atribuição de mais recursos para o desenvolvimento de setores políticos com maior preponderância no quotidiano e na melhoria do bem-estar dos jovens; «Mobilizar a Juventude», um desiderato que pressupõe a promoção do potencial dos jovens a favor da renovação da sociedade, dos valores e dos objetivos europeus.

A criação de mais oportunidades em matéria educativa e profissional da juventude, a melhoria do acesso efetivo da participação dos jovens na sociedade e o fomento da solidariedade mútua entre a comunidade e os jovens são objetivos da nova estratégia para a juventude a longo prazo, com prioridades a curto prazo.

A Animação socioeducativa é uma forma de educação realizada fora da escola por profissionais ou voluntários no contexto de organizações de juventude, entidades autárquicas, centros de juventude e paróquias, entre outros, que contribui para o desenvolvimento dos jovens. Juntamente com as famílias e outros profissionais, o trabalho de Animação socioeducativa pode ajudar a lidar com o desemprego, o insucesso escolar e a exclusão social, além de ser uma forma de ocupação dos tempos livres. Além disso, também é um modo de angariar competências e ajudar a transição para a vida adulta. Apesar de não ser formal, este trabalho precisa de ser mais profissionalizado. O contributo da Animação socioeducativa reflete-se em todos os domínios de ação e respetivos objetivos. (Id., 2009: 12)

Nesta linha de entendimento sobre a diversidade das práticas de Animação Socioeducativa, a Comissão das Comunidades Europeias define como objetivo a ser

considerado nas políticas de juventude dos Estados-Membros o apoio e o reconhecimento da importância económica e social da Animação Socioeducativa, e ainda a necessidade da sua profissionalização. O Conselho Nacional de Juventude (2009: 3) defende que a profissionalização da Animação Socioeducativa seria uma política ativa de emprego e de criação de capital social através da capacitação das organizações de juventude e da consolidação das células associativas, contribuindo assim, para o enobrecimento da sua missão, enquanto promotoras de educação popular, de coesão social, de lazer e dos tempos livres.

O alcance deste desiderato poderá ser concretizado com recurso a diversas ações dos Estados-Membros e da Comissão no quadro das suas competências, nomeadamente: habilitar os Animadores Socioeducativos de competências profissionais e promover a sua validação através dos instrumentos europeus adequados (Europass, QEQ e ECVET); promover a Animação com recurso aos fundos estruturais; desenvolver a mobilidade dos Animadores Socioeducativos e de pedagogias, práticas e serviços inovadores no domínio da Animação Socioeducativa (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *op. cit.*: 12).

Foi definido para as políticas de juventude a dotação na transversalidade das políticas setoriais o papel da Animação, uma medida política que parece-nos reveladora do reconhecimento do exercício da Animação Socioeducativa enquanto pedagogia não formal no trabalho com os jovens. Este é o resultado da visão comprometida com a realidade social, educativa, política, cultural e económica da União Europeia.

A comunicação «Uma Estratégia da EU para a Juventude – Investir e Mobilizar: Um método aberto de coordenação renovado para abordar os desafios e as oportunidades que se colocam à juventude» enuncia potenciais ações a serem desenvolvidas por áreas setoriais, numa relação direta com a Animação Socioeducativa. No domínio de ação – Emprego – uma das propostas é «Desenvolver a Animação socioeducativa enquanto suporte da empregabilidade juvenil» (Id., 2009: 6). No domínio de ação – Criatividade e Empreendedorismo – a ação dos Estados-Membros e da Comissão deverá «Promover o contributo dos Animadores socioeducativos para a criatividade e o empreendedorismo da juventude» (Id., 2009: 7). No domínio de ação – Saúde e Desporto – uma das ações visa «Promover a formação em saúde dos Animadores socioeducativos e dos responsáveis de organizações juvenis» (Id., *ibid.*). No domínio de ação – Inclusão Social – entre as várias propostas destaque para o aproveitamento de «(...) todo o potencial do trabalho de Animação socioeducativa e dos centros para a juventude ao nível local para promover a inclusão» (Id., 2009: 10).

A preponderância da presença dos Animadores Socioeducativos na dinamização do trabalho com os jovens no quadro da educação não formal é sublinhada na redação do parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a comunicação «Uma Estratégia da UE para a Juventude – Investir e Mobilizar». O Comité faz uma leitura global e integrante do papel da Animação Socioeducativa na vida comunitária da juventude, ou seja, um contributo imprescindível para a execução eficaz da estratégia europeia nos vários domínios de ação. Porque os jovens têm de estar no centro do processo, a Animação como pedagogia participativa tem a incumbência de desenvolver uma rede de envolvimento social, um meio de aproximação aos jovens.

A Animação Socioeducativa é um evocativo nas políticas de juventude, um exercício que continua a ter um papel importante e atual nas dinâmicas políticas ao nível da congregação de esforços anotada na carta de intenções que deve ser concretizada com a participação ativa dos jovens.

A educação não formal e a Animação com os jovens

O ato de educar não está confinado à educação formal ministrada nas instituições educativas formais – a escola e os centros de formação. Educar desenha-se no plural, na relação entre a educação não formal, a formal e a informal.

A educação não formal desenvolve-se em paralelo ao sistema de ensino. Ela pode ocorrer no local de trabalho, ou através das atividades das organizações da sociedade civil – associações, sindicatos, partidos políticos e movimentos cívicos –, pode ainda, ser ministrada através de serviços educativos das instituições culturais que desenvolvem um papel de relevo complementar ao sistema formal de ensino.

[A educação não formal] Enquanto um sistema de aprendizagem, vem sendo prática comum sobretudo no âmbito do trabalho comunitário, social ou juvenil, serviço voluntário, atividades de organizações não-governamentais ao nível local, nacional e internacional, abrangendo uma larga variedade de espaços de aprendizagem: das associações às empresas e às instituições públicas, do setor juvenil ao meio profissional, ao voluntariado e às atividades recreativas. (PINTO, 2005: 4)

A educação formal é regulada pelas instituições de ensino e formação e conduz à obtenção de diplomas e qualificações reconhecidas. Os paradigmas que separam a educação formal e não formal diluíram-se. Hoje, os âmbitos, os conteúdos, as metodologias e os princípios pedagógicos que as caracterizam são complementares. A educação formal

pode ser complementada pelos métodos da educação não formal, favorecendo os processos de aprendizagem ao longo da vida.

A educação informal reúne tudo o que os indivíduos aprendem na vida cotidiana, uma aprendizagem mediada pelas relações sociais e pelas experiências vividas. A educação informal confunde-se com o processo de socialização dos indivíduos.

Há características da educação não formal (MORAND-AYMON, 2007: 14) que entendemos puderem ser partilhadas com a Animação. A educação não formal procura concretizar objetivos associados à integração e/ou inserção social e profissional, em muitos casos, num contexto de desenvolvimento local e de economia social. As atividades desenvolvidas no âmbito do processo educativo não formal estão ancoradas na realidade quotidiana dos indivíduos, as quais, correspondem às suas necessidades, identificadas *a priori* pelos próprios, visando a resolução dos problemas individuais, coletivos e sociais. A realização destas iniciativas mobilizam os coletivos, fomenta as aprendizagens sociais, a solidariedade e a autonomia dos indivíduos. As atividades de educação não formal possibilitam a tomada de consciência das aprendizagens, um exercício que contribui para a mudança pois a tônica está na atividade e no processo, mais do que no saber.

A educação não formal, enquanto processo de aprendizagem participativa, é uma importante metodologia de transmissão de saberes, de conhecimentos e de práticas desenvolvidas com os jovens, através das associações que assumem um papel preponderante como escolas de cidadania ativa e de democracia, pois as práticas experienciais são um método atraente e de fácil aprendizagem para os jovens.

A educação não formal, pedagogia participativa deve estar no centro das políticas de juventude, ela é um recurso para a Animação Socioeducativa, como pedagogia que privilegia o processo centrado na pessoa. Neste quadro de pedagogia participativa, a Animação Socioeducativa é uma tecnologia social importante e de reconhecido valor estratégico para a concretização de uma política comum de educação não formal, complementar à educação institucional debitada nos bancos da escola.

Há valores e princípios que não podem ser subtraídos à educação não formal e à Animação: os direitos humanos, a participação no processo de consciencialização e de mudança social, a tolerância, a promoção da justiça social, o diálogo intercultural e a inclusão sociocultural são valores e ações que se materializam no exercício da cidadania ativa.

As associações são importantes movimentos de democracia participativa e agentes de educação não formal. São um espaço de partilha na experimentação da tomada de

decisões no coletivo e no trabalho cooperativo para a resolução de problemas individuais e do grupo. O movimento associativo juvenil é um parceiro inequívoco na concretização das políticas de juventude e difusor das metodologias da pedagogia não formal. O reconhecimento das aprendizagens ao longo da vida é um objetivo da agenda política educativa e social. Da mesma prioridade deverá beneficiar o reconhecimento associativo juvenil, enquanto, espaço de cidadania ativa.

A valorização da ação educativa é um exercício que se traduz na aproximação e complemento do trabalho das organizações socioeducativas formais com as ações de educação não formal das associações juvenis. Os organismos associativos juvenis são «(...) os mais importantes agentes de educação não formal em Portugal e que o enquadramento que as associações oferecem é um fator determinante para a qualidade da educação não formal, com um impacto a longo prazo.» (CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, 2007: 2).

As comunidades do século XXI precisam de uma juventude problematizadora da sua própria existência enquanto grupo social. Uma juventude que questiona e reflete com autonomia de pensamento e de espírito empreendedor face aos dogmas educativos, capaz de romper com a hegemonia do pensamento ortodoxo defensor de uma educação clássica, caracterizada pela rigidez do «saber docente» em detrimento do «saber aprendendo» pela experimentação da criatividade individual e coletiva.

A Animação Socioeducativa cruza-se com a educação não formal. Ambas são pedagogias não diretivas que promovem atitudes ativas de aprendizagem ao longo da vida através da tomada de consciência do poder coletivo do ser comunidade, um poder simbólico que conquista sentido na transformação social. A valorização do processo na Animação com os jovens é uma premissa vinculada aos saberes dos Animadores, tal como acontece na educação não formal. Os Animadores têm de implicar os jovens nas dinâmicas do grupo. Eles precisam de sentir e experienciar a cidadania, aprender no coletivo, compreenderem a sua realidade e serem os mentores do processo da mudança sociocultural. É imperioso que os Animadores sejam educadores, companheiros de jornada, uma referência humana na caminhada social que os jovens escolhem fazer na descoberta da sua identidade. Os Animadores são educadores na facilitação dos processos de transição, na socialização, na liberdade para os jovens descobrirem o seu potencial criativo e na autonomia de construir no coletivo.

A Animação tem de estar alicerçada num processo de rutura com as aprendizagens formais, com as regras rígidas e de pensamento formatado pelos vínculos sociais e políticos

da comunidade. A Animação Socioeducativa deverá privilegiar as utopias, potenciar os jovens no seio da comunidade como seres integrais, pertença de um grupo social com áreas de interesse partilhadas por muitos e com objetivos comuns. A participação juvenil é um compromisso da Animação com os indivíduos, é um estágio de maturidade individual e de grupo que pressupõe envolvimento e exercício da cidadania ativa assumida pelos membros da coletividade. A delegação de responsabilidades não integra o vocabulário dos Animadores, nem pode ser entendida como um ato efémero da ação comunitária.

A Animação com os jovens não assenta apenas na promoção do associativismo, enquanto espaço de educação para os tempos livres e para a dinamização de programas de juventude alicerçados no voluntariado, uma dimensão socioeducativa não formal, solidária, promotora da cidadania, do potencial criativo e empreendedor dos jovens. Esta dimensão da Animação juvenil é uma oportunidade chave para aprofundar o sentido da democracia participativa e do diálogo interinstitucional. A Animação Socioeducativa materializa-se na participação ativa dos jovens na vida democrática local, na discussão das políticas que lhes dizem respeito. Um processo no qual eles são os protagonistas.

Os conselhos municipais de juventude: entre a democracia representativa e a democracia participativa

Os conselhos municipais são polos de democracia participativa desenhada na participação dos jovens na vida política do município e na ascensão do protagonismo juvenil através da ação cívica, revelada na tomada de decisões sobre matérias que diretamente afetam a sua vida em comunidade, exercendo o seu papel de atores políticos num diálogo construtivo e permanente com o poder local, e demais instituições da sociedade civil.

O conselho municipal de juventude é um órgão de consulta do município sobre matérias relacionadas com as políticas de juventude, cujo regime jurídico foi criado pela Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro e adaptada à Região Autónoma da Madeira, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010/M, de 20 de Agosto. O conselho municipal na prossecução dos seus fins visa desempenhar funções ao nível da colaboração, na definição e execução das políticas municipais de juventude, numa perspetiva horizontal, traduzida na articulação com outras políticas setoriais, nomeadamente, políticas municipais de turismo, educação, emprego, cultura, desporto, ação social, entre outras. Pretende também promover a discussão sobre as necessidades e aspirações dos jovens residentes no território municipal, promover iniciativas sobre a juventude a nível local, incentivar e promover a atividade

associativa juvenil e a sua representatividade junto dos órgãos autárquicos e de outras organizações nacionais e internacionais, bem como, desenvolver um plano colaborativo de trabalho entre associações juvenis em conformidade com o seu quadro de atuação.

O Decreto Legislativo Regional n.º 22/89/M, de 2 de Setembro, cria o regime jurídico do Conselho de Juventude da Madeira, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 10/97/M, de 26 de Julho. O Conselho de Juventude da Madeira à semelhança dos conselhos municipais é um órgão de consulta do membro do Governo Regional responsável pela área da juventude, com competências ao nível da análise e tomada de posição sobre matérias relacionadas com as políticas de juventude, análise das questões ligadas à inclusão social dos jovens, cabendo-lhe também a apreciação de propostas e projetos de diploma de carácter setorial sobre as questões de juventude, bem como, a emissão de pareceres a pedido do Presidente do Conselho de Juventude.

Os conselhos municipais têm de ser espaços de reivindicação do protagonismo juvenil e de encontro de soluções criativas para as necessidades da comunidade juvenil, a partir do debate das ideias geradas pelos coletivos, duas plataformas empreendedoras de democracia participativa que encontram no diálogo entre o tecido associativo e o executivo municipal, um feixe de forças complementares e dinamizadoras das políticas de juventude. Os conselhos de juventude são organismos que ao nível do poder local e pela sua composição pluralista e representativa do movimento associativo deverão desempenhar um papel de educadores para a cidadania protagonizada pelos atores juvenis, principais responsáveis pela fiscalização das políticas municipais e regionais de juventude.

As políticas juvenis não podem visar em exclusivo os jovens. Há um conjunto de conexões socioculturais e políticas que exercem um papel socializador nos processos de apropriação das novas linguagens e nas dinâmicas juvenis associadas ao processo educativo estabelecido por uma ligação direta com a família, a escola, o círculo de amizades e, certamente, com a associação cultural, desportiva ou recreativa do bairro. Os Animadores e outros agentes que intervêm nos espaços de sociabilidade juvenil têm de ser conhecedores desta teia de relações que ao longo do tempo definem a identidade dos jovens, e são eles, os jovens, que deverão ser os interlocutores dos territórios e dos espaços vitais da juventude.

Os conselhos municipais de juventude mais do que órgãos consultivos são espaços de interação entre diversas forças socioculturais, educativas e políticas, por isso são lugares de encontro e de conhecimento da realidade juvenil. Esta condição sociológica deverá alavancar a ação do município para o desenvolvimento de estudos e métodos de trabalho

com a juventude, para que os projetos municipais sejam respostas concretas para necessidades reais e não ficcionadas nos gabinetes das autarquias.

Considerações finais

O pensamento reflexivo construído no debate não se esgota na escrita, ele transforma e capacita o indivíduo na relação recíproca com os outros, num tempo e num espaço de problematização e consciencialização para a realidade envolvente à comunidade.

A Animação no século XXI tem um papel positivo e necessário na transformação dos indivíduos e na condução das ações fortalecedoras do ser comunidade que hoje ganha sentido e estratégia na construção das políticas de juventude e da identidade juvenil europeia. Os Animadores deverão ser timoneiros na implementação das políticas de juventude, partindo das recomendações das instituições europeias, no que se refere ao processo dinâmico e estratégico da Animação Socioeducativa na transversalidade das políticas juvenis. O desafio conjuga-se no presente, ele está no «aprender a participar», um desígnio que não compete em exclusivo à escola. Este desígnio é um ponto cardinal da Animação Socioeducativa, face ao qual, os Animadores estão capacitados para desenvolver um plano de aprendizagens não formais com os jovens.

As conceções de cidadania ativa e de educação para a democracia participativa são peças de um puzzle que precisam ser reinventadas, através das metodologias da educação não formal com os jovens, atores da mudança social. Neste domínio do trabalho cooperativo e inteligente, as associações enquanto escolas de educação não formal, são um território educativo por excelência para o desenvolvimento da capacitação dos jovens para o exercício de uma cidadania crítica e transformadora da democracia representativa na democracia participativa, um processo de vanguarda onde estão implicados os Animadores Socioeducativos.

Albino Viveiros (2012)

Referências Bibliográficas

ANDER-EGG, Ezequiel. *Metodología y práctica de la animación sociocultural*, col. «Escuela de Animación», Editorial CCS, Madrid, 2004.

COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU, *Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre a Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Uma Estratégia da EU para a Juventude – Investir e Mobilizar: Um método aberto de coordenação renovado para abordar os desafios e as oportunidades que se colocam à juventude*, [em linha]. Bruxelas: Comité Económico e Social Europeu, 2009. (Consult. 20 Dez. 2011). Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2009:318:0113:0120:PT:PDF>

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, *Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Uma Estratégia da EU para a Juventude – Investir e Mobilizar: Um método aberto de coordenação renovado para abordar os desafios e as oportunidades que se colocam à juventude*, [em linha]. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 2009. [Consult. 9 Mar. 2010]. Disponível em http://edbl.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/comissao_europeia/investir_mobilizar_juventude.pdf

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, *Tomada de posição sobre Educação Não Formal: Uma ferramenta para o desenvolvimento da participação juvenil na sociedade*, [em linha]. Lisboa: Conselho Nacional de Juventude, 2007. [Consult. 20 Dez. 2011]. Disponível em <http://www.cnj.pt/images/stories/pdf/educacao26.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, *20 Propostas Jovens para Portugal*, [em linha]. Lisboa: Conselho Nacional de Juventude, 2009. [Consult. 15 Out. 2010]. Disponível em http://www.cnj.pt/images/stories/pdf/propostas_20.pdf

DECRETO Legislativo Regional n.º 22/89/M de 2 de Setembro. *D. R. I Série*. 202 (89-09-02) 3779.

DECRETO Legislativo Regional n.º 10/97/M de 26 de Julho. *D.R. I Série – A*. 171 (97-07-26) 3815-3815.

DECRETO Legislativo Regional n.º 20/2010/M de 20 de Agosto. *JORAM I Série*. 76 (10-08-20) 2-5.

FUNES ARTIAGA, Jaime. «A Animação sociocultural na Juventude», in *Animação Sociocultural. Teorias, Programas e Âmbitos*, n.º 115, Horizontes Pedagógicos (coord. Jaume Trilla), Instituto Piaget, Lisboa, 2004, 219-233.

GILLET, Jean-Claude. «A Perspetiva Socioeducativa da Animação Social», in *Colóquio de Animação Sociocultural*, IEE/PUC-SP, São Paulo, 2006, 23-41.

LEI n.º 8/2009 de 18 de Fevereiro. *D.R. I Série*. 34 (09-02-18) 1145-1148.

LOPES, Marcelino de Sousa. *Animação Sociocultural em Portugal*, Intervenção, Amarante, 2006.

MAURI ALVAREZ, Alfonso de. «A Animação Sociocultural com os jovens», in *A Animação Sociocultural e os desafios do século XXI*, Intervenção, Chaves, 184-191.

MORAND-AYMON, Bernadette. *Olhares Cruzados Sobre a Educação Não Formal. Análise de Práticas e Recomendações*, Direcção-Geral de Formação Vocacional, Lisboa, 2007.

PARK, Margareth Brandini, Renata Sieiro Fernandes e Amarildo Carnicel (orgs.). *Palavras-chave em educação não-formal*, Editora Setembro, São Paulo, 2007.

PINTO, Luís Castanheira, *Sobre educação não-formal*, [em linha]. Lisboa: inducar, 2005. [Consult. 2 de Jan. 2012]. Disponível em <http://www.inducar.pt/webpage/contents/pt/cad/sobreEducacaoNF.pdf>

Formação de Animadores

Políticas sem práticas



Formação de Animadores: Políticas sem práticas

“O futuro tem muitos cenários, mas só um será realizado. Já houve um tempo sem escolas, e não sabemos se esse tempo regressará. Uma coisa é certa: tempos virão em que a sociedade necessitará de outras escolas”. (Nóvoa, 1992: 41)

A polémica não é de agora.

Herdámos do século passado a problemática da formação de Animadores. Em outubro de 1979, a Revista Intervenção apresentava um artigo sobre o 3º Encontro de Associações e Animadores Culturais, cujo tema foi “Da ação à formação/da formação à ação”, revelando que a formação de Animadores era um tema que se começara então a discutir. O que se pretendia, naquele tempo, era aliar à prática a reflexão sobre a mesma, na tentativa de oferecer ao Animador uma formação integral, plena, ecológica. Todavia, as questões começaram a surgir: “Quem fará a formação? Onde se fará essa formação?”

Naquele tempo não queriam que a formação de Animadores se concretizasse em instituições, mas sim em associações, onde o empirismo e a troca de experiências ganhava o braço de ferro com os processos clássicos de educação formal. Queriam afastar a Animação do “aparelho de estado”, reforçando uma autonomia que lhes parecia essencial.

Curiosamente, passados pouco mais de trinta anos, são as clássicas instituições escolares que dominam a formação de Animadores Socioculturais, pelos clássicos professores, quase todos ligados ao aparelho do Estado.

A questão impõem-se.

Estarão as políticas do Estado, no que refere à formação de Animadores, a ser transformadas em boas práticas?

Seria tremendamente exaustivo, utópico até, responder a essa questão com suportes cientificamente comprovados. Contudo, através de algumas análises documentais e bibliográficas e diversas trocas de informação e partilha de experiências, é possível delinear alguns parágrafos, capazes de compor um texto sobre as políticas e práticas que têm vindo a ser protagonizadas no nosso país sobre a formação de Animadores.

Julga-se pertinente, neste contexto, perceber que essa formação evoluiu ao longo dos anos. É interessante espreitar nas entrelinhas da máquina do tempo e perceber essa evolução, para a qual aconselho vivamente a leitura da obra de Marcelino de Sousa Lopes “Animação Sociocultural em Portugal”, editado em 2006, pela Intervenção, Chaves.

Iremos, por agora, abandonar a perspetiva histórica da formação de Animadores e trazemos o presente e a atualidade até nós, com um texto que se bifurca em dois caminhos, que irão cruzar as pacíficas fronteiras entre dois aspetos fundamentais: “Nascer-se ou fazer-se Animador” e “Formar Animadores ou formar em Animação”.



Antes de avançar, “é preciso sublinhar que se pode animar, sem ser Animador no sentido profissional do termo. Ou seja, há os que animam e são autênticos Animadores, mas não foram formados como tais... Seja dito isto, para que, ao mesmo tempo que damos importância à formação, não caiamos na mistificação da mesma” (Ander-Egg, 1992: 192-194). Ou seja, ser formado em Animação não é condição primordial para se ser um bom Animador.

Mediante este cenário, destaca-se a imperial questão.....

O Animador nasce ou faz-se?

As competências inatas são permanente contrariadas por teorias que defendem que o Homem é o resultado do que aprende ao longo da vida. Nesta ótica, não corre nas veias o sangue de um Animador. Nem ninguém nasce para esta ou para aquela função. No entanto, a este propósito, muito se diz de contraditório.

Por um lado, Cabanas (1993: 174), defende que “o Animador nasce”.

Neste sentido, as atitudes básicas de uma pessoa são inatas, visto que vão ligadas ao seu temperamento: há indivíduos que são de um modo e há-os que são de outro, e isto comporta, em cada caso, atitudes e inclinações diferentes, que determinam disposições para realizar atividades de tipo diverso, sobretudo no âmbito das profissões. É certo que as atitudes podem cultivar-se mediante a aprendizagem e o exercício, mas existem limites precisos em cada caso.

O mesmo autor continua a sua tese afirmando que “quem pensa ser Animador, tem que ver primeiro se tem as competências para o ser. (...) A Animação é uma atividade vocacional e vocação consiste numa inclinação profunda de dedicação a uma atividade para a qual se está dotado”(Cabanas, 1993: 175).

Mais recentemente, Quintas e Sánchez, foram muito claros e concisos ao afirmar que “pensamos que o Animador não nasce, mas faz-se”. (Quintas e Sánchez, 1999: 45).

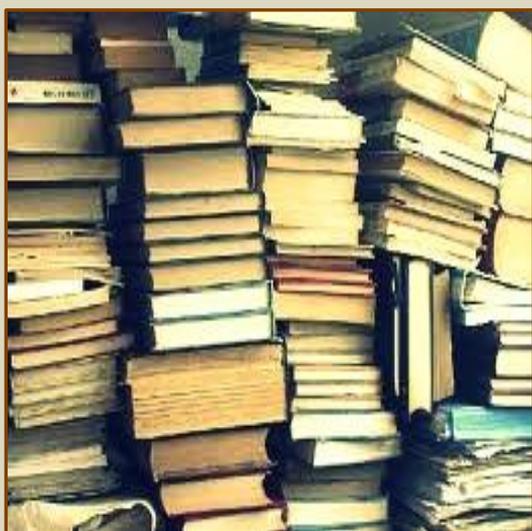
Neste sentido, numa tentativa de – ao não optar por nenhuma – unir as duas teses, é possível afirmar que, apesar de se nascer com determinadas características de Animador sociocultural, é possível construir-se um Animador, através de uma formação adequada e centralizada nas necessidades, quer do futuro Animador, quer do público-alvo com quem irá desenvolver as atividades de Animação.

Para compreender a diferença entre as competências inatas e as que se vão adquirindo ao longo da formação, é fundamental olhar para a formação de Animadores através de duas perspetivas: O aluno e a escola.

O aluno de Animação

É importante compreender o aluno de Animação como um indivíduo com passado, presente e futuro; com gostos e desgostos, com desejos e receios.

Que “estilo” de pessoa queremos formar? Que “tipo” de ser humano se adequa à profissão de Animador? Teremos todos de ser simpáticos, sorridentes e extrovertidos? Ou podemos ser Animadores introvertidos, observadores e discretos?



Os pontos de interrogação aumentam à medida que o raciocínio avança. Porém, é possível travar numa palavra – perfil. Qual o perfil ideal de um Animador sociocultural? É possível formar um exemplar genuíno, único, perfeito?... Que cumpra as tarefas e seja capaz de adquirir as competências necessárias para a execução das tarefas?

A respostas não vêm amontoadas nos livros e nas teorias.

O Animador não tem perfil exato. Deve ser um camaleão, capaz de absorver a realidade que o rodeia e adotar a pele das pessoas com quem trabalha, para sentir os problemas que os afetam e as potencialidades que os

singularizam. Para isso terá que aprender (e apreender) determinados conceitos e teorias, que servirão de suporte à prática de Animação, como por exemplo a Psicologia, a Sociologia ou a Antropologia. Terá também de ser capaz de refletir sobre os procedimentos utilizados na Animação e compreender o método de trabalho de um Animador.

Contudo, surgem mais interrogações. Será o aluno, ávido e curioso (ou distraído e desinteressado) capaz de cumprir as tarefas de um Animador? Conhecerá ele as funções de um Animador antes de entrar, durante e depois de terminar o curso de Animação?

É na esteira de Serrano e Puya (2007) que se listam as características de um Animador, salientando algumas características, que assumem a qualidade de sinónimo: deve ser um educador; um estimulador; um agente de mudança; um avaliador; um relacionador e um dinamizador intercultural.

Para além de todas essas funções, é importante referir as qualidades pessoais e humanas do indivíduo são também de extrema importância da Animação. Não importa só o que se sabe ou faz, mas, principalmente, como se faz. Para o Animador é tão importante o fazer como o ser. Por isso, quando se aborda a figura do Animador, não só contemplamos as suas capacidades e habilidades, como também a sua personalidade. “O ser precede à ação e a posse à doação, porque ninguém dá o que não tem” (De Miguel, 1995: 137). O Animador entrega-se a ele próprio. Existe apenas esta forma de praticar Animação, através da entrega pessoal e total nos projetos onde o Animador se envolve. E para se envolver dessa forma, é necessário estar dotado de qualidades que o distingue dos outros profissionais da área.

Assim, outra questão nos espreita ao virar da esquina do pensamento. É possível ensinar isso na escola? Sem prometer respostas, seguem-se mais alguns esclarecimentos.

A escola de Animação

Como a Animação Sociocultural é um processo muito ligado à mudança, à transformação, à atualidade, a escola deveria ser também uma instituição que se mantivesse atual e em constante mutação, de acordo com a realidade sobre a qual intervém. Ou seja, para fazer jus à filosofia da Animação Sociocultural, também a escola deveria: promover a participação, fomentar o desenvolvimento pessoal de cada indivíduo, que por sua vez transforma a sociedade; respeitar a autonomia cultural e valores sociais que promovem a convivência; reduzir os conflitos sociais e grupais e melhorar a qualidade de vida dos indivíduos e grupos dentro da sociedade.

Por outro lado, o ambiente escolar tem de ser de ser atrativo e numa constante envolvimento com a comunidade. A escola deve estar virada para o exterior e não estar limitada a um perímetro, invisível, mas óbvio, que afasta e separa a escola da comunidade



envolvente e do tecido institucional da região. Não pode ser uma sucessão de corredores e portas de sala de aula. Cada escola deve criar o próprio ambiente, tendo em conta a realidade local, adaptando os referenciais dos ministérios de tutela para cada situação concreta. Cada escola deverá criar uma dinâmica muito singular, que a diferencie das outras e a distinga das demais.

Também ao nível dos equipamentos e infraestruturas, a escola deve estar preparada para formar Animadores Socioculturais. À primeira vista, essa formação não necessitará de equipamentos e infraestruturas de relevância tal que nos obrigue a escrever algumas palavras sobre isso. Muitos dos responsáveis pela abertura de cursos de Animação julga que, ao contrário de um curso de informática, que necessita de computadores sempre na vanguarda da tecnologia, ou da mecânica, que precisa de uma oficina recheada das mais atualizadas ferramentas, o ensino de Animação precisará de pouco mais que um quadro branco, marcadores de várias cores e de um conjunto de pinturas faciais.

Contudo, a realidade é bem diferente. Felizmente, muitas das pessoas estão a aperceber-se que um curso de Animação necessita de equipamentos e infraestruturas específicas, que influem na qualidade da formação dos alunos e, assim, na qualidade da escola que os forma. Obviamente que as infraestruturas só terão sentido de existir se houver equipamentos que permitam a sua exploração na plenitude. Não se irá listar nenhum equipamento e/ou infraestruturas fundamental. Defende-se a ideia de que cada instituição tem que perceber, mediante as características e necessidades da sua realidade em concreto, quais os recursos que deve ter, quais os que outros têm e que deve usufruir através do estabelecimento de parcerias e quais os que, simplesmente, pode não ter.

Todavia, ter as melhores infraestruturas e equipamentos não substitui, de modo algum, a massa humana e a aposta na qualidade das pessoas que contribuem para a formação dos Animadores. Pessoas essas que serão a referência dos futuros Animadores

ou, no pior dos casos, futuros profissionais em Animação, cuja distinção nem sempre é fácil de descobrir, mas para a qual daremos o nosso contributo de seguida.

Formar Animadores ou formar em Animação

Julga-se pertinente perceber se, no fim do curso, o indivíduo é um Animador sociocultural ou simplesmente uma pessoa formada em Animação Sociocultural. São muitos os casos em que se verifica que o aluno não alenta o sonho de ser um profissional em Animação. Sacrifica sim a sua vontade de aprender e saber, baseado na tacanha teoria de que o ensino profissional é mais fácil, mas acessível, mais facilitado. No mais das vezes, o aluno senta-se na sala de aula desmotivado, desinteressado, sem horizontes. O futuro é apenas um quadro branco, como um vazio, que em tudo ou nada o preenche. Nestes casos, o curso de Animação é uma alternativa errada, porque não resolve, apenas disfarça. E as aulas são apenas tempos sucessivos entre os intervalos passados no pátio ou no recreio da escola, ao toque de campainha.

Outros casos há em que, no final do percurso escolar, percebemos que estamos diante de um verdadeiro Animador Sociocultural, motivado, atento, destemido, inquieto, corajoso, com vontade de mudar o que o rodeia. E nota-se a mente a fervilhar, com determinação em gerar processos de participação e promover ações de desenvolvimento social e comunitário.

Outros casos há em que, no final do percurso escolar, percebemos que estamos diante de um verdadeiro Animador Sociocultural, motivado, atento, destemido, inquieto, corajoso, com vontade de mudar o que o rodeia. E nota-se a mente a fervilhar, com determinação em gerar processos de participação e promover ações de desenvolvimento social e comunitário.

Todavia, a diferença entre ser formado em Animação Sociocultural e ser um Animador Sociocultural no final do curso não depende só do aluno. Aqui destaca-se outro protagonista do ensino aprendizagem, que é o formador. A juntar-se a ele, estão também os conteúdos das diferentes disciplinas e as metodologias através dos quais se processam essa partilha de conhecimentos.

O formador de Animação

Opta-se pela nomenclatura “formador”, pois, “no mundo da Animação Sociocultural, o vocábulo “formador” é relativamente recente; designa o que colabora no processo de



formação dos Animadores. O formador tomou o lugar do professor ou instrutor que, anteriormente, era mandatado para assumir esta função” (Limbos, 1984: 60).

Desde já, interessa fazer uma breve distinção entre os formadores da componente técnica, muito poucos profissionalizados, e os docentes das outras componentes. Existem formadores e docentes de Animação, que, para além de não serem formados na área, não estão sensibilizados nem informados acerca da filosofia da Animação e transformam a sala



de aula num local opressor, que silencia os alunos, como se os amordaçasse; onde o professor é o protagonista da ação e profere, num discurso pautado por um currículo plagiado, como se fosse um ditado, os conceitos do módulo em questão.

A nosso ver, o formador deve encarar uma aula de Animação Sociocultural como um conjunto de fatores, que ultrapassa a simples transmissão de conhecimentos e que envolve os alunos, numa participação ativa e interessada. Numa aula de um curso de Animação, apesar de ter de se obedecer a um currículo e a tempos determinados, tal como em qualquer projeto de Animação, nada é estanque, rígido e inflexível, pois deve estar sempre atento e apto a realizar alterações de acordo com a realidade concreta que encontra nesse determinado momento.

Tal como nas próprias atividades de Animação, também na formação não existem receitas perfeitas e o formador deverá saber misturar os ingredientes certos, na altura certa, para alcançar os objetivos pretendidos. É nessa mistura de ingredientes que descobrimos as condições indispensáveis para exercer a função de formador de Animação sociocultural.

Nesta ótica, o formador não é apenas o líder imposto, mas também respeitado e dotado da informação e dos meios didáticos necessários para a aprendizagem em Animação Sociocultural.

No mais das vezes, o formador não compreende a Animação e, quando tal acontece, interessa-se apenas que os alunos alcancem a positiva a determinada disciplina, para serem formados em Animação Sociocultural e não para formar Animadores Socioculturais.

Um bom formador será “aquele que garante um domínio dos conhecimentos, métodos e técnicas necessários para a Animação no tempo livre e consta dos seguintes requisitos: formação académica inicial; experiência profissional relacionada com a Animação

e o tempo livre; formação específica terminal (ratificada por uma titulação ou habilitação) e competência pedagógica credenciada” (Ventosa, 2008: 107-108).

Apesar de ser possível, não se exige que todos os docentes tenham formação em Animação Sociocultural. Espera-se, porém, que todos os que se envolvam no ensino da Animação a vejam como um processo participativo e de desenvolvimento, para se identificarem com a ação e possam ser, para além de simples docentes, um exemplo a seguir. Nesse sentido, julga-se que o fundamental não está exclusivamente nas habilitações



académicas do formador, mas também na metodologia adotada e, fundamentalmente, na sua forma de ser, que será sempre uma referência para quem está a aprender.

“É bem conhecida a distinção entre conhecimentos científicos (o ‘bom professor’ tem de conhecer bem a matéria que ensina), competências metodológicas (o ‘bom professor’

tem que saber como transmitir aqueles conhecimentos) e competências pessoais (o ‘bom professor’ tem de ter qualidades humanas e um bom relacionamento com os alunos)” (Santos, 1985: 36).

O currículo de Animação

Tal como qualquer currículo, também o de Animação Sociocultural deve ser uma componente de um alargado projeto escolar, possível de se tornar realidade na prática e abandonar o papel onde está escrito, para ser partilhado em condições de ser vivenciado pela comunidade educativa.

Por outras palavras, o currículo é construído dentro de um tecido social, pensado e definido num contexto de uma comunidade particular, que “compreende os propósitos que guiam a ação, assim como a própria ação (...) O professor utiliza o currículo como um elemento ativo e, para ele, como para qualquer outro sujeito, o currículo não é neutro, antes desperta significados que determinam os modos de adotá-lo” (Alves, 2001: 118).

Em Animação Sociocultural, os planos de estudo devem assegurar o conhecimento relacionado com as ciências sociais e o desenvolvimento psicossocial. Contudo, para além do peso dos conteúdos, deve o planeamento de cada escola e de cada disciplina consentir

mais leveza na abordagem a essas matérias, permitindo uma metodologia baseada na participação, na criatividade e, porque não(?), na personalidade de cada um.

“A pluridimensionalidade da prática requer uma formação ampla e multiforme que lhe capacite para enfrentar todo tipo de tarefas e decisões em relação à comunidade. Para isso, há que ter em conta tanto o conteúdo como as metodologias” (Serrano e Puya, 2007: 26). Por outro lado, a singularidade de uma região, a particularidade de um lugar ou a peculiaridade de um grupo, devem ser considerados.

Nesse sentido, regressamos ao ano de 2006, para o discurso assumir uma textura nostálgica e, ao mesmo tempo crítica pelo fato de se formatar os cursos de Animação Sociocultural, aniquilando a riqueza da diversidade e optando pela normalização curricular dos cursos profissionais. A portaria nº 1280/2006, de 21 de novembro cria o curso técnico Animador Sociocultural, extinguindo cursos como o de Animador Social com diferentes vertentes, a saber: assistente de geriatria; assistente familiar; organização e apoio nas áreas sociais; organização e planeamento; técnico de desenvolvimento e, por último, desporto.

Essa decisão pode ser vista através de duas óticas. Para uns, que nada percebem de Animação Sociocultural, foi uma opção graciosa, pois permite que a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ) regule todo o conhecimento que é partilhado nas aulas, remetendo a responsabilidade para quem desenhou os planos de estudo. Para outros, é, muitas vezes, doloroso, encontrar forma de abordar determinados assuntos, através de referências locais, sem fugir do rigor das palavras e objetivos delimitados nos planos de estudo. E o interesse das aulas esvai-se, como o ar de um balão que nos escapa da mão, porque a prática tem de ser substituída pela teoria referenciada nos currículos.

Esquecem-se que, “tal como uma receita de cozinha, o currículo possui alguns elementos básicos comuns; porém, cada localidade, cada restaurante, pode introduzir o seu próprio estilo de confeccionar, de condimentar, de apresentar, etc. Sabemos que é preciso que cada um se alimente adequadamente, que cada pessoa ingira um certo número de calorias, certos mínimos de proteínas, gorduras, certas vitaminas, etc. Há, porém, muitas formas de o fazer e, de acordo com a região em que se está, essa exigência cumprir-se-á de maneira diferente” (Zabalza, 2001: 23).

Rui Fonte (2012)

Bibliografia citada:

Alves, Natália (coord.) (2001) Educação e formação: análise comparativa dos sub-sistemas de qualificação profissional de nível III / elab. DINÂMIA - Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconómica; coord. Natália Alves; para o OEFP - Observatório do Emprego e Formação Profissional, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional

Ander-Egg, Ezequiel (1992) La animación y los Animadores, Madrid, Narcea

Cabanas, José Maria Quintana (1993) Los ámbitos profesionales de la animación, Madrid, Narcea, S.A. Ediciones

De Miguel, Sara (1995) El perfil del Animador Sociocultural, Madrid, Narcea, S.A. de Ediciones

Limbos, Edouard (1984) La formation des animateurs de groupe de jeunes: connaissance du probleme, 2ª ed., Paris, Les Editions ESF

Nóvoa, António (1992) Os professores e a sua formação, Coleção Temas de Educação, Lisboa, Publicações D. Quixote.

Quintas, Sindo Froufe e Sánchez, Margarita González (1999) Para comprender la animacion sociocultural, Navarra, Editorial Verbo Divino

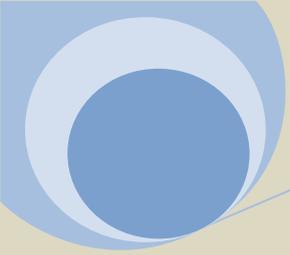
Revista Intervenção (1979) Conclusões do 3º Encontro de Associações e Animadores Culturais, Lisboa, Intervenção: revista de Animação sociocultural, n.º 13, setembro/outubro de 1979

Santos, Maria Emília Brederode (1985) Os aprendizes de Pigmaleão, (s.l.), Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

Serrano, Gloria Pérez e Puya, Maria Victória Pérez de Guzmán (2007) El Animador: buenas prácticas de acción sociocultural, Madrid, Narcea, S.A. Ediciones

Ventosa, Victor J. (2008) Perfiles y modelos de animación y tiempo libré, Madrid, Editorial CCS

Zabalza, Miguel A. (2001) Planificação e desenvolvimento curricular na escola, 6ª ed., Porto, Edições Asa





Reflexões sobre a Animação Territorial

Reflexões sobre a Animação Territorial

A reflexão que se segue baseia-se na investigação que nos últimos 3 anos tem vindo a desenvolver-se no Instituto Politécnico de Beja, na sequência da integração do Projeto Anim@te¹ e de um intenso trabalho de parceria. Este projeto, enquadrado pela iniciativa EQUAL, pressupõe que a mobilização do potencial endógeno das comunidades dificilmente pode ser atingida sem capacidade de iniciativa e organização de base territorial, por parte de cada uma dessas comunidades de *per si* e enquanto conjunto de lugares mais ou menos próximos que constituem um território. Tal implica, portanto, contar com as características e situação geográficas dos lugares, mas também com a questão das acessibilidades, das centralidades e/ou periferias; das populações e seus saberes; dos aspetos patrimoniais conservados pelas comunidades e, por último, pelas diferentes entidades e níveis de governança contidas nas comunidades e no território.

A Animação Territorial surge da necessidade de colmatar a desadequação ou insuficiência de respostas públicas que permitam a emergência de iniciativas locais que visem dar resposta a problemas e desafios específicos (Barca, 2009; Ferrão, 2000) e relacionados com territórios com características muito particulares (p. ex. comunidades envelhecidas; isoladas; demograficamente deprimidas; com elevado nível de desemprego; com problemas de criminalidade; com elevada percentagem de grupos de minorias étnicas, etc.). Recorre e incorpora aspetos das metodologias de intervenção da Animação Sociocultural, educativa, de desenvolvimento e da intervenção comunitária, partindo sempre do território e terminando na ação efetiva sobre o território. Parte-se, portanto, do princípio de que a Animação Territorial permite construir uma metodologia de capacitação para a ação, assente na interação social, passível de gerar “inovação social” quando pensada com base territorial. A “novidade” subjacente a este conceito, é pensar indivíduos, instituições e território conjuntamente, pelo que a análise de competências de indivíduos e instituições terá que ser levada a cabo em função da comunidade/território onde esse indivíduo e/ou instituição pretende inserir-se abrindo assim, caminho para uma “inovação social” que em primeira instância é, também ela, de “base territorial”.

¹ O projeto “Anim@Te” teve a sua origem na rede temática “Animação Territorial” que se desenvolveu ao longo da 2ª fase da Iniciativa Comunitária Equal

Reconhecimento da Animação Territorial

Como refere J.M. Henriques (2009 a; 2009b), os processos de desenvolvimento territorial têm vindo a consolidar-se desde os anos 80 do séc. XX, sempre relacionados com fenómenos de desenvolvimento local. No entanto, a ideia de animar o território ou seja, intervir através das metodologias e práticas de intervenção apropriadas e usadas pela Animação Sociocultural, conceptualizadas e monitorizadas, é bem mais recente. Sendo em grande medida uma prática e uma área de convergência de várias ciências sociais, não havia ainda sido conceptualizada ou refletida de “modo independente”. Muito ligada à ideia de desenvolvimento local e posteriormente, de inovação social, que várias organizações internacionais têm vindo a contemplar no domínio específico da sua ação, como é o caso do Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), e a Organização Internacional do Trabalho (Henriques, 2009a: 1-3), a Animação Territorial estava subentendida mas não surgia com terminologia e objetivos próprios.

Os processos de desenvolvimento territorial apenas na década de 90 são formalmente reconhecidos, “ (...) a partir das Cimeiras Europeias de Corfu (1992) e Essen (1994) e conheceu um impulso decisivo através do Livro Branco “Crescimento, Competitividade e Emprego” de 1993. Mais tarde, ainda antes do lançamento formal da Estratégia Europeia para o Emprego, a dimensão local da ação a favor do emprego mereceu atenção através dos “Pactos Territoriais para o Emprego” em 1996.” (Henriques, 2009a: 4). E, mais recentemente, já em 2000 e 2001, através da Comissão Europeia, com estudos no âmbito das estratégias e dimensões locais para a promoção de emprego. Na última década a capacitação para a ação de indivíduos, grupos e comunidades, animados por investigadores das ciências sociais, utilizando métodos e técnicas deste campo do saber, adaptados às situações, tendo em consideração os fatos e fenómenos de base territorial, têm sido determinantes para responder à inoperância e inadequação de propostas globais e anónimas, por parte de macro estruturas políticas e económicas. Constroem, deste modo, respostas socialmente inovadoras que permitem agir sobre o território tendo como base o próprio território, tornando-o mais inclusivo, viável (porque passível de ser mais e melhor vivido) e desenvolvido. É, de resto, este o sentido com que a OCDE apresenta a ideia de “inovação social” - um fenómeno que ocorre sempre que novas normas e/ou mecanismos surgem de modo a contribuir para a consolidação e melhoria da vida dos indivíduos, grupos, comunidades e territórios, no que concerne à criação de emprego, inclusão social, esbatimento de assimetrias e melhoria da intervenção dos níveis de governança. Neste

sentido, como refere Henriques (2009:2) “a “inovação social” procura responder a novas necessidades não satisfeitas pelo mercado podendo envolver aspetos conceptuais, organizacionais e de relação entre as comunidades e respetivos territórios.”

As metodologias participativas

A Animação Territorial é, sem dúvida, um processo participativo que implica trabalho em rede. De fato, sem que existam sinergias entre indivíduos, grupos e instituições, não será possível fazer-se Animação Territorial, já que esta implica, necessariamente, o envolvimento de todos os que partilham um mesmo território. É fundamental a disponibilidade mental e temporal, por parte da equipa de investigação/intervenção, para ouvir as populações (em termos individuais e de grupo), as diferentes instituições e níveis de governança existentes. A capacidade de ouvir o(s) outro(s) e de lidar, localmente, com hipotéticas divergências entre o que são necessidades/problemas/desejos manifestos pelas populações auscultadas (normalmente em fóruns e/ou pequenos grupos) e as que a equipa identifica, numa primeira fase, através do diagnóstico de necessidades é fundamental neste processo.

As metodologias participativas usadas pela Animação sociocultural, socioeducativa e territorial, são de enorme riqueza mas implicam, também, necessariamente, grandes dificuldades. Uma delas é a necessidade de diagnosticar/agir/(re)diagnosticar/agir/avaliar as ações por vezes simultâneas que acontecem no terreno. Outra é a dificuldade em auscultar os indivíduos/grupos/instituições coexistentes no território e que frequentemente resistem a mudanças e reagem negativamente à intervenção de agentes externos, nas suas vidas – fazendo com que, muitas vezes, reuniões planeadas e confirmadas antecipadamente, não sejam de todo eficazes. O tempo é, normalmente um aliado nestas situações, pelo que qualquer intervenção em termos de Animação Territorial tem que ser perspectivada num tempo longo – pode ter um início, não é certo que tenha um fim, apenas se vai transformando, evoluindo, cooptando novos parceiros ou reconfigurando relações.

A Animação Territorial implica o estabelecimento de parcerias com entidades existentes no território a abranger, mas também fora dele, de modo a constituir redes alargadas que permitam otimizar recursos e competências específicas, já que nenhum território existe isoladamente, sobretudo na era da globalização.

Desenvolver ações de Animação Territorial implica encará-la como metodologia de intervenção. Jamais o investigador que trabalha estas questões pode impor a sua opinião de especialista. Deverá, obrigatoriamente, intervir no sentido de permitir a tomada de decisões por parte de instituições, grupos e indivíduos, o que implica a tomada de consciência de si e do seu território, ponto ao qual apenas se chega se a equipa de investigadores trabalhar com base em metodologias participativas. De fato, ao intervir num território, o Animador(a) /equipa abre vias de reflexão a indivíduos, grupos e instituições, devendo conseguir criar sinergias e complementaridades entre eles. Intervir e agir no território, implica operar mudanças no espaço e nos indivíduos, a fim de os tornar interventivos, reflexivos e autónomos, tal como capacitar para a ação implica agir de forma a promover a cidadania e o desenvolvimento pessoal, permitindo escolhas refletidas e a definição de um projeto de vida. Estes objetivos, para serem atingidos, requerem a participação de todos os envolvidos, através de fóruns de discussão, entrevistas em painel, entrevistas individuais, observação participante, etc. Em suma, jamais será possível sem uma intervenção longa e continuada no terreno, captando a confiança das populações e instituições, mediando, harmonizando e intervindo no sentido de atenuar diferenças e conflitos e gerindo redes de parcerias e fomentando sinergias, assegurar uma ação de Animação Territorial válida.

Outra dimensão da metodologia participativa que a própria Animação Territorial é, tem que ver com as boas práticas observadas em determinados contextos e em determinados territórios, mais especificamente com a difusão destas boas práticas. Elas são descritas e divulgadas, passíveis de serem apreendidas e apropriadas por outros indivíduos, grupos, comunidades e territórios. No entanto, não são receitas que se apliquem com sucesso garantido. São apenas e tão só ações/soluções encontradas num determinado momento (conjuntura) e num determinado espaço e raramente (nunca) passíveis de reprodução num tempo e num território diferentes. Ao difundir-las impõe-se a necessidade de alertar para a inevitabilidade de compreender sem copiar; conhecer, refletir, adaptar e só depois aplicar a um outro contexto. A equipa/Animador(a) tem a obrigação de fazer esta advertência.

Objetivos da Animação Territorial

São objetivos da Animação territorial:

a) Em primeiro lugar, a **participação, envolvimento e melhoria das condições do território e de vida dos seus habitantes, de quem lá trabalha e de quem o visita**. Mas para que estes sejam atingidos, ela tem que ser inclusiva. Ao constituir-se como potenciadora de formas organizativas da construção de uma ação coletiva, é imprescindível, que se articulem de forma racional e complementar, os diferentes níveis de Estado – o Estado Social (Sociedade Civil), o Estado Local (Poder Local) e o Poder Central, através das políticas públicas.

b) **Assumir-se como facilitadora do processo de desenvolvimento e despoletar fenómenos de “inovação social”**, o que pressupõe a utilização de estratégias específicas de modo a transformar as desvantagens do território em vantagens. Tal implica um trabalho demorado, intensivo entre ocupantes do território e investigadores (equipas multidisciplinares e complementares que acuem no terreno). Sendo um processo, a Animação Territorial não termina nunca. Tem que se adaptar a cada momento, às diferentes conjunturas, devendo ter sempre disponibilidade e suficiente flexibilidade, para envolver novos parceiros que surjam no território (ou que, fora dele, façam sentido envolver no processo)

c) **Apoiar/despoletar/desenvolver processos de capacitação para a ação**, o que acontece quando se usam as potencialidades do território como um todo. A criatividade aliada à tradição e a inovação são fundamentais neste processo, o que implica a perceção/construção da realidade tendo como base a paisagem natural, a paisagem humana e a sua relação com a primeira, no que concerne a:

- . Validação e valorização de saberes e produtos;
- . Valorização do indivíduo como portador de saberes específicos: valorização do indivíduo enquanto portador de memórias, saberes e património(s);
- . Validação e valorização dos processos de construção da memória e dos quadros sociais da memória;
- . Validação e valorização dos processos de construção das noções de património e identidade;
- . Capacitação de atores e destinatários da Animação Territorial, dos técnicos /equipas envolvidos no processo de Animação territorial; das organizações e dos diferentes níveis de Estado;

- . Capitalização de saberes;
- . Capacidade de inovar (ao nível dos saberes, dos produtos, das empresas, etc.)

d) **Compreender e contextualizar a mudança**, permitindo a manutenção/ (re)invenção dos saberes, com vista ao desenvolvimento do território como um todo;

e) **(Re)adequar o discurso sobre a realidade**, enquanto processo, na medida em que implica a conquista permanente de indivíduos e instituições para a participação e intervenção, ou seja, permite e implica refletir permanentemente sobre o modo como, com quem e para quem, a cada momento e em cada território ela própria acontece;

f) **Aprofundar constante da capacitação e das competências dos técnicos, das populações e dos diferentes níveis do Estado**, que, embora diferentes e específicas, deverão ser complementares. Significa isto que o Estado, através das políticas públicas e da definição de uma estratégia global para o território deve ser um agente facilitador da Animação Territorial. Assim, deve assumir-se como promotor, cofinanciador e parceiro das políticas da Animação Territorial e não como um elemento centralizador que iniba e obstrua o estabelecimento de parcerias e sinergias no terreno, assumindo um papel de regulador das políticas, de molde a integrar e privilegiar com unidades, populações e entidades “desfavorecidas”, no sentido de tornar mais equilibrado o território;

g) **Ligar em rede todo o espaço territorial português**, permitindo efetivamente o atravessamento e a ocupação racional do território, promovendo o combate das zonas populacionalmente deprimidas e revitalizando o tecido económico (com atividades tradicionais ou inovadoras que nesses locais encontrem condições propícias ao seu desenvolvimento);

h) **Diminuir ou eliminar, tanto quanto possível, assimetrias**, pelo que é necessário conhecer as grandes opções estratégicas ao nível regional e nacional, no sentido de promover ações e projetos de Animação Territorial, que não apenas resolvam problemas pontuais e circunstanciais das populações e territórios, mas antes os conduzam numa direção convergente de desenvolvimento;

i) **Promover e desenvolver as potencialidades dos territórios**, independentemente das suas características, da sua heterogeneidade e dos seus recursos, trabalhando no sentido de as materializar em saberes aplicados, bens e serviços. Deste modo, o território como um todo, poderá manter a sua heterogeneidade, as suas subculturas próprias e as suas identidades locais/territoriais, desenvolvendo-se e complementando-se, de forma a integrar a diferença mas oferecendo, de fato, qualidade de vida a quem o vive e atravessa.

Animação Territorial como “novo “ campo de intervenção da Animação Sociocultural

A emergência de conceitos é, creio, conjuntural. Tal como as comemorações, surge porque faz sentido (para o poder ou para a comunidade ou para ambos). Tal como as tradições, tem um tempo de “instalação” e de “duração” e existe apenas enquanto é útil. Caso contrário, modifica-se, adapta-se ou desaparece. Como as novas palavras; como a tecnologia; como tantos outros aspetos da vida dos indivíduos, grupos e comunidades. Como as sociedades e as culturas.

Desde há longos anos que os movimentos de intervenção cultural, social e educativa (não formal) intervêm junto de diferentes comunidades, trabalhando com elas e provocando mudanças – de posturas, atitudes, comportamentos, saberes – contribuindo para o enriquecimento cultural e o aumento dos níveis de educação e literacia das populações, sobretudo adultas. O processo de Animação Sociocultural que então, como hoje, faz sentido, viu-se na continência de alargar o seu campo de ação para dar resposta a novos desafios sociais: envelhecimento populacional, desemprego, anomia social, crescimento das assimetrias sociais e territoriais, desenvolvimento (à escala nacional, mas também local e regional) e globalização.

A Animação Sociocultural desmultiplica-se. Sendo matriz de formas orientadoras de mediar e intervir na sociedade, gera novos campos de atuação mais específica: Animação Socioeducativa; Animação Artística e recombina-se com conceitos de desenvolvimento e de território, intervindo nas problemáticas relacionadas com territórios de baixa densidade demográfica, com tendência para a regressão ao nível da empregabilidade e do desenvolvimento. A Animação Territorial como “novo campo” de intervenção justifica-se por esta razão e neste momento de mudança de paradigma que se vive ao nível global. Intimamente ligadas mas diferenciadas na sua especificidade, Animação sociocultural, socioeducativa e territorial juntam esforços na resolução de novos desafios. As questões territoriais, o equilíbrio e desequilíbrio territorial; a alteração das configurações espaciais que é visível no jogo entre novas e velhas centralidades, velhas e novas periferias; a emergência de novas configurações económicas, culturais e sociais que moldam mentalidades e se traduzem em novos territórios de influência, aconselham os investigadores das áreas das ciências sociais a encarar o território como princípio e fim da sua intervenção. A Animação, sociocultural mas também socioeducativa necessita de estar consciente das potencialidades

de uma nova área de saber emergente e das vantagens que essa área lhes pode trazer enquanto espaço de intervenção.

A Animação Territorial nasce, portanto, da necessidade que as equipas multidisciplinares que trabalham os territórios, sentem de:

1) Compreender o modo como os processos de intervenção – técnicas e metodologias - são usados no âmbito da Animação Territorial e a Animação Territorial constitui como intervenção;

2) Compreender quais os efeitos do Animador/interventor sobre as populações e os territórios

3) Compreender quais os efeitos do Animador/interventor sobre as instituições;

4) Compreender quais os efeitos das populações e territórios sobre as metodologias e práticas do Animador/interventor e sobre as instituições;

5) Pensar os territórios – indivíduos e lugares – atendendo à sua identidade, saberes e cultura(s);

6) Divulgar a ideia de intervenção da Animação no território, na sua multiplicidade e diferença;

7) Definir e validar conceitos e a conceptualização de modelos de intervenção territorial;

8) Pensar politicamente uma estratégia de intervenção para os territórios e para o território, tendo em conta não apenas o espaço físico mas sobretudo a sua relação com os indivíduos;

9) Fundamentar uma nova visão do território, i.é., a relação que o espaço físico mantém com as populações e o modo como fomenta identidades, alteridades, culturas e saberes;

10) Refletir sobre o território e os saberes/território como produto e produtor de saberes;

11) Refletir sobre o modo como o território, através da sua identidade e diversidade pode gerar sinergias e complementaridades;

12) Refletir em torno dos aspetos relacionados com a inovação/tradição/mudança e (re)invenção do território;

13) Refletir em torno dos espaços e entidades de decisão;

14) Refletir em torno da capacidade de tomada de decisão por parte das populações e sua capacitação para a ação (empoderamento);

15) Refletir relativamente aos aspetos do desenvolvimento territorial/ Animação territorial empregabilidade.

“A reflexão sobre (...) o projeto Anim@Te permitiu (...) delinear um modelo de análise, de intervenção e de capacitação para a ação com base no exercício da reflexividade crítica e na interação social envolvendo agentes sociais implicados na ação. O “Living Document” elaborado no âmbito da Rede Temática “Animação Territorial” (Henriques, J.M., 2008b) e o “White Paper” elaborado no âmbito do projeto Anim@Te (Henriques, J.M., 2008a) reúnem a informação que serve de base à reflexão que segue. “ (Henriques, 2009:10).

É, portanto, com a iniciativa EQUAL que em Portugal agrupa um conjunto de projetos de Animação e Desenvolvimento Local e Regional e de Animação Sociocultural com forte base territorial, sob o chapéu-de-chuva de Animação Territorial, que começa a conceptualizar-se de forma sistemática, o conceito de Animação Territorial. Como todos os novos conceitos lança importantes e estimulantes desafios epistemológicos. Como todos os novos conceitos é um trabalho em progresso, aberto a contribuições de várias áreas da ciência; sujeito a avanços e recuos.

Perfil do(a) Animador(a) territorial

Pensar a Animação Territorial implica pensar em perfis académicos e profissionais, que possam responder às necessidades manifestas pelos territórios e por uma área emergente ao nível da Animação. Em primeiro lugar deve ser dito que não se considera que um profissional - apenas um e apenas com um determinado tipo de formação - seja suficiente para desenvolver atividades de Animação Territorial. É sabido que equipas de intervenção que entrecruzam e adequam diferentes olhares sobre o terreno, enriquecem qualquer intervenção seja ela territorial ou sociocultural. Há, no entanto, determinadas capacidades que o Animador/a Territorial deverá poder desenvolver e lhe permitirão agir com mais segurança. O perfil que aqui se apresenta, resulta das conclusões a que chegou a rede de parceiros que constituíram o projeto Anim@te e serviu de base à construção do Curso de Verão em Animação Territorial desenvolvido pelo Instituto Politécnico de Beja.

O/A Animador/a territorial é um profissional que:

a) Intervém em situações de promoção do desenvolvimento e da qualidade de vida das populações num dado território devidamente caracterizado, criando desejo e necessidade de participação social, visando o princípio do favorecimento da coesão social;

b) Desenvolve, integrado em equipas multidisciplinares, projetos e programas, em parceria, de dinamização e de apoio a indivíduos, grupos, instituições e comunidades, no âmbito social, económico, cultural e educativo;

c) Exerce o papel de interventor e de mediador entre as necessidades da população, estejam estas ou não em situação de carência, de desigualdade ou de exclusão social, e os meios para as suprir.

d) São elementos básicos da atividade de Animação, o/a Animador/a Territorial, como provocador, facilitador ou mediador, a ação, o elemento dinâmico de transformação/mudança e o participante (indivíduos, grupos, instituições ou comunidades) no espaço do território.

Os âmbitos de intervenção do/a Animador/a Territorial são:

a) O social, ao nível da participação, transformação, mobilização, integração, centrado nos grupos, instituições e comunidades do território;

b) O económico, ao nível da compreensão dos sistemas produtivos, modelagem e intervenção no planeamento e execução de projetos da economia social e solidária, centrado nos agentes económicos visando a melhoria das condições de vida e de bem estar da comunidade/território;

c) O cultural, ao nível do desenvolvimento das indústrias criativas de base territorial (e na promoção de novas centralidades territoriais);

d) O educativo, ao nível do desenvolvimento pessoal, mudança de atitudes e comportamentos, e empoderamento (capacitação para a ação)

As atividades principais do/a Animador/a territorial são:

1 - Identificação, inventariação de necessidades no âmbito territorial e mobilização de esforços para as suprir;

2 - Planificação, execução e avaliação de projetos e programas, em parceria, em espaços e infraestruturas sociais, económicas ou políticas, de cidadania, visando a promoção e Animação do território;

3 - Levantamento e estabelecimento de relações, ao nível do território, do património em geral, visando o desenvolvimento regional e local

Conclusões

Em jeito de conclusão, poderá afirmar-se que a “ (...) Animação Territorial é um processo dinâmico de intervenção que pressupõe uma atitude reflexiva baseada numa problemática e/ou que pretende responder a um conjunto de aspetos específicos contextualizados num território.” (Anim@te, 2008:21). Este processo constitui-se num tempo e num espaço e pressupõe uma flexibilidade ativa apenas passível de acontecer se nascer do encontro e sinergias entre os diferentes atores sociais (indivíduos, grupos, organizações, instituições). Tal fenómeno implica, necessariamente, disponibilidade para ouvir, apreender o outro e aprender com o outro, numa atitude construtiva e de melhoria constante dos processos de cidadania ativa. “Em suma, a Animação Territorial faz-se com as pessoas e grupos, num território específico que determina as problemáticas e as soluções para os problemas, através de uma reflexão teórica e de uma resposta cooperativa, que se materializa na tentativa de resolução efetiva e contínua das questões que, a cada instante, afetam as populações e territórios, mantendo identidades territoriais, individuais e de grupo.” (Anim@te, 2008:21)

“Só é possível, de fato, fazer Animação Territorial, ouvindo as comunidades e grupos, valorizando-os e aos seus contributos, assumindo-os como protagonistas do processo, criando com eles empatia e encontrando uma linguagem que permita efetivamente a comunicação. Nesta perspetiva, o/a Animador/a/a é alguém que, a este nível, facilita o diálogo entre os diferentes intervenientes no terreno, criando condições para o envolvimento efetivo das populações. Assim, a Animação Territorial é um processo dinâmico que pressupõe uma rutura em continuidade, sempre tendo a conta a contextualização geográfica, social, física, cultural e simbólica do território e do(s) grupo(s) que ocupam e que incorporam a necessidade de mudança de práticas, comportamentos e atitudes no sentido de responder, de modo apropriado, aos problemas que os atingem. (...) Só faz sentido com as pessoas, as suas conceções de Território – territorializações / espacializações – e de Tempo – temporalizações – que têm subjacente uma memória, tanto individual como coletiva, ancorada nos quadros sociais da memória e que traduz as identidades territoriais.” (Anim@te, 2008:21-22)

Consideramos que a Animação Sociocultural e a Animação Territorial estão intimamente ligadas. Até ao momento de integração na parceria Anim@te e no âmbito da Animação Sociocultural, já se pensavam e trabalhavam estratégias de intervenção comunitária, refletia-se sobre desenvolvimento local e regional e sua relação com a

Animação Sociocultural, relacionando sempre estes aspetos com as dimensões espaço-temporais. Fez, portanto, todo o sentido, no contexto do IPBeja, que se “adquirisse” e “interiorizasse”/“incorporasse” a ideia e a terminologia Animação Territorial. De fato, sempre pautámos as intervenções pelo respeito na diferença das populações (identidade/alteridade), abordando a sua relação com o espaço – o seu e o limítrofe; o próximo e o longínquo, pelo que se considera que a intervenção que se quer feita com as populações e não apenas para as populações, implica uma intervenção forçosamente territorial, da Animação Sociocultural. Ao ter em conta as culturas e subculturas das populações, o modo como vivem e apreendem tempos e espaços, para intervir no território, a dimensão sociocultural não deixa jamais de estar presente na Animação territorial.

Ana Piedade (2012)

Departamento de Educação, Ciências Sociais e do Comportamento/Instituto

Politécnico de Beja

LabAt – Laboratório de Animação Territorial/IPBeja

CRIA – Centros de Investigação em Rede em Antropologia

Bibliografía

AAVV (2008), *“Anim@Te - Animação para o Desenvolvimento Territorial”*, Gabinete de Gestão EQUAL, Lisboa

AA.VV (2006). *Animação, cidadania e participação*. Ed. Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP).

AMARO, R.R. (1990) – *“Desenvolvimento e injustiça estrutural”*, in *Communio*, nº 5, pp. 448-459.

ANDER-EGG E.(2000). *Metodologia y Práctica de la Animación Sociocultural*. Madrid: Editorial CCS.

BARCA, Fabrizio (2009), *Barca Report: Commissioner Danuta Hübner and Fabrizio Barca present reformproposals for EU Cohesion Policy*, working document, ref. IP/09/642, Brussels, 27 April 2009

BARROS, Carlos (1994). *Gestão de Projetos*. Lisboa: Edições Sílabo.

CAPUL, M., LEMAY, M (2003). *Da Educação à Intervenção Social*. Porto: Porto Editora (1º e 2º Vols).

CEMBRANOS, F.,HERNANDEZ,D.H., BUSTELO, M. (1997) *La animacion Sociocultural, una propuesta metodológica*. 6ª edición. Madrid: Popular.

FEATHERSTONE, Mike (1997). *“Culturas Globais e Culturas Locais”*. em Carlos Fortuna (org.). *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta Editora.

FERNANDES, Carlos (1989) - *Eementos de gestão de projetos: aplicação no domínio da educação de adultos*. Lisboa : DSRE, Divisão de Estudos.

FERRÃO, J. (2000) – *“Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro.”* in *Sociologia, problemas e práticas*, nº33, pp. 45-54.

GILLET, J.C. (2010), *"Morceaux choisis sur l'animation 1972 - 1995, analyse critique"*, coll.Animation et territoires, l'Harmattan, Paris

GILLET, J.C. (2008), *"Des animateurs parlent. Militance, technique, médiation"*, coll.Animation et territoires, l'Harmattan, Paris

GILLET, J.C. (2006), *L'animation en question(s)* Toulouse, éditions érés, coll. Trames, septembre 2006 (223 pages)

GILLET, J.C. (2000), *L'animation professionnelle : histoire, acteurs et enjeux* (en collaboration avec J.P. AUGUSTIN). Paris : L'Harmattan, coll. Débats/Jeunesses

GILLET, J.C. (Coord), (2011), *Parti et mouvement social Le chantier ouvert par le PSU* Ouvrage coordonné et dirigé par Jean-Claude Gillet & Michel Mousel, Paris, L'Harmattan.

GILLET, J.C. (Coord), (2010 a) *Au coeur des luttes des années soixante. Les étudiants du PSU. Une utopie porteuse d'avenir ?*, coordonné par Jean-Claude Gillet et Roger Barralis, éditions Publisud.

GILLET, J.C. (Coord), (2010 b), *"Mémoires professionnels - Master Animation - Bordeaux"*, Christian Frossard, Jeanne Lafon, Frédéric Lucbernet - Introduction de Jean-Claude Gillet coll. Animation et territoires, l'Harmattan, Paris.

GILLET, J.C. (Coord), (2007), *Les animateurs professionnels face à la différence ethnique* (sous la direction de Chantal Crenn, Laurence Kotobi et Jean-Claude Gillet), Paris : L'Harmattan, coll. Animation et territoires.

GILLET, J.C. (Coord), (2006), *Mixité, parité, genre dans les métiers de l'animation* (sous la direction de Jean-Claude Gillet et Yves Raibaud.), 224, pages, Paris : L'Harmattan, coll. Animation et territoires.

GILLET, J.C. (Coord), (2001), « *Les associations, des espaces entre utopies et pragmatismes* ». Sous la direction de J.C. GILLET. Bordeaux : PUB, coll. Le Territoire et ses acteurs

GILLET, J.C. (Coord), (1996), « *Quartiers fragiles, développement urbain et animation* ». Sous la direction de J.P. AUGUSTIN et J.C. GILLET. Bordeaux : PUB, coll. Le territoire et ses acteurs.

GUERRA, Isabel Carvalho (2000). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Ação: o Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais. Principia.

HENRIQUES, José Manuel, (2009 a), *Inovação Social e Animação Territorial: Contributos da Iniciativa Comunitária Equal em Portugal*, Doc. Trabalho final /Projeto Anim@te

HENRIQUES, J.M. (2009 b), *'Inovação Social e Animação Territorial: Contributos da Iniciativa Comunitária Equal em Portugal'*, in *Sociedade e Trabalho* nº 38

HENRIQUES, J.M. (2006), *'Local Anti-Poverty Action and Planning Theory: a Framework for Choosing Methods and Tools'*, in *Ensaio de Homenagem a António Simões Lopes*, Instituto Superior de Economia e Gestão, UTL, Lisboa

HENRIQUES, J. M. (2005), *'Processo de Globalização, 'Desintegração Local' e Desafios à Governância: Discursos e Possibilidades'*, in Salavisa, I., Rodrigues, W., Mendonça, S. (eds) 2007, *Inovação e Globalização: Estratégias para o Desenvolvimento Económico Territorial*, Campo das Letras, Porto

IBAR, Mariano e J. Longas (1992). *Como organizar y gestionar una realidad de animación sociocultural*. Madrid: Narcea ed.

MARTIN, M.T., SERRATE, M.L (Coord.). (1999). *Evaluación y Ámbitos Emergentes en Animación Sociocultural*. Madrid: Sanz Y Torres

MATEUS, A. (2001), *Economia portuguesa*, Lisboa: Ed. Verbo.

MERINO FERNÁNDEZ, José V. (1997), *Programas de animación sociocultural: tres instrumentos para su diseño y evaluación*. Madrid : Narcea.

PNUD (2004) – *“Liberdade cultural num mundo diversificado”* in Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004*, Queluz: Ed. Mensagem.

PORTES, A. (2000) – *“Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea”* in *Sociologia, problemas e práticas*, nº33, pp.133-158.

QUINTANA, J. M. (1992) *Fundamentos de Animacion Sociocultural*. Madrid: Narcea S.A.

QUINTANA, J. M. (1993). *Los Ambitos Profesionales de la Animacion*. Madrid: Narcea S.A.

QUINTAS, S. F., CASTAÑO, M. S. (1990) *Animacion Sociocultural. Nuevos Enfoques*. Salamanca: Amarú Ediciones.

REIS, J. (1996) – *“13 teses sobre o desenvolvimento local”* in MANIFesta'96, Tondela.

SILVA, A. S. (1996) - *“A filosofia política do desenvolvimento local”* in MANIFesta' 96, Tondela.

SIMÕES, Helena (2006) . *Animação Cultural: três andamentos de compreensão*. Lisboa: Livros Horizonte.

TÖDTLING, F. 2009, 'Endogenous Approaches to Local and Regional Development Policy' in Pike, A.,Rodríguez-Pose, A., Tomaney, J. (eds) 2009, *Routledge Handbook of Local and Regional Development*, Routledge, London

TRILLA, Jaume (Coord.); (2004). *Animação Sociocultural – Teorias, Programas e Âmbitos*. Col. Horizontes Pedagógicos. Lisboa. Instituto Piaget.

UCAR, X. (1992). *La Animación Sociocultural*. Barcelona: Ed. CEAC.

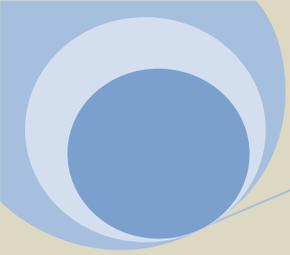
VEJA, F., VENTOSA, V. (1996). *Programar, acompañar, evaluar*. Madrid: Editorial CCS.

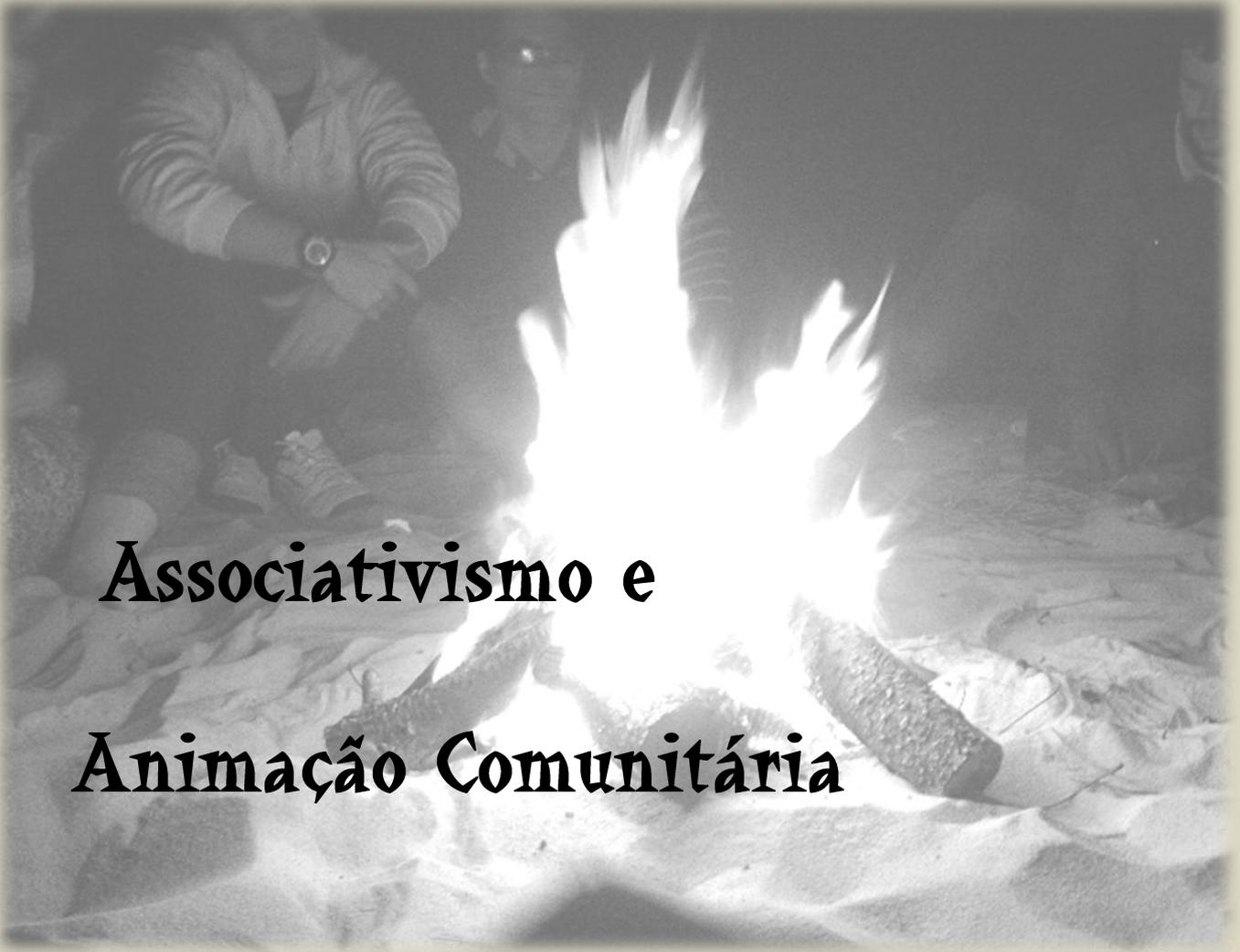
VENTOSA, Victor (coord.). *Perspectivas Atuales de la Animación Sociocultural: cultura, tiempo libre y participación social*. Madrid: Editorial CCS.

WENGER, Etienne; Trayner, Beverly; de Laat, Maarten (2011), *Promoting and assessing value creation in communities and networks: a conceptual framework*, working document

WENGER, Etienne,(2009),*Communities of practice and social learning systems: The career of a concept*, working document

WENGER, Etienne,(2009), *Social learning capability :Four essays on innovation and learning in social systems*, working document





**Associativismo e
Animação Comunitária**

Associação de Moradores das Lameiras - Uma experiência de Associativismo e Animação Comunitária

Gente com o orgulho ferido

A Associação de Moradores das Lameiras nasce a partir de uma realidade muito dura, num complexo de habitação social construído para gente pobre, a que se deu o nome de «Edifício das Lameiras», em Vila Nova de Famalicão. Eu estava incluído no grupo das pessoas pobres, doutra forma não teria direito a habitação naquele espaço habitacional. As novas famílias que deram vida ao bairro provinham de todo o tipo de contextos, algumas tinham vivido em barracas, outras em casas sem condições, diversos a viverem com outros familiares em casas superlotadas e ainda, um outro grupo que tinha perdido quase tudo nas antigas colónias ultramarinas e que viviam provisoriamente em pensões da cidade e nas instalações do então Seminário de S. Tiago, na cidade de Braga. Era gente com o seu orgulho ferido, que foi transferida para o mesmo espaço habitacional, em forma de um “quarteirão no centro da cidade” como alguém lhe chamou. O acesso às habitações era feito a partir de seis torres de escadas colocadas em seis pontos estratégicos do “quarteirão”, que por sua vez ligam com os patamares, tal como ainda hoje acontece. As pessoas passavam, e passam, na frente das casas de uns dos outros. Aqueles que se esqueciam de fechar a porta, decorrido algum tempo, tinham alguns “mirones” de olhos meios tristes e meios contentes a espreitar lá para dentro. Eram as crianças, muitas crianças, que “invadiram” o recinto do prédio, calculava-se naquela altura, cerca de 750, entre a idade de um mês e os 15 anos. (Lameiras linhas do tempo, adaptado)

Conforme as pessoas iam ocupando as suas casas, foi-se divulgando a necessidade de se fundar uma Associação que representasse e defendesse os interesses dos moradores das Lameiras, dada a diversidade de problemas sociais, culturais, étnicos e outros. Entre os moradores havia um grupo de pessoas com conhecimentos na área do associativismo juvenil, entre elas, a minha experiência pessoal, enquanto dirigente diocesano e nacional da JOC – Juventude Operária Católica.

Um método participativo com base nos pressupostos da Animação

Na JOC tinha aprendido e experimentado o valor dos pequenos grupos, sobretudo a partir da definição do campo de ação de cada um dos seus membros. Nas Lameiras, as pessoas juntavam-se espontaneamente e, sempre que podia, ia impulsionando estes grupos a prosseguirem com os seus ideais. Assim se foram constituindo pequenos grupos informais que aqui e ali abordavam a situação com que nos deparamos naquele complexo habitacional a estrear «novinho em folha». Enquanto uns falavam das condições habitacionais, outros abordavam o género de materiais de construção civil ali utilizados na estrutura do Edifício, outros estavam preocupados com a vizinhança e o vandalismo que começava a sentir-se, outros preocupavam-se como constituir o futuro condomínio. Simultaneamente havia outros grupos que, de forma espontânea, se encarregavam das atividades religiosas (lembro que a primeira atividade pública no recinto do Edifício foi a celebração de uma missa campal no dia de Páscoa de 1983, que assinalou a inauguração daquele espaço e a bênção coletiva das casas. Foi um grupo destes que esteve na sua organização), havia o grupo de folclore que inicialmente conseguiu formar um grupo folclórico de danças e cantares diversificados conforme a origem da população, o grupo dos cavaquinhos para ensinar a tocar música de cordas, o grupo do desporto com várias modalidades, o grupo da cultura, das quadras populares, dos concursos literários, o grupo da catequese e o grupo da escola primária. Havia no entanto um outro grupo que se preocupava em constituir uma entidade aglutinadora de todos estes grupos, mas defendia que a sua constituição tinha que ter a participação ativa da população e isto só se conseguia com a convocação de uma Assembleia-Geral de moradores.

Só após alguns anos já com a Associação de Moradores constituída é que fomos dando conta do valor intrínseco destes grupos e a sua influência na definição das linhas orientadoras da Associação. Hoje estes grupos continuam a existir de uma forma mais organizada. Apresento alguns exemplos: Grupo Desportivo com as modalidades de futebol de salão amador, com quatro equipas a disputar os campeonatos concelhios, a pesca desportiva, o atletismo, o ténis de mesa, entre outros. A Secção Cultural com o grupo do Boletim Cultural e Informativo, o TELA – Teatro Experimental das Lameiras, o Coro Vivace Música e o grupo da «Salinha» que reúne como CATL aberto com crianças e jovens que não estão integrados em mais nenhuma estrutura social. Depois a forte componente dos grupos ligados à religião católica, como a LOC/MTC – Liga Operária Católica, Movimento de Trabalhadores Cristãos, o MAAC – Movimento de Apostolado de Adolescentes e Crianças, a

catequese com diversos grupos, entre outros. Tenho que falar ainda no Centro Social, que através da Associação de Moradores das Lameiras, criou 80 postos de trabalho remunerado com dez respostas sociais muito diversificadas. Mas a mais importante experiência foi o sentido comunitário que se foi construindo a partir de um processo de animação comunitária.

A semente do associativismo

O grupo de trabalho que viria a dar origem à Associação de Moradores foi pressionando os técnicos da Câmara Municipal, destacados para aquele espaço, na pessoa do Eng.º Costa Reis, um jovem recém-licenciado (hoje diretor do urbanismo) que chefiava a equipa, para que convocasse uma Assembleia-geral de Moradores, com o objetivo de se discutir, analisar o futuro desta nova população e avançar para um processo de criação de um grupo representativo. Essa Assembleia foi convocada com a assinatura do então Presidente do Município de Vila Nova de Famalicão, para um dia do mês de Abril de 1983, no salão nobre do antigo quartel do Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão. Presidiu à Assembleia o Eng.º Costa Reis, assessorado pelas jovens técnicas Maria José Oliveira e Isabel Dias, do gabinete social instalado pela autarquia. Naquela assembleia, um grupo de pessoas propôs que se elegeisse uma Comissão de Moradores e que a mesma ficasse mandatada para formar a tão ansiada Associação. Naquele dia e naquela assembleia, verificamos mais tarde, que algumas das pessoas presentes não eram ali residentes. Pessoalmente, mais o meu amigo Júlio Vilaça, que trabalhávamos na mesma empresa, comentávamos (quase em silêncio) estes episódios entre nós. Ele próprio conhecia algumas dessas pessoas não residentes. Então, para impedir que a Comissão fosse eleita naquele dia com desconhecidos, avancei com uma proposta diferente. Argumentei, que estávamos a viver naquele espaço apenas há algumas semanas e não nos conhecíamos minimamente. Propus que a Comissão a criar fosse, fruto de uma votação mais alargada e participativa dos residentes, a partir de cada um dos 24 patamares. Expliquei que seria mais fácil para os moradores escolherem um residente do seu patamar, entre quinze ou oito casas, do que do Edifício inteiro com 290 habitações. Esta proposta acabou por colher a simpatia da maioria da população ali reunida e foi aprovada. Foi escolhido um sábado do mês de Maio para a eleição. O gabinete social encarregou-se de divulgar a iniciativa, algumas regras e depois foi a votação por voto secreto. O morador que obtivesse mais votos no seu patamar seria o eleito. Se recusasse seria indicado o segundo e assim sucessivamente até se constituir o chamado O.R.M. – Organismo Representativo

dos Moradores. Uma vez eleito, este organismo começou a trabalhar. Apesar das preocupações reais e legítimas o grupo eleito era muito heterogéneo e quase logo apareceram as primeiras dificuldades. A influência das forças partidárias era muito grande neste grupo (ainda estávamos muito próximos da revolução de Abril de 1974). Isto provocava grandes desentendimentos. Com o andar dos tempos, formaram-se de forma espontânea dentro deste organismo duas correntes de opinião. Eram dois pensamentos interessantes e diferentes, que no entender dos seus “porta-vozes”, correspondiam melhor para o futuro do Edifício das Lameiras. Os seus líderes espontâneos e naturais procuraram-me, por diversas vezes, para conversar e ajudar a definir estratégias, pois era e sou amigo de ambos. Em conjunto procurei e tentei criar consensos, mas as questões, naquele tempo, não eram nada fáceis. Alguns membros do O.R.M. não estavam para enfrentar aquelas discussões e acabaram por se demitir. Mas este grupo foi fundamental, sobretudo para as pessoas se conhecerem melhor. Apesar das divergências, as pessoas foram também criando relações de amizade e boa vizinhança. Estavam sempre prontas a ajudar aqueles que mais precisavam, fosse quem fosse. Neste campo, do apoio social aos mais carenciados, todos estavam unidos, e isto era fundamental.

Sempre que nas reuniões do O.R.M. se chegava a um impasse, convocava-se uma Assembleia-Geral de Moradores. A partir de determinada altura começou a verificar-se que de Assembleia para Assembleia o número de representantes das habitações também ia diminuindo e havia que tomar decisões rápidas enquanto os moradores estavam mobilizados.

Depois deste período um pouco atribulado, que serviu para as pessoas também se conhecerem melhor, numa outra Assembleia-Geral de Moradores, realizada em Fevereiro de 1984, depois de muita discussão à volta do novo texto dos Estatutos e do próprio nome da Associação, percebeu-se que o ORM, entretanto transformado em Comissão Instaladora, já não tinha condições para funcionar. A Assembleia Geral decidiu exonerar a aquela Comissão Instaladora e eleger uma Comissão de Gestão, constituída por dois representantes da Comissão extinta com mais três moradores eleitos por aquela Assembleia, onde a minha pessoa estava incluída. A Assembleia deu 90 dias para esta recém-eleita Comissão apresentar uma proposta de estatutos redigidos de forma simples em conformidade com a Lei, e submete-los novamente à aprovação daquela Assembleia-Geral de Moradores, o que se verificou no prazo previsto.

Nasce uma nova associação

A A.M.L. – Associação de Moradores das Lameiras, nascida neste meio com todos os problemas então existentes, assume-se como uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundada em 25 de Maio de 1984. O Complexo Habitacional das Lameiras, onde nasceu e se desenvolveu, também conhecido por Edifício das Lameiras, como atrás foi referido, está em território da Freguesia de Antas, cidade de Vila Nova de Famalicão, sendo constituída por um número ilimitado de Associados, não só residentes locais, mas também da área circundante e de todo o país. Tinha como finalidade proteger e defender os interesses dos moradores das Lameiras (pessoas muito pobres), da Freguesia de Antas, na cidade de Vila Nova de Famalicão e promover a Cultura e Solidariedade Social, a partir da infância, juventude, família e terceira idade. Tratava-se de responder a necessidades prementes de uma população com cerca de duas mil pessoas, distribuídas por 290 casas, com diversos problemas de inserção no tecido urbano. Muitas delas mesmo depois de terem recebido a nova habitação continuaram, por largos meses, a fazer do chão forrado a corticite o local de dormir, enroladas em cobertores, porque não possuíam dinheiro para comprar mobiliário para a casa atribuída.

Como forma de responder aos problemas da época da sua fundação, sobretudo o desemprego (1983/84), a AML criou uma série de estruturas sociais de apoio à infância, juventude, família e terceira idade, para que as mães das Lameiras, bastante jovens, naquela altura, pudessem trabalhar. Quando foi constituída, em 1984, a AML definiu como missão prioritária defender os interesses dos moradores das Lameiras e freguesia de Antas, propondo-se promover a cultura, desporto e solidariedade social. Esta tem sido e continuará a ser a sua missão, que no entanto, foi atualizada e alargada, como se pode demonstrar, nas constatações seguintes.

Passados 29 anos a população das Lameiras está completamente inserida no tecido urbano e foi capaz de construir uma comunidade aberta ao meio. Também a Associação de Moradores foi consolidando a sua presença, alargou os serviços e diversificou o público-alvo. Hoje, não serve apenas as Lameiras e a freguesia de Antas onde está inserida, mas todo o núcleo urbano da cidade de Vila Nova de Famalicão, o concelho e o distrito de Braga. A sua ação estende-se também, a nível nacional e internacional com diversas parcerias com outras organizações da economia social.

Da aldeia para a cidade

A AML apresenta um enquadramento geográfico privilegiado. Está inserida no meio urbano (zona nascente da cidade), com uma densidade populacional elevada. Para tal muito tem contribuído uma mobilidade interna da população da periferia para a cidade, que trás consigo diversas realidades que marcam a vida das pessoas não só pela positiva, mas também pela negativa, entre elas algumas são específicas da cidade enquanto outras têm uma contextualização mais global.

Ao contrário do que acontece na periferia, viver na cidade permite estar próximo de uma série de serviços, como a saúde, a segurança social, o município, tribunais, notários, finanças, conservatórias, entre outros. A existência de melhores acessos rodoviários e ferroviários à cidade de Vila Nova de Famalicão, com destaque para as autoestradas A3 e A7 e ainda a variante à estrada nacional n.º 14, bem como a duplicação e eletrificação da linha férrea entre Porto e Braga, com passagem por Famalicão, vieram trazer à cidade melhores condições de mobilidade e fixação das populações.

A existência de universidades, escolas profissionais, o Centro Tecnológico da Industria Têxtil (CITEVE) e diversas escolas preparatórias e secundárias, fizeram da cidade um polo de desenvolvimento e de criação de novos quadros técnicos. Aumentou a sensibilidade da população para a preservação do meio ambiente. Também a Autarquia tem efetuado avultados investimentos na melhoria das redes de abastecimento de água, saneamento, recolha e tratamento de lixos. Apesar das cidades comportarem um número elevado de população, também é nas cidades onde se sente mais a solidão e onde as depressões do envelhecimento são mais patentes. Daí, que tenha aumentado o número de instituições prestadoras de serviços sociais e, também, a despectiva concorrência. Algumas operam na mesma área, com oferta dos mesmos serviços, permitindo aos utentes uma maior diversidade na escolha.

Contextualização Social

O insucesso e abandono escolar têm contribuído para existência dum número elevado de jovens que não concluíram a escolaridade obrigatória. No entanto, o aparecimento de novos cursos profissionais têm contribuído para fazer diminuir esta tendência. Numa sociedade com constantes processos de mudança como a nossa, o saber acumulado das pessoas mais velhas nem sempre é apreciado pelo mais jovens como uma

reserva de sabedoria, mas algo apenas desatualizado. Avolumam-se os problemas familiares, entre eles, o aumento do endividamento das famílias, não só no recurso ao crédito para a compra de casa própria, como para eletrodomésticos, mobílias, viaturas, entre outros, que perante os tempos que correm não conseguem liquidar as dívidas.

Os problemas da droga, alcoolismo, toxicodependência, tabagismo e delinquência juvenil continuam a ser marcantes no meio. A taxa de desemprego nesta região (Vale do Ave) mantém-se elevada em termos comparativos com a média nacional. Sem trabalho remunerado perde-se a autoestima e razão de viver. Desta forma, gera-se uma sociedade com pessoas empobrecidas e subsídio-dependentes, que faz aumentar a exclusão social e a dependência do rendimento social de inserção, cada vez menos acessível.

As instituições de solidariedade debatem-se com problemas de sustentabilidade e a AML não foge à regra, devido à dependência dos subsídios atribuídos pelo Estado através da Segurança Social e autarquias, necessitando de procurar fontes alternativas de autofinanciamento.

Aposta nos valores

A AML define-se como uma entidade de referência ao nível da solidariedade, criatividade, animação e inovação. Promove políticas que assentam em valores que sustentam os pilares da organização, prestando serviços de qualidade a todas as pessoas que recorrem aos seus serviços, em particular os mais vulneráveis da sociedade. A AML dá prioridade absoluta à pessoa humana, em todas as fases da sua vida, com relevância para a infância, juventude e terceira idade. Aposta na educação formal e não formal porque está consciente que saber ler, escrever e interpretar é fundamental para poder responder ao novo mundo das tecnologias, da globalização e da comunicação. Desenvolve a solidariedade numa dinâmica que, de algum modo, envolve a partilha (partilha de saberes, conhecimentos e também de bens materiais) como um valor fundamental.

A igualdade de género e de oportunidades entre todas as pessoas é outro dos fatores no acesso ao emprego e a uma vida digna e justa. Por isso, a AML promove a igualdade entre a população, independentemente do estado, raça, religião ou etnia e serve-se desta diversidade para congregar em espírito comunitário numa Animação multicultural e inter-racial.

A participação ativa dos cidadãos nas decisões da comunidade, com a finalidade de combater uma sociedade de gente passiva, evita que um pequeno grupo decida pelo conjunto dos cidadãos. Com esta forma de atuar procura aliciar a população para uma participação mais ativa em tudo o que lhe diz respeito. Está consciente que a cidade constrói-se, em primeiro lugar, com as pessoas. Define e aplica as regras aceites por todos, tornando cada ser humano protagonista duma cidadania mais participativa e ativa.

A comunidade beneficia das capacidades dos seus dirigentes e colaboradores que procuram constantemente soluções que permitam uma integração mútua de objetivos, antecipando necessidades e expectativas. Para tal promove a melhoria contínua da sua ação e serviços como ferramentas que respondem às mudanças necessárias, encarando-as como oportunidades e não como problemas.

As comunidades são alforobres do associativismo

Toda esta dinâmica assenta no princípio do Associativismo como forma de promover a Democracia Participativa.

O Associativismo nasce de um valor primordial, que vem da participação ativa dos cidadãos, que circula pela palavra, pela escrita, pela escuta e por outros canais de comunicação transparentes, como alforobres (1) de recurso e competências que permitem recolher dados da real dimensão dos problemas sociais, da situação económica e política do país, da vida das instituições sociais e das famílias que vivem privações. Aponta-nos uma Visão, ajuda-nos a interpretar uma Missão e permite-nos definir de forma correta as estratégias a adotar. O Associativismo forma-nos nas lutas e nas ações que travamos para conquistar mais e melhores respostas sociais que respondam aos problemas do nosso tempo.

O Associativismo forma-nos na vivência de uma cidadania forte e coletiva alicerçada nos direitos mais elementares da pessoa humana, mas também nos seus deveres e nas suas obrigações para com a sociedade. O Associativismo investe-nos de sabedoria (sabedoria feita a partir da vida das pessoas), qualifica-nos para a implementação de projetos mais arrojados e envolve-nos em parcerias alargadas, quer com instituições locais, quer com a Autarquia e o Governo. O Associativismo é uma terapia eficaz, que contribui para a prevenção da delinquência juvenil, do vandalismo, da desordem, do confronto e da mentira e torna as pessoas em agentes do desenvolvimento local.

Nestes 29 anos conseguimos conquistar para esta causa milhares de pessoas, não só nas Lameiras, mas em todo o país (que tive a felicidade de percorrer) e também no estrangeiro, não só por causa da representação da AML, mas também porque fui presidente e dirigente Nacional da LOC/MTC, uma organização que nunca escondeu de ninguém e que tem feito diversas parcerias com a AML voltadas para a problemática do mundo do trabalho.

Nestes tempos de crise, cruel para uns, oportuna para outros, não podemos permitir os oportunismos do "costume", as "choradeiras de lágrimas secas", os inventores do medo, da desgraça, da desordem que imputam responsabilidades às instituições, às autarquias e aos governos como se nada tivessem a ver com a situação. As instituições de Solidariedade para dar têm que receber, senão correm o risco de parar no meio de um temporal perigoso, cuja tempestade de mentiras e ilusões pode provocar a destruição dos alicerces do “Edifício Solidário” que muito custou a construir.

O dirigente associativo é um protagonista da mudança, tem de saber ler e interpretar os sinais dos tempos que nos apontam para uma nova sociedade baseada no saber, na partilha, na educação e na inovação. Se assim não for, o que infelizmente acontece com alguns, estará a servir-se de algo que é sublime em proveito próprio e que de Associativismo nada tem. Quem assim procede só pode ser oportunista e, neste caso, ou muda, ou parte para outra porque no Associativismo, visto deste modo, não tem lugar.

É um pouco de tudo o que descrevi que temos realizado nas Lameiras. Acredito que a esperança é a última coisa a morrer. Ela tem-me dado sempre uma segunda oportunidade, que procuro repassar e fazer germinar nos que me rodeiam.

O trabalho que tenho realizado ao longo da minha vida aposta numa dinâmica com pequenos grupos, de crianças, de jovens e de adultos, porque acredito que são estes pequenos grupos os embriões de uma sociedade nova e multiplicadora de pequenas comunidades. São grupos onde as pessoas podem falar, colocar os seus problemas, sem serem incriminadas, ou molestadas por alguém. São grupos onde a palavra de cada um(a), por mais rude ou bem articulada que sejam conta, porque valorizamos em primeiro lugar cada pessoa. Cada pessoa é um ser irrepetível e como tal tem que ser respeitada com as suas características próprias e a sua forma de ser.

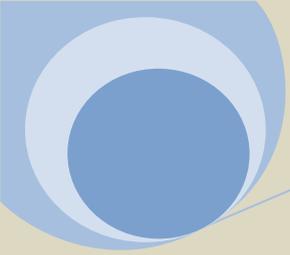
Uma comunidade nunca é perfeita, mas é um caminho, com muitos cruzamentos que podem levar à perfeição. Tem que haver alguém que acredite que hoje, aqui, neste lugar é possível saborear a construção de uma sociedade nova, construída a partir dos pequenos

grupos com efeito multiplicador, não como algo de distante (como alguns dizem, «isso de perfeição, se houver, só acontecerá no outro mundo») mas como algo possível de praticar e saborear enquanto vivemos e lutamos nesta terra.

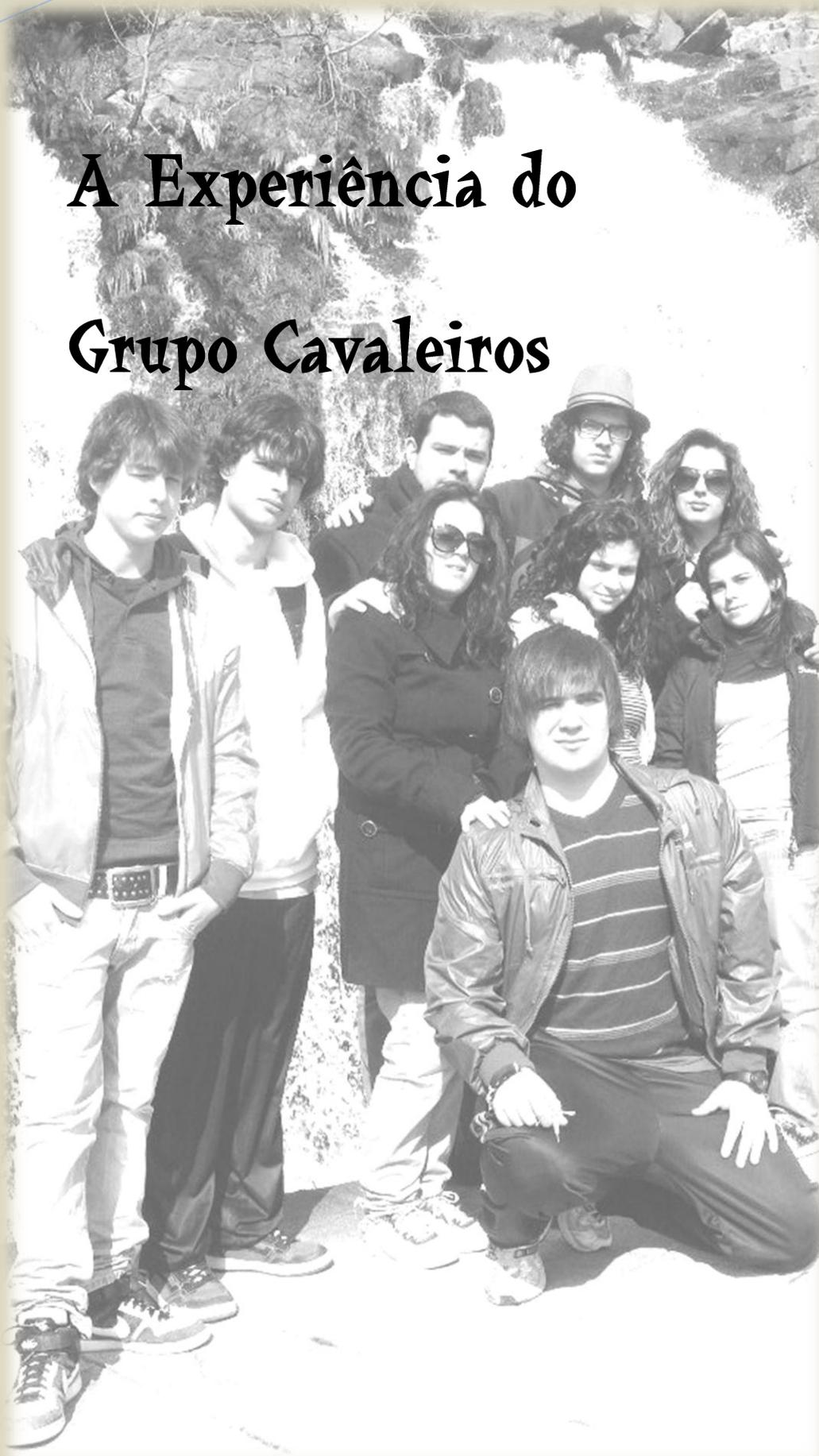
Esta comunidade que defendo precisa de alimento. Se não se alimentar, morre! Onde encontrar o alimento apropriado? Nos dias celebrativos, na formação permanente, na ajuda e envolvimento dos mais frágeis e na consciência de que todos podemos e devemos ser protagonistas. Erigir uma comunidade é dar um contributo importante para a construção duma nova sociedade, mais animada e participativa, onde todos tenham vez e voz.

José Maria Carneiro da Costa (2012)
(Presidente da Assembleia-Geral da AML)

(1) Alfobre é um viveiro, normalmente de plantas. Normalmente era utilizado, e ainda é como local onde se colocam as sementes dos produtos que se pretendem cultivar, para, assim que ganham resistência, serem transplantados para um local definitivo de cultivo, de forma a se poder escolher a disposição na terra dos mesmos.



A Experiência do Grupo Cavaleiros



Animação SocioEducativa: uma possibilidade de Democracia Participativa

Os projetos de Democracia Participativa (DP) encontram na Animação SocioEducativa uma importante metodologia social para a operacionalização dos mesmos. Ela serve-se de várias ciências sociais, na tentativa de compreensão da realidade social na sua multidimensionalidade. Tem, como base, um conjunto de práticas sociais que têm como finalidade estimular a iniciativa e a participação do indivíduo e das comunidades no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica global da vivência social e política em que estão integradas.

Entendemos, tal como Ander-Egg, que a Animação deve ser percebida como “uma forma de ação sociopedagógica que, sem um perfil de atuação perfeitamente definido, se caracteriza pela busca e intencionalidade de gerar processos de participação das pessoas (...) processos guiados por princípios operativos que procuram criar espaços para a comunicação interpessoal, excluindo a manipulação” (1998: 31). Efetivamente, a Animação SocioEducativa faz-se com as pessoas de uma forma ativa e participada que as desperte para a necessidade de se organizarem, tendo em vista o progresso que se gera pela consciência crítica, pela vontade dos participantes na mudança da realidade social privilegiando a Animação das comunidades, com o intuito de alcançar o seu desenvolvimento endógeno, global e integrado. Este desenvolvimento tem forçosamente de passar por levar as pessoas, por um lado, a reconhecer as suas próprias capacidades, e, por outro, a respeitar as capacidades daqueles que as rodeiam num ambiente de participação e de negociação permanentes levando à compreensão e consciencialização dos direitos de cada um.

A Animação SocioEducativa parte dos pressupostos de que todos são capazes de aprender e de que todos são capazes de compreender e de agir de acordo com essa compreensão o que, aliás, a interliga com o conceito de Educação e Formação ao longo da Vida.

Ao falar em Animação SocioEducativa num processo de DP, o qual se faz sentir sobretudo junto das comunidades, faz sentido perceber o que se entende por comunidade. A comunidade pode ser vista como um espaço relacional entre indivíduos onde haja, não só sentimentos de pertença, mas também valores e identidade culturais partilhados, num determinado local. É, por isso, que concordamos com Ander-Egg quando ele diz que a «comunidade é constituída por grupos primários (família, ciclo de amigos) e todos os outros grupos secundários mais imediatos (escola, paróquia,...). Existe um conhecimento pessoal

relativo entre os indivíduos e a vida que os une. É mais estreita e efetiva entre todos; têm interesses e espaços comuns» (1998: 33).

Partindo do princípio que reconhecemos que, na sociedade de hoje, devido a fenômenos de exclusão e de autoexclusão, imperam valores que conduzem ao individualismo, onde o princípio da solidariedade perdeu sentido, teria, porventura, de haver uma experiência comunitária em que os valores individuais fossem integrados e assimilados numa noção de comunidade com vista a um bem-estar que fosse comum a todas as pessoas.

De qualquer forma, a Democracia Participativa, aqui entendida, não faz sentido se não a encararmos na perspectiva de educação. Na realidade, Democracia Participativa é, essencialmente, um processo de formação. Espera-se desse processo que, quem nele participa, adquira um conjunto de aptidões que lhe sirva para responder, de forma positiva e conscientizada, à resolução dos problemas do dia a dia. A aquisição dessa potencialidade constitui-se como um ganho em si mesmo pelo que se deve privilegiar a realização do projeto educacional antes de qualquer realização de atividades específicas.

Neste contexto, o Animador Socioeducativo surge como mediador neste processo de transformação social que tem como objetivo acrescentar mais valia à vida quotidiana das pessoas, que vivem numa sociedade caracterizada pela complexidade, animada por dinâmicas cruzadas e, de certa forma, imprevisíveis.

O Animador tem também como papel preocupar-se em entender a comunidade, a sua cultura, os seus problemas, as suas expectativas e as suas possíveis formas de solução. Tem de ser um conhecedor da realidade, tendo sempre presente que animar passa por intervir e que intervir é um trabalho sociocultural, multidisciplinar e descentralizado.

O Animador poderá também, na nossa opinião, ser um estudioso de Democracia Participativa, um criador e um cauteloso provocador de vontades, que tenta gerir com calma os conflitos emergentes das relações interpessoais, que respeita a opinião dos outros, que é capaz de se adequar ao contexto e que põe em prática os valores em que acredita. Ele poderia ser entendido e considerar-se como mais um recurso a usar na busca de soluções.

Ao Animador Socioeducativo são colocados desafios cada vez mais complexos. A sua capacidade de escutar e criticar, no sentido de desencadear processos de participação coletiva, são trunfos importantes a realçar e dos quais não se pode fazer economia. Gerir o imprevisto exige dele o desenvolvimento de uma ação com espontaneidade.

Grupo Cavaleiros, uma experiência de Democracia Participativa e Animação SocioEducativa

O grupo Cavaleiros, surgido em 1993, é constituído, presentemente, por 11 elementos, cinco rapazes e seis raparigas, mas por onde já passaram ao longo dos seus quase 20 anos mais de 60 elementos. É resultado da ação, primeiro do MAAC – Movimento de Apostolado de Adolescentes e Crianças, e depois da PASEC, realizada no bairro das Lameiras.

Os seus constituintes atuais são o Ana Miranda (17 anos), a Sara Gomes (20 anos), a Sofia Ribeiro (17 anos), a Rita Marques (17 anos), a Isabel Salgado (18 anos), o Bruno Fernandes (16 anos), o Carlos Pinto (17 anos), o Alexandre Gomes (17 anos), o João Marques (17 anos), e os Animadores Bruna Araújo (20 anos) e Abraão Costa (31 anos) .

O grupo reúne semanalmente. As reuniões são, sobretudo, reflexões a partir da sua realidade com base nos métodos de Simbologia Grupal e Revisão de Vida. Este último método é utilizado desde o início do grupo, já que este foi, inicialmente, um grupo de MAAC (Movimento de Apostolado de Adolescentes e Crianças), movimento da ação católica onde o método de revisão de vida é a base de trabalho.

«(...) A ação coletiva não é um fenómeno natural. É um contributo social cuja existência levanta [sempre] problemas e que deixa para explicação as suas condições de emergência e de permanência». (Friedberg citado por Andrade, 2002: 254)

Deste modo, o que se conseguiu visualizar foi a emergência de um grupo disposto a resolver problemas que tinham a ver com as trajetórias pessoais – típicas da sua faixa etária – e com as trajetórias pessoais – relacionadas com o território ou bairro de inserção. Lentamente, foi ganhando contornos de uma estrutura organizacional não deixando de ser estruturante, agregando novos elementos num movimento de crescimento e mudança.

Primeiros passos do grupo

O primeiro delegado foi o Diogo Oliveira, hoje com 27 anos. Ele é o que Friedberg (1993) designou por «empreendedor social» ou Nóvoa et al (1992: 25) como «ator local», embora o grande pilar do grupo tivesse vindo a ser o Luís, situação que irão entender ao longo do relato do estudo. O Diogo retirou-se com 13 anos do grupo voltando, entretanto, e

assumindo também nesse imediato o papel de Animador de um grupo de crianças do MAAC (Movimento de Apostolado de Adolescentes e Crianças). Entretanto, viria, mais à frente, a deixar novamente o grupo. Este cargo de delegado é, atualmente, denominado de Coordenador.

Inicialmente, com apenas 5 elementos, o Diogo, o Luís, o Nuno, o Nelson e o Joca, o grupo não demorou muito tempo a expandir-se. Ao fim de 1 ano, eram já 9 elementos, com alguns elementos de ocasião pelo meio. E é precisamente um ano após a criação do grupo, que este resolve adotar uma das iniciativas que o marcaria para sempre, a criação do Elmo, a mascote do grupo, que entretanto viria a dar o nome ao jornal do mesmo. Definido no jornal do primeiro trimestre de 98 como «um cavaleiro do futuro sempre atento aos problemas do mundo», o Elmo representa um primeiro passo de afirmação da personalidade do grupo e da sua própria identidade e viria a ser o jornal a grande fonte de rendimentos do grupo para as atividades em que participava ou que organizava.

No terceiro ano de vida, em 1996, o grupo organiza o seu primeiro acantonamento por iniciativa própria. Foi em Maio, na cidade de Braga, num encontro dedicado ao tema «O espírito de grupo», com o pano de fundo a ser a história do «Príncipezinho». Esta primeira iniciativa, após a criação da mascote e do jornal, começou a dar forma a um processo de autonomia do grupo. Após este acantonamento, seguiram-se os torneios de futebol, as visitas temáticas, os intercâmbios, perfazendo, até hoje, desde 1996, mais de uma centena de iniciativas que o grupo promoveu a partir da sua própria estrutura, não deixando de fazer parte de organizações como o MAAC ou PASEC. O grupo tornou-se um «sistema de ação concreta» (Friedberg, 1993). Eles consubstanciam a noção de associação tal como Ander-Egg a define: «um conjunto de pessoas associadas numa organização que se mantêm unidas para a consecução de algum fim ou interesse compartilhado, mediante um conjunto reconhecido e aceitado de regras que regem o funcionamento da mesma (1999: 13).

Em 2000, os elementos mais antigos do grupo, o Luís e o Nuno, saem do MAAC por terem atingido a idade limite e iniciam um processo de formação para a sua iniciação como Animadores do MAAC. De qualquer forma, o grupo mantém a sua estrutura e, definitivamente, autonomiza-se. Os elementos mais novos continuam a participar em atividades conjuntas com o MAAC e os elementos mais antigos ligam-se à JOC – Juventude Operária Católica e o grupo passa a trabalhar num duplo sentido. Mais tarde seria um dos grupos que daria origem à PASEC.

É com estas parcerias que o grupo avança para iniciativas de maior envergadura. Este é um exemplo embrionário do que Roque Amaro designa como exemplo de uma

«economia de parceria» (1998: 6) e que indicia passos na construção de projetos de DP.

No Verão de 2000, o grupo candidata-se juntamente com o MAAC e a JOC locais, ao concurso de projetos «Há um tempo para crescer» do IPJ – Instituto Português da Juventude, concurso que visava promover projetos de luta contra o trabalho infantil. O projeto apresentado vence o concurso ao nível nacional e é apresentado na EXPONOR, no Porto, perante o Governo. Mas com as grandes conquistas vêm também as grandes responsabilidades. Qualquer projeto em cenário de evolução é «simultaneamente portador de oportunidades e ameaças e que decorrem, antes de mais, das suas próprias potencialidades e limitações» (1998:7)

Agora, era preciso concretizar o projeto. Havia dinheiro para pôr em prática muitas daquelas que eram as iniciativas do grupo, mas já enquadradas num projeto e com uma problemática bem definida. O projeto concretizou-se e foi levado até ao fim. Em Junho de 2001, no Auditório da Biblioteca Municipal de Famalicão, são apresentados os resultados à comunidade e órgãos de Comunicação Social. A este projeto seguir-se-ia outro de Educação Ambiental, também com o apoio do IPJ, realizado no verão de 2001.

Antes de reorganizar, em finais de 2002, a última atividade do grupo com os seus antigos elementos teve lugar de 5 a 9 de Agosto de 2002, onde, em conjunto com a Associação de Moradores das Lameiras e projeto TEIA – Projeto de Luta contra a Pobreza, organizou um Campo de Formação e Ocupação dos Tempos Livres, em Braga. Este tipo de atividades representa a consciência coletiva das problemáticas sociais vividas no território coletivo e só é possível se entendidas como uma consciência comunitária que deriva de «um conhecimento pessoal relativo, entre os indivíduos e a vida que os une .

Entretanto o grupo reorganizou-se em meados de 2001/2002, a antiga estrutura deu lugar a grupo de crianças, acompanhados numa primeira fase por elementos fundadores do grupo Cavaleiros original (como foram o Luís Fernandes, Mayra Teixeira e o Bernardo Miranda). Neste fase entram elementos que viriam a constituir o esqueleto da atual estrutura. Falamos do Bruno Fernandes, do Alexandre Gomes e da Ana Miranda, à mais de dez anos no grupo.

De lá para cá, vários elementos do grupo deram origem a novos grupos de jovens em diferentes regiões e latitudes a partir da estrutura atual. Nasceram grupos como os Evasão e o Cosmos na região do Vale do Ave, grupos como os Mini-Guerreiros no mesmo bairro social que viu nascer o grupo, sendo que ajudaram ainda a constituir grupos em países como Itália e Polónia através de projetos europeus que integraram. Mais importante

que tudo, o grupo foi uma das estruturas fundadoras da PASEC, organização que atualmente compõe, embora mantendo a sua independência e autonomia na ação.

Os elementos do grupo

Importa conhecer aqueles que compõem, atualmente, o grupo, antes de tecer qualquer outra consideração. Será dada mais ênfase a três elementos, não porque sejam mais relevantes do que qualquer outros mas porque, para efeitos do projeto de investigação-ação, deram o seu depoimento.

Começamos pelo Alexandre Gomes, antigo Coordenador do grupo, atualmente com 17 anos. É, antes de tudo, o elemento mais antigo do grupo, porque está nele desde o início (após a remodelação de 2001-2002) e é, talvez, em questões de liderança, aquele que mais consenso gera em todo o grupo, se bem que não se possa definir este grupo como tendo um líder natural, mas como sendo um grupo com alguns líderes.

O Alexandre define que a entrada para o grupo foi um marco importante na sua vida a par de acontecimentos como a sua entrada para a escola. Trata-se de alguém que parece estar num acentuado processo de descoberta pessoal e destaca como decisões importantes na sua vida o ter começado a desenvolver atividades de Animação e a trabalhar. Está a terminar um Curso de Educação e Formação de Jardinagem e pretende prosseguir estudos num curso profissional que se debruce sobre as causas sociais.

O Alexandre aparenta uma determinada insegurança, sobretudo na altura de atuar. Antes de avançar para qualquer iniciativa, tem a necessidade de ver aprovada a sua ideia. Nas palavras, isso não é descodificável porque mostra-se seguro e ciente daquilo que é ou pode ser enquanto indivíduo. Admite gostar da pessoa que é, embora recuse para si a perfeição, justificando-a na nobreza e pertinência daquilo que são os seus ideais. Admite, entretanto, que existem «... *alguns defeitos que eu gostava de corrigir, sou muito passivo em algumas situações e um pouco irresponsável. Acho que com a idade e a maturidade vou crescer nestes aspetos*». Por vezes acredita que não é capaz de fazer a diferença, como amigo e no que participa. Gosta do que faz e da vida que tem embora analise que podia ser mais empreendedor. Ele revela os traços típicos do seu desenvolvimento em que a sua «vida social evolui pelo duplo movimento de emancipação da tutela parental e de adaptação de novas regulações com os pares e a representação de si (...) passa a relacionar-se com

uma nova subjetividade que vai exprimir no seio da identidade, fruto das transformações sexuais, cognitivas e sociais (Claes, M., 1985: 51).

Sendo assim, ocorre uma busca de si mesmo com o objetivo de autoafirmar-se e a necessidade de diferenciarem-se dos outros torna-se bastante visível. Mas, também se verifica o desejo de comungar dos interesses do grupo onde se insere e cuja cultura representa a matriz simbólica que serve de suporte à sua insegurança.

A insegurança, que o adolescente sente, apresenta-se ora sob a forma de uma aparente “superioridade” em relação aos adultos, ora sob a forma de uma total dependência. O grupo funciona, assim, como um ponto de equilíbrio neste dilema interior que o Alexandre vive na construção da sua identidade individual e , simultaneamente, coletiva.

Terry Faw realça a importância do grupo quando afirma que ele «é mais importante durante a adolescência do que em qualquer outro estágio de desenvolvimento.» (1981: 284).

A Ana Miranda, por razões pessoais, pede para que não revelem aquilo que é a sua situação pessoal e por essa razão não entraremos em grandes análises particulares. Está, no entanto, a completar 18 anos e está no grupo há 10 e encara o grupo como uma das situações marcantes na sua vida.

Considera ter conhecido novos amigos a partir do grupo e reitera este ponto como um fato extremamente relevante na sua vida. A Ana é claramente outra das líderes do grupo, de opinião direta e incisiva é a atual Coordenadora e pretende ser Psicóloga. Não sendo propriamente um agente mobilizador assume uma posição de "termómetro emocional" da estrutura grupal como gestora de momentos de reflexão mais intensos e elemento gerador de momentos de debate e discussão. Ela representa «o centro, é o sujeito-ator de onde partem e para onde convergem todos os processos organizacionais, autor e (re)produtor do seu próprio papel no decurso da ação. (...) Ela, enquanto o todo, cria a organização nas interações (...)». (Andrade, 2002: 255)

O Bruno, outro dos elementos mais antigos do grupo, tem atualmente 16 anos e está a terminar um Curso de Educação e Formação de Desenhador AutoCad. Tem o grupo como um dos marcos importantes da sua vida, sobretudo tendo em conta a sua raiz familiar, por razões que não enunciarei. Acha que devia mudar alguma coisa em si, sobretudo ser mais responsável, mas admite que gosta da pessoa que é e da vida que tem.

A Sara Gomes, 20 anos, é Técnica de Apoio Psicossocial e Animadora do grupo Evasão, estrutura que criou a partir do Grupo Cavaleiros.

A Sofia Ribeiro (16 anos), a Isabel Salgado (18 anos) e a Rita Marques (16 anos) são estudantes no Curso Profissional de Apoio Psicossocial. O João Marques é estudante de Informática e apesar de ter mudado a sua residência para Braga continua a estar assiduamente no grupo. O Carlos Pinto, um dos elementos mais antigos do grupo, frequenta o 9ºano de escolaridade. A Bruna Araújo é Animadora SocioCultural de profissão e o Abraão Costa, Animador Socioeducativo e Professor.

O projeto "Jovens que participam e decidem", vencedor do "Democracy Challenge"

Quanto a resultados concretos adjacentes à vivência grupal, o grupo foi, segundo os depoimentos dos seus elementos, fundamental no sucesso escolar de alguns deles. Por um lado permitiu abrir horizontes e desenvolver hábitos de responsabilidade e métodos de trabalho e reflexão que se refletiram na forma como encaravam a Escola. Alguns, a partir das discussões operadas no grupo, reorganizaram o seu percurso escolar, saíram do denominado ensino regular e integraram Cursos de Educação e Formação, com currículos e soluções formativas mais adequadas e adaptadas ao seu perfil psicossocial. Os resultados escolares melhoraram exponencialmente.

Outros encontraram no grupo a plataforma de mediação capaz de dar resposta aos seus problemas de cariz familiar e sociocultural. Vindos, na sua maior parte, de situações sociais limite, o grupo foi o espaço onde foram superados dramas sociais como doenças ligadas a distúrbios alimentares, situações familiares graves que não vamos citar, depressões, entre outros. Alguém dizia "é impressionante como ainda estamos todos aqui para contar esta história".

Tendo por base este diagnóstico, o próprio grupo decide estender o seu campo de atuação e partilhar algumas das suas repostas e experiências com a comunidade envolvente e aproveitando o "Democracy Challenge" nasce o projeto "Jovens que participam e Decidem".

O projeto "Jovens que participam e decidem" teve como objetivos combater a exclusão social, promover a Educação para a Cidadania, educar para a Interculturalidade e criar espaços de ocupação dos tempos livres que contribuam como momentos de formação alternativa através do Lúdico, Animação Desportiva e Dinâmicas de grupo.

Estiveram envolvidas no programa mais de 200 crianças e adolescentes entre os 10 e os 18 anos.

O programa esteve dividido por três zonas: Famalicão e Guimarães; Braga; e Porto. No programa de Famalicão e Guimarães estiveram envolvidos grupos de Delães, Ruivães, Santiago de Antas (Complexo de Habitação Social das Lameiras), Joane e Riba D’Ave do concelho de Famalicão e grupos de São Salvador de Briteiros, Santo Estevão de Briteiros e Santa Leocádia de Briteiros do concelho de Guimarães num total de 89 crianças de adolescentes inscritos. No programa de Braga estiveram envolvidos grupos de Arentim, São Lázaro (Lar de Jovens da Oficina de São José de Braga) e São Vítor num total aproximado de 60 crianças e adolescentes. No programa do Porto, estiveram envolvidos grupos de Penamaior do concelho de Paços de Ferreira e grupos de São Martinho do Campo e Vilarinho do concelho de Santo Tirso num total aproximado de 50 crianças.

No início do mês de Junho de 2011 as crianças e adolescentes representantes dos vários grupos juntaram-se em Famalicão, Paços de Ferreira e Braga para em conjunto refletirem e decidirem acerca dos objetivos do projeto. Numa primeira fase foram discutidos os objetivos da Campanha “Participação Juvenil na Democracia” (iniciativa do projeto Nova Fórmula 2.0 que apoiou o “Jovens que participam e Decidem”), centrados nas dinâmicas de Educação para a Cidadania. Numa segunda fase os representantes dos grupos de crianças e adolescentes apresentaram propostas de atividades, sendo que por fim foi dada ao Grupo Cavaleiros e Equipa de Ação SocioEducativa da PASEC a responsabilidade de incorporar todas propostas num plano mais abrangente para as três zonas já referidas.

Assim do programa constaram idas à piscina e praia, organização de Oficinas de Expressão Corporal e Dramática sobre Interculturalidade, torneios de videojogos, realização do concurso de desenho “O político perfeito...”, Ateliers de Simbologia Grupal e Animação Desportiva. De todo o programa salientam-se sobretudo duas atividades, o Torneio de futebol “Democracy all stars”, que juntou todos os grupos e o Campo de Formação “Jovens... e Decisões - uma experiência de sobrevivência”.

Este programa colocou os atores, os adolescentes e jovens, no centro do processo de decisão, sendo também estes os avaliadores do processo. No final das atividades a mesma equipa de representantes que ajudou a preparar as atividades procedeu a sua avaliação final. Este projeto venceria o Concurso “Democracy Challenge” na categoria “Democracia Participativa e o combate à Exclusão Social”.

Abraão Costa (2012)

O grupo informal “Espaço Zero” enquanto processo de Animação Sociocultural



O grupo informal “Espaço Zero” enquanto processo de Animação Sociocultural

Numa aldeia de seu nome Santa Marinha, da freguesia de Landim, Vila Nova de Famalicão, alguém teve a iniciativa de começar um grupo informal infanto-juvenil... Um



alguém, que com apenas 17 anos, no ano de 2007, decidiu mudar a vida de algumas pessoas daquela aldeia, onde residia. Esse alguém é a nossa Animadora. E é com ela que toda a nossa história se desenrola. Contado desta forma, poderia cair no erro de vos estar a contar uma história de fadas, princesas e príncipes que viveram felizes no seio do seu grupo. A verdade é que viver em grupo nem sempre se torna num conto de fadas, pois a bruxa má por vezes delicia-nos com a sua visita.

Neste breve capítulo, enquanto Animadora socioeducativa e cultural de um grupo informal infanto-juvenil, intitulado “Espaço Zero”, irei, mais do que contar um pouco da nossa história pessoal e grupal, refletir sobre o grupo enquanto processo de Animação socioeducativa e cultural, processo de desenvolvimento local obedecendo aos princípios do desenvolvimento sustentável e processos de democracia participativa.

Diagnóstico atual

Qualquer bom Animador que se preze pelo seu trabalho quando decide levar a cabo uma ação de intervenção na comunidade, nunca o pode fazer sem antes a conhecer. Arrisco mesmo a afirmar que de um “crime” se trataria se assim não o fosse. No meu caso, já conhecia minimamente a comunidade onde intervi, uma vez que a minha residência era nela mesma. Considero então importante, para o leitor compreender melhor os processos do grupo que irei apresentar, dar a conhecer a realidade geográfica, social e económica do local onde opera o grupo “Espaço Zero”, assim como dos elementos que o constituem.

Santa Marinha é uma aldeia da freguesia de Landim, concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito de Braga. É uma aldeia com cerca de 300 habitantes, essencialmente idosos e adultos. O número de crianças e jovens tem-se reduzido significativamente ao

longo dos tempos; atualmente a aldeia conta com cerca de 20 crianças dos 0 aos 13 anos, e aproximadamente 15 jovens dos 14 aos 22 anos. O número de famílias tem reduzido devido à mobilização destas para as zonas urbanas.

A dinâmica recreativa da aldeia é feita, em grande parte, por duas comissões, que se encarregam de organizar as duas festas da aldeia: a Comissão de Festas de Santa Marinha – eleita anualmente – que organiza a festa de Santa Marinha que se realiza nos finais de Julho; e a Comissão do Menino Jesus – eleita de dois em dois anos – que organiza as comemorações do Dia de Natal e do Ano Novo.

A aldeia tem um café, que se torna no local que mais convívio proporciona à comunidade de Santa Marinha e também ao meio envolvente. Dispõem ainda de um minimercado; um salão de cabeleireira e esteticista, aberto apenas às sextas e sábados à tarde; uma capela – Capela de Santa Marinha – onde se realiza, todos os sábados às 17h30min, uma missa, celebrada pelo Pároco da freguesia de Landim, para toda a comunidade; uma paragem de autocarros, um cruzeiro histórico e um fontanário.

A aldeia de Santa Marinha é uma zona essencialmente dedicada ao trabalho agrícola e à criação de animais, havendo a existência de vários campos agrícolas, banhados pelo “Rio Pele”. No entanto, existem também famílias que trabalham nas indústrias, empresas de serviço público (finanças, contabilidade, bombas de gasolina, padarias, comércio, infantários, etc.), estas situadas fora da aldeia.

Diagnóstico do “Grupo Espaço Zero”

Dando a conhecer um pouco dos protagonistas do grupo Espaço Zero, indico que são crianças e jovens com uma faixa etária dos 10 aos 19 anos, num total de 11 elementos (8 raparigas e 3 rapazes).

As crianças e jovens do grupo frequentam entre o 5ºano de escolaridade e o 1ºano de Universidade, nas escolas de Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão e Braga. Inicialmente verificavam-se vários casos de insucesso escolar, mas atualmente nenhum dos elementos se encontra nessa situação, tendo-se verificado um melhoria assinalável no rendimento escolar. Para além das atividades do grupo, a maioria apenas frequenta a catequese e o grupo de escuteiros.

Estas crianças são oriundas de diferentes famílias, sendo umas nucleares e outras extensas, vivendo com os pais, irmãos e avós.

As profissões dos pais dos membros do grupo são bastante diversas: há pais que são comerciantes, outros (que constituem a maioria) são empregados fabris, construção civil, Apoio ao Domicílio a idosos, e outros trabalham por conta própria; no entanto, alguns pais estão em situação de desemprego. Não temos nenhuma situação de crianças em situação de risco, que vivam com famílias desestruturadas, pais em situação de divórcio ou viuvez, ou até mesmo mães solteiras. No entanto já tivemos casos de pais alcoólicos.

Os jovens que compõem o grupo não apresentam nenhum problema de saúde digno de registo relevante, no entanto os seus pais na sua maioria sofrem de algum problema de saúde, tais como: problemas cardíacos, pulmonares, trombozes, diabetes, deficiências visuais leves e problemas motores.

O grupo abrange atualmente as freguesias de Landim, Bente e Carreira, do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Fases de Desenvolvimento do Grupo (Fase de ativação/iniciação)

Durante o meu processo de diagnóstico apercebi-me de que as crianças não dispunham de atividades de ocupação dos tempos livres. Verificou-se que a maioria das crianças, após o horário escolar, estavam sozinhas em casa, devido aos horários de trabalho dos pais. Nos tempos livres jogavam futebol, viam televisão, jogavam Playstation, mas raramente as crianças e jovens da freguesia encontravam-se para brincar ou empreender qualquer outra dinâmica de socialização.

Deparando-me então com este défice naquele lugar, e já tendo eu, em criança, “sentido na pele” o que é vivermos num local onde a oferta recreativa é diminuta, tomei a iniciativa de provocar a mudança. Este é, na minha perspetiva, o principal objetivo da Animação Sociocultural – provocar mudança social.

Depois de iniciada uma fase de divulgação da ideia, a da criação de um grupo informal, consegui na primeira reunião a comparência e participação de três crianças. No entanto, senti receio de que não conseguisse a participação mais abrangente. A divulgação foi sendo feita “boca-a-boca” e numa segunda reunião o grupo aumentou para cinco elementos, e quase sem dar por isso as crianças aderiram ainda mais. O grupo começava a ganhar uma envolvimento inesperada.

O grupo optou como nome inicial por “Novidade”, por ser mesmo isso que ele constituía naquela comunidade.

As primeiras reuniões do grupo tiveram como principal objetivo conhecer a identidade de cada um. Porque para vivermos em grupo e conhecermos aqueles que estão conosco



nessa caminhada grupal, temos em primeiro lugar que nos conhecer: perceber os nossos defeitos e como corrigi-los; saber quais são as nossas melhores qualidades e como potencializá-las; partilhar a nossa história de vida e perceber a dos outros; que medos, receios e angústias temos; quais os nossos sonhos, qual o nosso projeto de vida.

Após esta fase de autoconhecimento procedemos a uma fase de consolidação grupal, para assim podermos dizer “Nós somos um grupo”.

Fase de Consolidação e Construção da Identidade

O grupo funciona como uma máquina e uma máquina para trabalhar corretamente e com qualidade necessita de todas as peças que a constituem... e todas estas peças desempenham um papel diferente no funcionamento dessa mesma máquina. Foi com esta ideia que iniciamos a fase de coesão ou consolidação do nosso grupo. Perceber que todos são necessários ao bom funcionamento do grupo e que todos desempenhamos um papel diferente e importante... o desafio era perceber que todos somos protagonistas na construção da nossa “máquina”.

Esta foi a fase mais longa pela qual o nosso grupo passou. Para nos tornar-mos num grupo coeso e unido são necessários muitos passos numa longa caminhada. E foi com o desenvolver de certas atividades nas reuniões de grupo que nos fomos consolidando. Lembro-me, por exemplo, de no início desta fase, termos jogado à “Máquina Humana”. Este foi um exercício não verbal que nos mostrou como os membros de um grupo podem interagir e relacionar as suas contribuições individuais numa unidade de trabalho integrado. Conseguimos perceber quais as semelhanças que há entre “a máquina” e um grupo e como foi feita a cooperação entre todos os elementos.

Momentos muito importantes para a consolidação do nosso grupo foram a participação em campos de trabalho/formação/férias organizados pela PASEC. São os próprios jovens do grupo que afirmam que “este tipo de atividades permitia que

estivéssemos muito tempo juntos, a trabalhar em grupo, (...) e ajudávamo-nos uns aos outros porque não conhecíamos os restantes participantes.”

Uma atividade que nos ajudou a consolidar o grupo e a construir a nossa própria identidade foi o Carnaval. Todos os anos o nosso grupo participa em vários desfiles de Carnaval. Participamos não só com o intuito de nos divertirmos, mas também com o objetivo de alertar as pessoas para certos problemas sociais, ou mesmo para dar a conhecer a identidade do nosso grupo. Esta atividade exige que todos trabalhem em grupo dias seguidos, desde o pensar na ideia até à sua concretização. Uns ficam responsáveis pelo



orçamento, outros ficam responsáveis pelo material, outros têm a responsabilidade de comunicar com as pessoas para nos ajudarem, etc. Como eles próprios afirmam “no próprio dia do desfile nós sentimo-nos grupo”.

Recentemente, o nosso grupo, na ideia de afirmarmos a nossa identidade enquanto grupo e divulgá-la à nossa comunidade, mandamos fazer uma T-shirt com o nome do grupo para cada um de nós. Hoje, quando vestimos a nossa camisola sentimos que vestimos o orgulho de sermos do “Grupo Espaço Zero”.

Fase de Maturação e Operacionalização de um Plano de Ação

O grupo Espaço Zero, nos seus 4 anos de existência e vida em grupo passou por dois processos de maturação em simultâneo: a maturação do grupo e a maturação de cada um. A maioria deles quando se iniciou nesta vida de grupo eram ainda muito novos e conseqüentemente “puros e imaturos”. Foram crescendo e passaram a dita “idade do armário” ou “idade da parvalheira” (expressões de senso comum) no seio do grupo. As suas dúvidas existenciais foram muitas vezes esclarecidas nas reuniões de grupo, assim como também a maior parte dos “amuos” e irresponsabilidades próprias da idade tiveram lugar na vida em grupo.

E é nesta fase de maturação que o grupo operacionaliza o seu plano de ação. Todos participam neste processo. Este plano de ação é conseguido articulando os gostos, interesses, potencialidades, necessidades e desafios de cada um no grupo. O plano de ação é um guia para o desenrolar dos nossos trabalhos e para a nossa integração na comunidade que nos acolhe. Conosco foi assim que aconteceu.

De um processo a uma mudança de vida

O Grupo Espaço Zero neste processo de desenvolvimento local contribuiu para o progresso do seu local de ação. As crianças e jovens do local onde o grupo opera passaram a interagir umas com as outras, assim como os pais destas. As crianças e jovens começaram a participar nas atividades que eram organizadas pelos mais adultos e idosos. Por exemplo, na angariação de fundos para a realização das festas religiosas, no cantar dos reis, colaboração no compasso pascal, na ajuda às pessoas mais carenciadas e idosas. Com a criação do grupo, uma das festas religiosas da aldeia passou a ser organizada pelos jovens. São os próprios habitantes da aldeia que afirmam que “agora a aldeia está muito mais ativa, e os jovens já participam (...) já não são só os mais velhos a trabalhar para o bem comum”. O grupo Espaço Zero conseguiu assim mostrar às pessoas da nossa comunidade que os jovens têm iniciativa, gostam de participar e são responsáveis, mas que apenas lhes faltavam as oportunidades.

Ninguém melhor do que os próprios protagonistas do grupo para explicarem como este mudou a sua vida. E passo a citar algumas reflexões:

“ (...) Quando entrei era muito tímida, é verdade, mas agora já me sinto mais à vontade.” “Neste grupo conheci os outros como forma de me conhecer.” “ Cada atividade serve como um incentivo.” “Com o grupo aprendi a ter a iniciativa de escolher o que é melhor para mim e decidir o meu futuro.” “Há mudanças que não se conseguem explicar... apenas se sentem.” “Passei a dizer tudo o que penso pois sei que nunca me vão julgar por isso, apenas me tentam ajudar.” “Defino o grupo em três palavras: Fortes, Família e Crescidos.”

Hoje temos jovens no grupo Espaço Zero que tomaram um rumo na vida. Que transformaram todos os "patinhos feios da sua vida em maravilhosos e belos cisnes". Cisnes que com as enormes asas que hoje têm conseguem voar mais do que os outros. Conseguem ver o Mundo numa perspetiva que não viam antes. Hoje, eles têm sonhos e lutam por eles mesmos.

O Papel do Animador

Atualmente, o grupo Espaço Zero já se encontra muito mais autónomo e independente do Animador. São um grupo que já reúne sem a presença dele, quando

necessário. Organizam-se sozinhos para as atividades em que participam. O Animador do grupo Espaço Zero continua a desempenhar um papel vital para o grupo, e na vida pessoal de cada um, mas desempenha agora um papel de mediador das decisões que estes jovens protagonistas vão tomando.

Projeto “Sala EZ”

A criação deste grupo permitiu iniciar um processo de Desenvolvimento Local (DL). O DL surge como mais uma via de dar resposta aos desafios da globalização sem pôr de lado a identidade e ambição particulares de cada sujeito e da sua comunidade.

No grupo Espaço Zero o processo de Desenvolvimento Local alicerçado a um Desenvolvimento Sustentável, levou-nos à questão da identidade comum, a participação de todos os atores na construção dessa mesma identidade, a iniciativa, a inovação, a criação de mais valias humanas e materiais. Ou seja, todo o trabalho feito pelo grupo, foi feito por pessoas em harmonia com o meio ambiente com que coabitam e parte daquilo que as pessoas são e têm capacidade para fazer.

Nesta harmonia com o meio ambiente que o grupo Espaço Zero respeita, surge a criação da “Sala EZ”

O grupo reconstruiu uma casa antiga e abandonada no local onde opera. Esta iniciativa surgiu no decorrer da dificuldade de termos um espaço para reunirmos, daí o surgimento do nome “Espaço Zero”. Quando nos deparamos com a existência de uma habitação abandonada e degradada, decidimos “pôr mãos à obra”.

Esta atividade permitiu o envolvimento de pais e filhos e outros habitantes da comunidade. Todo o processo de decisão partiu dos próprios jovens do grupo, desde a escolha da sala da casa onde iríamos reunir, materiais necessários para a reconstrução, decoração da sala de reunião, assim como organização do espaço exterior. Ficou decidido que a Animadora seria a detentora da chave da habitação, mas são os jovens do grupo que veneram o espaço de reunião.

Um espaço que é a concretização de um sonho de um grupo. Uma concretização que muitas vezes pareceu utópica... mas que hoje é real.

Elisabete Faria (2012)

Democracia no espaço escolar



Democracia no Espaço Escolar - A experiência do Grupo "Á Deriva"

De acordo com os padrões sociais e políticos em que vivemos, também o sistema educativo aplicado nas escolas deverá ter como padrão os valores inerentes à democracia.

O sistema educativo poderá ser definido como um conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação. Este traduz-se numa ação formativa orientada que tem como objetivos primordiais a promoção do desenvolvimento global da personalidade, assim como o progresso e a democratização social. Este tem por base os valores fundamentais da democracia dos quais podemos salientar a liberdade, a responsabilidade, igualdade e espírito criativo.

Atualmente, podemos diferenciar duas correntes do sistema de ensino. Por um lado o “ensino regular” e por outro as “escolas democráticas”.

As chamadas escolas democráticas surgem como uma corrente mais extremista, na qual os alunos são os atores e protagonistas do seu processo de educação e os professores e outros educadores surgem apenas como orientadores. A sua particularidade reside ainda no fato de não existir obrigatoriedade dos alunos frequentarem aulas e de terem a possibilidade de dirigirem os seus estudos evoluindo ao seu ritmo. Em Portugal e no mundo existem poucas escolas desta corrente. Como exemplo, temos em Portugal, mais concretamente em Vila das Aves, a Escola da Ponte.

Relativamente ao chamado ensino regular, este atinge a maior parte da população estudantil. O processo de ensino baseia-se na interação entre professor e aluno, em que ambos seguem o princípio de respeito pelos direitos e deveres individuais e coletivos, e na qual ambos são parte integrante do processo. Sob esta perspetiva os professores assumem uma posição de coordenadores e os alunos de subordinados. Contudo, a forma de aplicação, independentemente da disciplina, poderá igualmente fomentar nos educandos um maior sentido de responsabilidade na sua educação, fomentar e estimular a participação ativa na sua educação escolar e pessoal, assim como desenvolver nos mesmos uma postura mais cívica e participativa nos processos de decisão, por exemplo, as Associações de Estudantes nas escolas.

Mais do que estimular a participação dos jovens em quaisquer dimensões e oportunidades, a democracia nas escolas na sua perspetiva mais utópica deverá estimular a emancipação dos mesmos para o protagonismo, sobretudo no seu desenvolvimento.

Neste contexto é ainda importante referir que todos nós somos fruto das experiências e da educação que temos. Esta é a bagagem que levamos connosco para a vida. Assim

sendo, a escola assume uma posição preponderante não só a nível dos conhecimentos escolares, mas também pelas experiências extracurriculares e pelas pessoas que conhecemos e podem fazer a diferença nas nossas vidas pelo companheirismo ou simplesmente por nos abrirem horizontes, dando-nos a conhecer diferentes realidades, ideologias e estilos de vida. Pessoas que instigando-nos a percorrer o nosso caminho na descoberta do nosso ser e do nosso mundo. Isto, de fato, é mais do que o ensino regular comum oferece, contudo como já foi referido a oferta dependerá sempre mais do que do projeto educativo dos docentes que o implementam.

Sob esta perspetiva e como exemplo real, surge em 2008 na Didáxis – Cooperativa de Ensino de Riba D’Ave, um grupo juvenil, sob alçada de um professor e em horário extracurricular. O percurso do grupo poderá ser descrito pelas seguintes etapas:

a) Infância – Momento de constituição de grupo e primeiros passos

O início do grupo encontra-se indubitavelmente ligado na sua origem ao projeto “ECO”, no âmbito do Programa Juventude em Ação e a um professor. Especificamente, estamos a falar de uma turma do 12º ano de Técnico de Ação Social, variante de Animação Sociocultural (ASC), e do professor da disciplina de Práticas de Animação Sociocultural.

Numa primeira fase, para satisfazer as necessidades desta turma, as jovens com o apoio do professor criaram o projeto “ECO”. A sua particularidade reside no fato de ter sido desenhado e implementado pelas jovens estudantes com os seguintes objetivos: complementar o projeto escolar, proporcionar oportunidades de formação, apoiar a implementação de atividades e miniprojectos tendo em vista o sucesso escolar e a longo prazo a integração no mercado de trabalho.

Do projeto surgiu também a vontade e necessidade de complementar a componente técnica com a componente pessoal e humana, surgindo assim a ideia de criar um grupo com este objetivo específico, esteando-se a todas quantas quisessem e tivessem a necessidade de pertencer ao mesmo. No decorrer do ano letivo, o grupo estabeleceu uma parceria com a escola ao nível da cedência de instalações e começou a reunir semanalmente, em horário pós-escolar. Foi ainda nesta fase que o grupo criou a sua identidade fazendo-se a definição dos papéis e criando um nome, passando a denominar-se por “À Deriva” e integrando-se na associação PASEC.

b) Adolescência - Momento de aceitação e definição de papéis

Com o término das aulas, a parceria desvaneceu-se e também o grupo teve que sofrer alguns reajustes. É neste momento em que surgem as primeiras dificuldades e a primeira prova de fogo para o grupo. Por um lado nem todos os elementos do grupo

continuaram no mesmo, o que abalou a estrutura. Por outro lado a questão da falta de instalações para as reuniões e ainda o fato de todos seguirem caminhos díspares.

Perante estas situações, o grupo reorganizou-se e seguiu em frente. Encontrou um outro sítio para reunir, a ausência de antigos membros abriu espaço para que outros jovens se juntassem ao grupo e foi negociado os dias/ hora das reuniões, passando a ser quinzenalmente aos sábados à tarde.

Foi nesta fase de reajustes e de sacrifícios para todos, que se tornou mais evidente o papel de cada um no grupo, começando a ser possível identificar-se naturalmente os líderes, os elementos estruturantes, assim como se dá início uma evolução notável a nível individual e, á posteriori, grupal também.

c) Juventude - Momento de potenciar a identidade grupal e definição de um projeto de vida

A vida do grupo mudou quase que forma abrupta, passando de uma fase para a outra a partir de um momento chave do seu percurso. Pode ser identificada no tempo e no espaço como o primeiro Campo de Trabalho do grupo. Este fica marcado pela forma como a palavra “grupo” ganhou sentido. Outrora o significado que tinha era apenas de um conjunto de pessoas que se juntava para refletir sobre um determinado assunto com significado sobretudo individual, a partir deste ponto o significado era cada vez mais dado pelos sentimentos e passou a ser um espaço de partilha e um porto de abrigo.

Os objetivos do grupo ficaram cada vez mais evidentes, dos quais se destacam os seguintes: promover espaços de partilha, reflexão e discussão; e desenvolver as relações interpessoais e fomentar o desenvolvimento pessoal e grupal através de dinâmicas de grupo.

d) Adulta – Momento em que o grupo se abre a comunidade, desenvolve autonomia e independência ao nível das relações e das motivações e em que se dá um maior aprofundamento do sentimento grupal (maturidade)

Com o tempo tudo evolui naturalmente, as pessoas e o grupo amadurecem em conjunto, mas de forma independente. O caminho é trilhado a par, dá-se um amadurecimento próprio da idade e da experiência de vida, mas parte dessa experiência enriquecedora é o grupo.

Em termos grupais este torna-se coeso, as diferenças entre os pares desvanecem, pois foi feito um esforço pela aceitação, o elo de ligação passa a ser a amizade dentro e fora do contexto de grupo, e o grupo começou a estar na preparação de atividades dentro do seu universo (a PASEC), mas também na região em que se insere. Atualmente, prolifera o

espírito de autonomia dos elementos que se mantêm no grupo, mas estes “ganharam asas” e começaram a criar os seus projetos.

Em termos individuais, os jovens sofreram uma grande evolução em termos pessoais, sociais e também técnicos, de tal forma que atualmente levam tudo o que aprenderam para a sua realidade. Hoje são eles os líderes e os “mestres” nos processos de transformação. Por exemplo: Bruna Carvalho de 19 anos, dá apoio e anima um grupo de jovens e ainda dá apoio escolar a jovens de um bairro social; Stephanie Paiva, 19 anos, anima um grupo de jovens na universidade onde estuda, os “Capa Negra” da Universidade de Coimbra; e ainda a jovem Patrícia Ribeiro de 18 anos, que estuda na Universidade do Minho em Braga, que, juntamente com algumas colegas, acompanha e anima um grupo de crianças e adolescentes institucionalizados

e) Velhice – Momento de reciclagem e rejuvenescimento do grupo surgindo a necessidade de adotar um novo modo de existir ou o momento em que se dá o fim do grupo.



É importante referir que dentro de um ciclo maior existem miniciclos, que se vão concluindo anualmente com os Campos de Trabalho e Reciclagem do grupo, que têm como principal objetivo rejuvenescer o grupo e reciclar energias.

O ciclo do grupo ainda não se fechou de maneira alguma, citando Patrícia Ribeiro “... uma coisa é certa: os “À Deriva” não encontrarão terra tão cedo e o mar continua muito largo...”.

Em suma, de um pequeno projeto de turma que se previa que iria terminar juntamente com o fim das aulas, os “ À Deriva” são um exemplo do trabalho que pode ser desenvolvido nas escolas e ainda do que os jovens são capazes quando incentivados e quando lhes é dado o protagonismo.

No âmbito do projeto NF2.0 desenvolvemos um projeto de constituição de grupos informais em algumas universidades, ou a partir de grupos juvenis universitários. Já demos alguns exemplos concretos nos parágrafos anteriores.

Em Coimbra incluímos neste processo mais de dez jovens através do grupo "Capa Negra", em Braga, damos a apoio a mais de trinta jovens institucionalizados integrados no Lar Residencial de Jovens da Oficina de São José e demos origem ao projeto "Libertus" (grupo de reflexão juvenil para jovens universitários com base na metodologia de Simbologia Grupal).

Este não é um processo acabado mas dá uma ideia da força disseminadora que o grupo "Á Deriva" conseguiu gerar, impulsionada ainda mais pelo projeto Nova Fórmula 2.0.

Susana Paiva (2012)



**Contributos para a estratégia do
Movimento do Associativismo e
da Democracia Participativa**

Contributos para a estratégia do Movimento do Associativismo e da Democracia Participativa

A) O Movimento do Associativismo e da Democracia Participativa, o qual o projeto Nova Fórmula 2.0 integrou (através da PASEC) nasceu no essencial da constatação do défice de Democracia Participativa e da circunstância deste défice assentar no inexistência de condições de sustentabilidade do seu funcionamento e exercício. A Democracia Participativa ou o combate pelo seu pleno desenvolvimento surge assim como o grande propósito do processo que se iniciou há mais de um ano.

Por razões que têm a ver com a viabilização desse combate assumiu-se, como objeto do processo, a afirmação do associativismo pela consciência que se teve e tem de que as associações são, por princípio, uma forma organizada de Democracia Participativa, constituindo-se na prática como instrumentos preciosos na organização e animação do processo.

Ao se introduzir a dimensão Associativismo, ao se assumir as associações como um dos suportes estratégicos do Movimento, tornou-se naturalmente necessário debater também a sua sustentabilidade e exequibilidade. Muita da reflexão se orientou, por isso, para questões concretas - vitais - que têm a ver com o quotidiano, o presente e o futuro das associações.

Tal, no entanto, não nos pode levar a perder de vista que o grande propósito político deste Movimento é o da Democracia Participativa, que, nas Associações não se esgota, antes pelo contrário.

B) O Movimento do Associativismo e da Democracia Participativa, que tem vindo a desenvolver-se desde Setembro de 2009, teve um momento de particular visibilidade no Congresso do Movimento do Associativismo e da Democracia Participativa realizado em 13 e 14 de Novembro de 2010, no qual a PASEC participou.

O interesse demonstrado pelos/as participantes nos diversos espaços de comunicação, partilha, reflexão e debate, enriqueceram bastante o Congresso. A pluralidade de perspetivas em relação a alguns aspetos vieram reforçar a ideia de que o associativismo está vivo. A controvérsia é inerente à Democracia Participativa e à

Democracia Deliberativa e, nesse sentido, constitui uma expressão de vitalidade do Associativismo Cidadão. Ficou patente ao longo do Congresso que estamos a construir um movimento plural e inclusivo do Associativismo Cidadão e da Democracia Participativa.

Partindo de uma grande diversidade de culturas e experiências individuais e coletivas, vai-se corporizando um movimento social centrado na promoção e produção da cidadania. Ser cidadão/ã pressupõe hoje, como nunca, ser sujeito do seu próprio desenvolvimento. Aprende-se exercendo o “direito de”, em interação, num processo coletivo, numa rede de solidariedades onde, a partir dos nossos espaços quotidianos, nos conscientizamos e intervimos como seres sociais.

Neste processo de construção da cidadania, o direito de questionar os próprios direitos que nos são reconhecidos e a ordem instalada que confere ou não esse reconhecimento, leva-nos a procurar alternativas de mudança face às atuais condições socioeconómicas de opressão e exploração. Assim, vai emergindo neste movimento social nascente, a consciência política, no sentido mais largo deste termo, em íntima relação com a valorização de uma prática de Democracia Participativa (DP).

A Democracia Participativa é o caminho por onde aprendemos a atravessar a diversidade, respeitando as diferenças, gerando solidariedades e produzindo cidadania. Percorre-se este caminho escutando, dizendo, entendendo-nos, questionando-nos, escolhendo, decidindo, fazendo, transformando e lutando para que a DP seja ela própria cada vez mais valorizada e praticada a todos os níveis.

C) Este movimento partiu de um conjunto de associações com plena abertura à partilha de opiniões e experiências com outros espaços de desenvolvimento da DP e de produção de cidadania mas não abdicando de refletir, ao mesmo tempo, sobre a vitalidade ou alienação da DP na dinâmica interna das próprias associações, na sua interação com outras entidades e no tipo de intervenção que realizam, questionando-se estas associações sobre as formas de participação que promovem e até que ponto valorizam como sujeitos de corpo inteiro aqueles que abrangem nas suas iniciativas. Daí que o percurso das associações dentro deste movimento tenha feito emergir a consciência de que o modelo de associativismo que se quer assumir é o Associativismo Cidadão, pilar de sustentação das práticas de DP e motor da promoção e produção de cidadania em interação solidária com a comunidade envolvente.

D) Nas tertúlias e plenários do Congresso, expressou-se de forma mais palpável um conjunto de preocupações, ideias e perspectivas que já vinham sendo aprofundadas anteriormente e que acima procurámos sintetizar. Porque todos estes processos de construção conjunta são morosos, terminámos o Congresso sem um documento acabado e consensual de decisões a ações programadas. Entretanto, face à riqueza do pensamento expresso em tantos contributos, e ao apelo unânime para que o movimento continue a crescer e a desenvolver-se, a Comissão Promotora comprometeu-se a interpretar o momento da caminhada em que nos situamos, apontando um conjunto de ações a realizar desde já e até ao próximo Congresso:

1 – O Movimento em curso é constituído por todas e todos os que nele se reconhecem e participam: pessoas, associações e outros grupos formais ou informais; é todo este coletivo que se assume como responsável por dar corpo aos princípios que identificam o movimento, na medida em que os desenvolve na sua prática e contribui para o questionamento e descoberta das alternativas de mudança.

2 – A Comissão Promotora do Congresso, agora realizado, constitui-se a partir deste momento como Plataforma de Dinamização do Movimento do Associativismo Cidadão e da Democracia Participativa, estando esta plataforma aberta a integrar quem igualmente queira participar no processo de dinamização do movimento.

3 – A superação do isolamento e o desenvolvimento do diálogo, partilha, debate e tomadas de posição do movimento face à sociedade, exigem a criação e manutenção duma rede interativa, que assentará, por um lado, em “polos de proximidade” (núcleos de participantes no movimento duma mesma área geográfica) em que pelo menos uma entidade assegurará os contatos regulares com a Plataforma de Dinamização, e, por outro lado, os “grupos de trabalho temáticos”, que poderão funcionar não só através de reuniões, tertúlias, etc., mas também pelo sistema de intercâmbio e debate via internet, no contexto de um Fórum que urge criar, além do recurso à rede de emails e à Animação do blogue já existente. Obviamente, os “polos de proximidade” estão permanentemente desafiados a refletir e dar contributos para os temas em debate, e também para promoverem iniciativas abertas sobre os temas que considerarem oportunos.

4 – A viabilização da Democracia Participativa e do Associativismo Cidadão pressupõe que entre os propósitos do Movimento se assumam como prioridade a denúncia das formas atuais de financiamento de que as associações dependem.

